

Estudo de diagnóstico de caracterização da população imigrante e identificação dos seus problemas e dos seus contributos para as dinâmicas de desenvolvimento do Município de Santarém

Coordenação científica: Paulo Teixeira

Elaborado por: Susana Monteiro e Pedro Antunes

15 de Junho de 2010

Índice Geral

I. Introdução à Problemática	3
II. Enquadramento Local	7
III. Metodologia	15
IV. Dimensões analíticas	
i. Demografia e família	18
ii. Mercado de trabalho	24
iii. Habitação/Vulnerabilidades sociais	28
iv. Dificuldades de Integração	33
v. Quadro de relações sociais	40
vi. Práticas culturais	42
vii. Racismo e discriminação	44
viii. Percurso migratório	47
ix. Relações com país de origem – Transnacionalismo	59
V. Conclusões e recomendações	66
VI. Bibliografia	71

I. Introdução à Problemática

Vivemos num mundo onde a mobilidade e a circulação de pessoas está facilitada por questões económicas, políticas e sociais. Os esforços/picos de investimento nuns países, aumentando (pontualmente ou não) as suas necessidades de mão-de-obra, as transições muitas vezes “dolorosas” de sistemas económicos (como nos países da Europa de Leste) e a globalização dos mercados são responsáveis, nas últimas décadas, por fluxos migratórios de volume e características nunca antes vistos.

Tradicionalmente país de emigração, Portugal passou, principalmente a partir dos anos 90, a ser também um país onde o volume de imigração passou a ser relevante e a influenciar de forma evidente a sua dimensão demográfica. Os dados revelam que os imigrantes são hoje 9% da população activa e 4.5% da população nacional.

A dimensão dos fluxos migratórios para Portugal, associada a difíceis condições na sua inserção e à sua concentração territorial, criou novas situações de vulnerabilidade e de exclusão social. Como já foi referido, Portugal registou, nas últimas décadas, um elevado crescimento da população estrangeira. No ano de 1995 os estrangeiros com residência ou permanência legal em Portugal eram 168.316, quatro anos depois existiam 190.896 estrangeiros e, em 2007 estavam a residir em Portugal 435.736 estrangeiros (240.096 homens e 195.640 mulheres), correspondendo a 401.612 com autorização de residência, 5.741 com prorrogações de autorizações de permanência e 28.383 com prorrogações de vistos de longa duração.

A dimensão e características destes fluxos criaram novas tensões na estrutura social e exigiu modificações, investimentos e a criação de toda uma nova configuração institucional, legal e de lógica de intervenção nesta problemática. A comunidade imigrante em Portugal, com dimensão significativa, deixou de ser apenas originária dos PALOP e novos fluxos com características diferenciadas ao nível cultural, social e económico. Estes fluxos surgem com intensidade e num período relativamente curto de tempo o que exigiu e exige a Portugal a referida mudança na sua abordagem e investimento no tratamento das questões do acolhimento e integração das comunidades imigrantes.

Falemos então das características desta população imigrante e do que isso representa em termos da necessidade de investimento em dimensões que facilitem a sua plena integração na sociedade Portuguesa.

Uma elevada percentagem dos imigrantes em Portugal apresenta baixos níveis de escolaridade (Ensino Básico) em particular os oriundos da América do Sul e África. Os imigrantes originários da Europa possuíam, em termos percentuais, maiores níveis de qualificação (Ensino

Secundário/Médio e Ensino Superior). Estas diferenças implicam um esforço extra pois obrigam a estratégias múltiplas para responder aos desafios de integração que ambas representam.

No que diz respeito às questões da integração no mercado de trabalho, Portugal tem feito progressos evidentes na participação dos imigrantes, comparativamente a alguns países da UE. Em Portugal tínhamos em 2007, que 77,9 por cento da população estrangeira era activa, a taxa de emprego situava-se nos 68,5 por cento e a taxa de desemprego nos 12,0 por cento. Por outro lado, a taxa de inactividade era de 22,1 por cento.

Contudo quando comparamos estes dados com os dos cidadãos nacionais, constatamos que a participação dos imigrantes se concretiza na fatia do mercado de trabalho desqualificado, o que indicia desigualdade no processo de acesso a empregos mais qualificados. O desemprego afecta também de modo desigual nacionais e não nacionais. A disparidade da taxa de desemprego entre nacionais e exteriores à UE é de 4.2 pontos percentuais em 2007 (face a 5.3 pontos percentuais na UE). As dificuldades de respostas, a ausência das redes familiares, as dificuldades no acesso à habitação, as dificuldades na língua, são os principais factores que, em Portugal, tendem a colocar os imigrantes em situação de vulnerabilidade e de exclusão social.

Neste quadro, o fenómeno migratório assume novos contornos para a sociedade portuguesa. Por um lado, consubstancia um importante contributo face à debilidade interna da situação demográfica; por outro é um factor positivo para o crescimento económico, para a sustentabilidade da segurança social e para o enriquecimento cultural do país.

Quanto à abordagem das instituições Públicas a esta realidade e a adequação das suas práticas à mesma podemos dizer que a temática da imigração é encarada pelo Estado Português segundo os seguintes pilares/princípios:

- Visão positiva da imigração;
- Acolhimento com hospitalidade e integração com mais cidadania;
- Afirmação do princípio da interculturalidade;
- Participação e co-responsabilidade em todos os domínios da sociedade;
- Afirmação simultânea e indissociável dos direitos e deveres dos imigrantes;
- Igualdade de oportunidades para todos, rejeitando qualquer discriminação em função da etnia, nacionalidade, língua, religião ou sexo e combatendo disfunções legais ou administrativas;
- Direito a viver em família, reconhecendo o papel estruturante da mesma na integração dos imigrantes nas sociedades de acolhimento;
- Afirmação do Estado como principal aliado da integração dos imigrantes;

- Afirmação da sociedade civil como parceiro fundamental na política de acolhimento e integração dos imigrantes;
- Reconhecimento da capacidade empreendedora dos imigrantes como uma mais-valia para o desenvolvimento económico, social e cultural da sociedade de acolhimento;
- Promoção de um consenso social alargado na concepção e avaliação das políticas de acolhimento e integração;
- Especial atenção à igualdade de género, reconhecendo a dupla vulnerabilidade da condição mulher/imigrante.

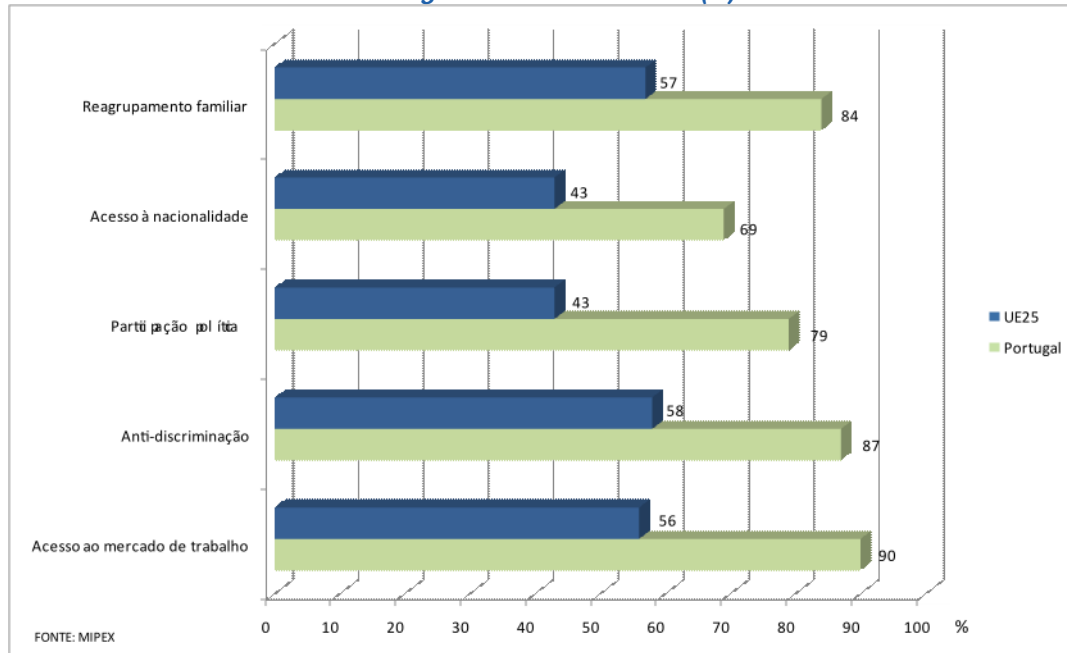
Portugal tem sido, justamente, referenciado em diferentes momentos como um exemplo positivo de esforço de integração, nas suas diferentes vertentes. A legislação e estratégias de intervenção adoptadas em Portugal são consideradas de qualidade e inovação superiores às de muitos países economicamente e socialmente mais “evoluídos”.

Quando se procede a uma análise comparativa entre Portugal e a média dos países da União Europeia a 25 para o ano de 2006, constatamos que em diversas dimensões associadas aos processos de integração das populações imigrantes nas sociedades de acolhimento, não obstante todas as oportunidades de melhoria existentes, Portugal encontra-se numa situação comparativa muito favorável.

Uma análise do ranking disponibilizado pelo MIPEX (*Migrant Integration Policy Index*), coloca Portugal na segunda posição das melhores práticas de integração de migrantes, apenas superado pela Suécia (com 88 pontos, contra os 79 de Portugal).

Neste quadro, o desempenho nacional é muito positivo em todos os aspectos analisado, apenas com uma ligeira quebra no acesso à nacionalidade, área onde existe ainda uma boa margem de progressão para que seja considerado efectivamente uma boa prática.

Gráfico 1 – Uma visão comparada de algumas dimensões de integração de imigrantes em Portugal e na UE25 – 2006 (%)



Este posicionamento relativo de Portugal face à média dos países da UE25 é tributário de um conjunto de medidas de política pública em diversas áreas de intervenção e que estão sistematizadas no Plano Nacional de Imigração. Refira-se, a título de exemplo, as intervenções já desenvolvidas ou a desenvolver em domínios tão abrangentes como: i) o acolhimento, onde os Centros Locais de Apoio a Imigrantes, a par de outras iniciativas, assumem um papel de grande centralidade (enquanto políticas de acolhimento a imigrantes segundo uma perspectiva de proximidade às pessoas e às suas vivências e expectativas); ii) o acesso ao trabalho, ao emprego, à educação e formação profissional; iii) a habitação; iv) a saúde; v) a solidariedade e segurança social; vi) a cultura e a língua; vii) a justiça; viii) o acesso à cidadania e direitos políticos, entre outras dimensões da intervenção pública.

Assim sendo, podemos dizer que o esforço efectuado nesta área tem sido de facto meritório e que houve de facto um investimento em termos materiais e não só, para enfrentar os desafios que esta “nova realidade migratória” colocou ao país, às instituições e aos técnicos que no terreno lidam diariamente com esta problemática e com a que se lhe associam.

Esta introdução à problemática da imigração em Portugal é, forçosamente, sintética e generalista, face às características e natureza diagnóstica deste processo e ao seu âmbito territorial localizado, pelo que a dimensão de análise destas questões e sua caracterização no concelho de Santarém assumem uma maior relevância.

II. Enquadramento Local

Caracterização sociodemográfica do concelho de Santarém

O concelho de Santarém, parte integrante da NUTII Lezíria do Tejo e composto por 28 freguesias, registava à data do último Recenseamento da População e Habitação um total de população residente de 63 563 indivíduos. Este valor representa um acréscimo populacional de 1,5% face ao momento censitário anterior (1991), data em que se registava um total de 62 621 indivíduos a residir no concelho.

Figura 1 – Freguesias do concelho de Santarém



O crescimento populacional que se verificou no período intercensitário em análise teve influência directa num outro dado importante de caracterização demográfica do concelho e que se prende com a densidade populacional do território: de 111,47 hab/Km² em 1991 passou para 113,14 hab/Km² em 2001.

Pensando num horizonte temporal mais próximo à data de elaboração deste estudo diagnóstico, concluímos pela continuação do crescimento generalizado dos dois indicadores analisados até ao momento. No entanto, a partir de 2006 a tendência parece inverter-se, o que segue em contra ciclo com a tendência da região Lezíria do Tejo e do próprio território continental. Em 2007, o concelho de Santarém contava com um total de população residente estimada de 63 878 indivíduos, o que se traduz numa densidade populacional (também estimada) de 114,00 hab/Km².

A análise de três indicadores chave da dinâmica demográfica – crescimento efectivo, crescimento natural e crescimento migratório – permite aprofundar a reflexão, sendo possível compreender que o contributo dos movimentos migratórios é fundamental para o ténue crescimento de população residente verificado no início da década e para a pouca acentuada tendência de regressão demográfica registada a partir de 2006. O contributo dos movimentos migratórios é fundamental para os valores de crescimento efectivo verificado, na medida em que o crescimento natural há muito que se revela negativo.

A análise da estrutura da população residente em Santarém em função da variável sexo, deixa antever uma “organização” relativamente equilibrada, como é possível de aferir através do estudo das relações de masculinidade. De facto, a relação de masculinidade apresenta valores pouco abaixo de 100 (93,10 em 2007), verificando-se uma tendência sistemática, ainda que ligeira, de aproximação entre o número de homens e o número de mulheres a residir no concelho. Tal situação já não é verdadeira se analisarmos este mesmo indicador, mas para o grupo etário com 65 e mais anos, onde existe uma manifesta representação de pessoas do sexo feminino, situação que se traduziu num rácio de 69,20 homens por cada 100 mulheres em 2007.

Quando se procura analisar a estrutura demográfica da população residente no concelho em função da variável idade, regista-se, antes de mais, um aumento generalizado da idade média da população residente em Santarém, dado pelo indicador – Idade média da população residente – cujo valor cresceu de 39,62 anos em 1991 para 41,69 anos em 2001. Para o ano de 2007, a estrutura demográfica em termos etários é a seguinte:

Quadro 1 – Estrutura demográfica – sexo e idade (N.º e %)

Sexo	Grupo etário	População residente por Sexo e Grupo etário	
		Período de referência dos dados	
		2007	
		Local de residência	
		Santarém	
		N.º	%
HM	Total	63878	100,0
	0 - 14 anos	8888	13,9
	15 - 24 anos	6796	10,6
	25 - 64 anos	34778	54,4
	65 e mais anos	13416	21,0
H	Total	30798	100,0
	0 - 14 anos	4610	15,0
	15 - 24 anos	3509	11,4
	25 - 64 anos	17190	55,8
	65 e mais anos	5489	17,8
M	Total	33080	100,0
	0 - 14 anos	4278	12,9
	15 - 24 anos	3287	9,9
	25 - 64 anos	17588	53,2
	65 e mais anos	7927	24,0

Fonte: INE, Estimativas Anuais da População Residente

Outros indicadores como o índice de envelhecimento, o índice de dependência de idosos e o índice de longevidade traduzem esta realidade. Se analisarmos cada um *per si*, constatamos que:

- O quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos tem registado uma tendência de crescimento, fixando-se em 2007 no valor 150,90. Trata-se de um valor ligeiramente superior àquele que foi registado para a Lezíria do Tejo no mesmo ano estatístico e significativamente superior ao registado para o Continente na mesma data;
- O quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos regista tendência semelhante, com uma variação positiva para o período 2002-2007 de 0,6. O valor de 32,30 pessoas com 65 e mais anos por cada 100 pessoas em idade activa está acima dos valores registados para a Lezíria do Tejo e para o Continente;
- O quociente entre o número de pessoas com 75 ou mais anos e o número de pessoas com 65 ou mais anos também cresceu, com uma variação de 3,7 entre 2002 e 2007, tendo-se fixado nos 49,60 pontos percentuais em 2007. À semelhança da tendência verificada para os indicadores anteriores, este valor também se encontra acima daqueles que foram registados para a Lezíria do Tejo e para o Continente.

Quadro 2 – Índices de envelhecimento, dependência de idosos e de longevidade (N.º e %)

Local de residência	Período de referência dos dados	Índice de envelhecimento	Índice de dependência de idosos	Índice de longevidade
		N.º	N.º	%
Continente	2007	116,2	26,3	45,8
	2006	114,2	26,0	44,9
	2005	112,6	25,8	43,9
	2004	111,2	25,6	43,2
	2003	109,3	25,2	42,7
	2002	107,8	25,0	42,3
Lezíria do Tejo	2007	147,2	31,8	47,0
	2006	145,9	31,4	46,3
	2005	145,6	31,2	45,0
	2004	145,5	30,9	44,3
	2003	144,7	30,6	43,6
	2002	143,6	30,3	43,2
Santarém	2007	150,9	32,3	49,6
	2006	148,9	32,0	49,3
	2005	149,1	32,0	48,2
	2004	148,6	31,9	47,4
	2003	147,8	31,5	46,5
	2002	149,1	31,7	45,9

Fonte: INE, Estimativas Anuais da População Residente

Esta dinâmica de envelhecimento populacional, fica a dever-se, ainda, ao facto de a taxa bruta de natalidade estar a diminuir, tendo atingido o valor mais baixo da primeira década do século XXI exactamente no último ano estatístico de 2007 – 8,30‰, valor que fica abaixo do registado para a região da Lezíria do Tejo e para o Continente.

No que se refere ao nível de instrução da população, de referir antes de mais que a taxa de analfabetismo, que é essencialmente estrutural, tem registado o esperado decréscimo – se em 1991 os valores registados eram na ordem dos 12% (valor bastante abaixo ao registado para a Lezíria do Tejo, mas acima do registado para o Continente), em 2001 o valor era de 9,86%. Em matéria de escolaridade obrigatória, regista-se um aumento muito significativo da percentagem da população com pelo menos a escolaridade obrigatória. Senão vejamos a variação entre 1991 e 2001 (o último período intercensitário) que se cifrou nos 15,40%, o que se traduziu numa manutenção de valores acima dos registados para a Lezíria do Tejo e para o Continente no ano de 2001.

Analisando agora a população residente com ensino superior concluído, verificamos que a tendência é claramente para o crescimento da proporção de pessoas com este nível de ensino – de 4,06% em 1991, Santarém mais que duplicou a percentagem para 9,30%, da população residente com o ensino superior completo em 2001. Os valores registados para o concelho em 2001 mantêm-se acima dos verificados para a Lezíria do Tejo e ultrapassam os registados para o Continente.

Imigração em Santarém

O fenómeno da imigração no Concelho de Santarém teve uma grande expressão, nomeadamente da imigração vinda do Leste, nos anos de 2001/ 2002/2003, sendo o ano de criação do Gabinete de Apoio ao Imigrante e Minorias Étnicas da Câmara Municipal de Santarém.

O problema que se vivia nesse momento, relacionava-se com a integração, apoio das populações que iam chegando ao Concelho, sem conhecimento da Língua Portuguesa, à procura de trabalho, habitação e escolas para os filhos. Verifica-se, hoje, que as comunidades de imigrantes, de então, já conseguiram garantir os factores essenciais à sua integração mas que ainda apresentam lacunas, com repercussões sociais, nomeadamente no que respeita à participação e interacção com a sociedade de acolhimento. Nos anos mais recentes, outras comunidades de imigrantes, como a Brasileira, instalaram-se no Concelho de Santarém, alterando ou adicionando novas problemáticas e necessidades e criando novos desafios às

entidades que no concelho trabalham com este grupo. O mesmo é dizer que o fenómeno da imigração tem evoluído em número de variáveis e complexidade, exigindo uma constante actualização de dados e adequação contínua das formas de intervenção.

Actualmente, verificam-se alguns problemas laborais (falta de emprego, falta de pagamentos, trabalho ilegal), assim como a necessidade de uma participação activa de quem decidiu permanecer em Portugal. O apoio à população imigrante também se materializa no apoio à resolução de problemas burocráticos relacionados com os processos de legalização.

No Concelho de Santarém o GAIME, que a partir de Dezembro 2008 aderiu à rede CLAI, constitui uma resposta de apoio à integração à qual muito imigrantes, de todas as nacionalidades, recorrem. No entanto, e apesar de vários estudos segmentados, existe a necessidade de uma caracterização mais integradora e ampla da população imigrante residente nas 28 freguesias do Concelho de Santarém. As duas maiores comunidades de imigrantes do Concelho são a Comunidade Ucrâniana e a Brasileira. As freguesias do Concelho com maior número de imigrantes situam-se na malha urbana e na zona norte - Freguesia de Alcanede, Amiais de Baixo e Pernes. De referir que o GAIME/CLAI de Santarém, além do atendimento diário, promove um conjunto de actividades de carácter sociocultural de forma a tornar efectiva a integração destas comunidades. Procurando trabalhar simultaneamente e de forma articulada com os outros serviços e entidades locais para dar uma resposta integrada e efectiva às necessidades específicas desta população.

No que diz respeito ao concelho de Santarém, a proporção de população estrangeira a residir no concelho era, à data do último Recenseamento da População e Habitação, de 1,33%, valor que é superior ao registado para a mesma data na Lezíria do Tejo (1,27%), mas inferior ao registado no Continente (2,29%). Não obstante, aquela proporção resulta de um crescimento de população estrangeira residente no último período intercensitário de 0,92 pontos percentuais.

A análise dos dados publicados pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras sobre o pedido de estatuto de residente no concelho de Santarém, permite aferir o perfil dos imigrantes no Concelho em matéria de nacionalidade. Em primeira instância, é possível concluir por um crescimento muito significativo, no período temporal compreendido entre 2000 e 2006, do número de pessoas a solicitar estatuto de residente - de 54 pedidos em 2000 para 318 em 2006. Em segundo lugar, é possível concluir que estes pedidos são feitos por pessoas oriundas preferencialmente de países europeus, seguidos pelos países da América Central e do Sul, países africanos e por último países asiáticos (referência para 2006). Dos que têm vindo a solicitar estatuto de residência, existe uma preponderância de elementos do sexo masculino como é possível aferir a partir da relação de masculinidade dos estrangeiros.

Em 2010, residiam no concelho de Santarém um total de 2 534 pessoas estrangeiras, maioritariamente do sexo masculino (1 361 homens e 1 173 mulheres). Deste universo, 641 pessoas eram de nacionalidade ucraniana (25,3%), 596 eram de origem brasileira (23,5%) e 440 pessoas romenas (17,4%), isto para apenas referir as nacionalidades mais representadas no concelho de Santarém.

Quadro 3 – População estrangeira que solicitou estatuto de residente por continente de origem e sexo, no concelho de Santarém – 2000 a 2006 (%)

Nacionalidade	Sexo	População estrangeira que solicitou estatuto de residente por nacionalidade e sexo						
		Período de referência dos dados						
		2006	2005	2004	2003	2002	2001	2000
		Local de residência						
Santarém								
		N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º
Total	HM	318	18	50	56	25	18	54
	H	203	11	17	20	8	5	26
	M	115	7	33	36	17	13	28
Europa	HM	251	10	29	26	5	7	28
	H	170	8	10	10	1	3	14
	M	81	2	19	16	4	4	14
África	HM	19	4	3	12	10	4	16
	H	10	1	1	5	3	1	4
	M	9	3	2	7	7	3	12
América	HM	31	1	14	12	8	5	8
	H	15	0	3	2	3	1	6
	M	16	1	11	10	5	4	2
América do Norte	HM	0	0	1	0	1	0	1
	H	0	0	1	0	1	0	1
	M	0	0	0	0	0	0	0
América Central e do Sul	HM	31	1	13	12	7	5	7
	H	15	0	2	2	2	1	5
	M	16	1	11	10	5	4	2
Ásia	HM	17	3	4	6	2	2	2
	H	8	2	3	3	1	0	2
	M	9	1	1	3	1	2	0
Oceânia	HM	0	0	0	0	0	0	0
	H	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Problemas identificados no estudo de Diagnóstico Social do Concelho de Santarém

No que se reporta à problemática da imigração, os parceiros do CLAS de Santarém identificaram 6 problemas como sendo aqueles onde a intervenção deve ser mais imediata.

Um dos problemas identificados diz respeito a situações de imigrantes que trabalham ilegalmente e são explorados pelas entidades patronais (abusando da situação de fragilidade). Trata-se de um problema com consequências gravosas para a população que o sente, consequências essas que vão desde situações económicas muito precárias, até à criminalidade, passando pela prostituição e alcoolismo. As causas que estão na base deste fenómeno estão associadas às dificuldades de legalização e ao facto de alguns documentos serem retidos por intermediários ou patrões.

Outro problema identificado diz respeito ao facto de alguns imigrantes, pela situação de ilegalidade, terem receio de procurar os serviços existentes, o que poderá contribuir para

situações de exploração e não acesso a direitos, nomeadamente, direitos básicos. Tal situação foi associada, principalmente, às dificuldades do processo de legalização (custo elevado da documentação para legalização e longo período de espera).

Associado ao problema anterior, está o facto de as Juntas de Freguesia do concelho e outros serviços terem dificuldades burocráticas de auxílio aos imigrantes, o que tem repercussões em situações de condução de viaturas sem documentos e de mendicância organizada (romenos).

Um outro problema com que os imigrantes se deparam é o de viverem muitas vezes em grupo (normalmente de homens) ou em más condições, o qual resulta, essencialmente, de situações de precariedade económica, e tem consequências ao nível do alcoolismo.

Um último problema identificado reporta-se a situações de prostituição, que advêm sobretudo de dificuldades de legalização e de retenção de documentos por parte de intermediários ou patrões e que resulta nalguma agitação social.

O Centro de Saúde de Santarém propõe um outro problema que diz respeito ao isolamento de alguns imigrantes, fruto das dificuldades no acesso à legalização/ cidadania, o que reduz as possibilidades de acesso aos sistemas públicos, ao mercado de trabalho e ao acolhimento social comunitário.

O Gabinete de Apoio ao Imigrante e Minorias Étnicas sugeriu ainda como problema, o atraso nas respostas e a perda de documentos, fruto da falta de eficiência/mau atendimento por parte dos Serviços públicos, o que prejudica económica e socialmente os imigrantes e causa níveis elevados de ansiedade nesta população. O mesmo serviço identificou ainda o problema da má qualidade de vida e de carências alimentares como preocupante, e que resulta de situações de desemprego e crise económica, traduzindo-se na descredibilização do nosso país e na marginalidade/mendicância.

Este conjunto de informações e leituras já existentes revelou-se importante no enquadramento das leituras dos dados recolhidos ao longo deste estudo e a sua discussão neste contexto em momentos participados foi relevante no processo de valorização do trabalho da Rede Social de Santarém e no passar, mais uma vez, a mensagem da importância do trabalho das instituições locais.

Um recurso local de referência: o GAIME – Gabinete de Apoio ao Imigrante e Minorias Étnicas

O GAIME – Gabinete de Apoio ao Imigrante e Minorias Étnicas –, inserido no Sector de Acção Social da Câmara Municipal de Santarém, é um serviço autárquico, tendo por este motivo um

âmbito de intervenção essencialmente concelhio. Esta estrutura tem como principal desígnio promover a integração social, laboral e cultural de todas as comunidades imigrantes e minorias étnicas, do qual decorrem os seguintes objectivos: i) acompanhar e encaminhar, junto das entidades competentes, a população alvo com vista ao necessário enquadramento legal, laboral, social e cultural; ii) apoiar e desenvolver acções de divulgação junto da população imigrante relativamente aos seus direitos; iii) promover o acompanhamento jurídico-administrativo; iv) desenvolver, apoiar e coordenar acções de carácter lúdico-cultural

Este Gabinete municipal já permitiu apoiar um vasto número de imigrantes desde a sua constituição até 2007, num total de 3172 atendimentos.

Quadro 4 – Atendimentos no GAIME (N.º)

	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Atendimentos do GAIME	297	665	767	638	430	375

FONTE: Felix(2008) *Conhecer para Integrar - Estudo exploratório da população Imigrante residente no Concelho de Santarém*, Coimbra: Instituto Superior Miguel Torga.

Nota: A estatística de 2002 reporta-se ao período decorrente entre os meses de Maio e Dezembro.

O trabalho desenvolvido pelo GAIME, e que constitui uma referência local para o apoio à população imigrante e a minorias étnicas, encerra em si princípios de parceria e cooperação interinstitucional, quer no plano local quer nos planos regional e nacional. A título de exemplo referimos entidades como o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, a Inspeção-Geral do Trabalho, o Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho, o Centro de Emprego de Santarém, o Centro Distrital de Segurança Social de Santarém, o Tribunal do Trabalho de Santarém, a Polícia de Segurança Pública de Santarém, a Santa Casa da Misericórdia de Santarém, o Hospital Distrital de Santarém e o Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.

III. Metodologia

A escolha de uma solução metodológica para um trabalho de diagnóstico desta natureza nunca é uma tarefa simples e está, na maioria das vezes, sujeita a posteriores ajustamentos, sempre que o desenvolvimento do trabalho e/ou transformações na realidade social o imponham. No entanto, julgamos que neste caso a solução metodológica final foi muito próxima, se não coincidente, com a apresentada em candidatura.

O desenho da estratégia metodológica utilizada respeitou um conjunto de princípios, que pauta o trabalho da equipa envolvida, mas também incorporou, como não podia deixar de ser, as exigências do promotor. Julgamos que apesar desta necessidade de respeitar as duas vertentes atrás referidas foi relativamente fácil chegar a um desenho metodológico que respondeu às necessidades do concelho e fosse de encontro aos objectivos do projecto global do ACIDI.

Existiam três questões fundamentais a garantir:

- i. o envolvimento das estruturas locais existentes que trabalhassem directa ou mesmo indirectamente com esta problemática;
- ii. garantir a articulação com outros processos a decorrer no Concelho e apostar na rentabilização e articulação desses esforços e;
- iii. assegurar a coerência metodológica a nível nacional respeitando a coordenação do ACIDI e a sua visão sobre a abordagem metodológica e instrumentos a utilizar nestes estudos.

Pelas razões atrás enunciadas, garantiu-se que todo o estudo fosse desenvolvido em estreita cooperação e articulação com o trabalho do CLAS da Rede Social de Santarém e de forma coerente e consistente com os instrumentos de Planeamento Estratégico de base territorial da mesma e com outros documentos estratégicos do território. Preparou-se uma estratégia que envolvesse as entidades locais nas diferentes fases de desenvolvimento do estudo e as responsabilizasse neste processo, não só para o sucesso deste mas, principalmente, para o de intervenções futuras nesta área.

Quanto ao dimensionamento da amostra, devemos referir que o mesmo foi feito tendo por ponto de partida os dados existentes nos centros de atendimento e nas instituições locais, parceiras da Rede Social de Santarém e com intervenção junto da população imigrante. No entanto, no decorrer do estudo verificámos a necessidade de ajustar a dimensão da amostra por forma a tornar o diagnóstico mais coerente com a realidade e não com momentos ou leituras anteriores ao início do mesmo. Na verdade, julgamos que a amostra final utilizada é muito mais fiel da estrutura da população imigrante que a inscrita em candidatura.

Instrumentos Utilizados

Estava prevista a utilização de um conjunto de indicadores que já estavam perfeitamente identificados no convite à participação nesta iniciativa e que foram recolhidos recorrendo a entidades locais, nomeadamente aos serviços desconcentrados do Estado, e através da consulta de informação já disponível no território concelhio.

A aplicação de um inquérito à população imigrante era mandatária neste estudo diagnóstico e este foi definido pelo ACIDI e seus consultores num processo que teve uma fase de discussão alargada. Este inquérito era na nossa opinião uma ferramenta imprescindível e a sua construção participada foi, concerteza, factor de enriquecimento e melhoria para todos os que nela participaram activamente.

A aplicação do inquérito no terreno foi efectuada por várias formas sendo que acabámos por ter um formato misto na administração do mesmo. Desde logo, utilizámos um suporte informático recorrendo ao suporte web para criar questionários que pudessem ser preenchidos quer em modo livre quer por introdução diferida pelos inquiridores no sistema de IT, tivemos também formatos de administração por proxi, por indivíduos ou recorrendo ao apoio de instituições locais. O suporte digital utilizado na inquirição, ligado a uma plataforma de IT que permitia a actualização dos dados em tempo real e a realização de leituras intermédias dos dados recolhidos.

Devemos acrescentar que a criação e discussão em torno desta plataforma de IT foi um processo interessante e que poderá ser rentabilizado e optimizado em estudos futuros.

Para além da aplicação deste inquérito por questionário, foram concretizados momentos de trabalho em grupo no formato de workshops participativos de diagnóstico utilizando, como base, a metodologia MAPA. Este modelo de workshop pareceu-nos apropriado face aos objectivos do estudo e ainda uma abordagem apropriada para fazer a ligação a acções/intervenções posteriores. A importância de sistematizar de forma adequada as percepções dos diversos stakeholders envolvidos levou-nos também a organizar a informação recolhida nestes momentos de trabalho utilizando software específico para esse fim e que tem na sua base uma abordagem/filosofia de mind mapping.

O cruzamento de informações quantitativas e qualitativas, recolhidas de diversas fontes, permitiu-nos, por triangulação, chegar a respostas com um grau de certeza elevado sobre as questões de partida deste processo de diagnóstico.



Atas Conferência para a Integração e Não Discriminação, L. P.



Toda a informação recolhida foi alvo de tratamento estatístico considerado relevante (utilizando Excel e SPSS) com representação gráfica dos resultados, sempre que considerado apropriado. Todas estas informações e suas respectivas leituras foram validadas, em variados momentos, junto dos stakeholders locais.

Notas Finais

A combinação de múltiplos métodos de recolha de informação, a natureza diferenciada da informação recolhida, a utilização de formatos de registo e análise que foram da tradicional análise estatística ao registo em mind mapping (com suporte de software especializado e a existência de variados pontos no processo de análise, reflexão e validação, dão-nos a certeza de que a solução metodológica aplicada foi eficiente e eficaz face aos objectivos do estudo e aos constrangimentos existentes em qualquer processo desta natureza.

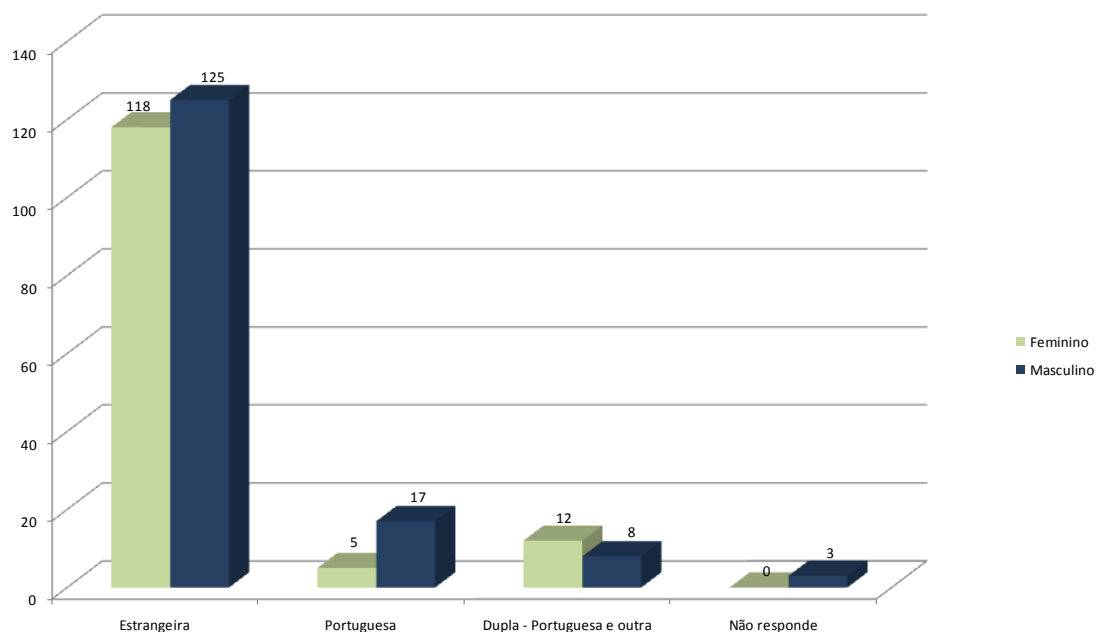
Uma pequena nota final que poderá ser relevante para a leitura das respostas: no processo de aplicação dos questionários, existiram algumas não respostas, passíveis de serem constantadas nos gráficos apresentados nos capítulos seguintes, estas decorrem, fundamentalmente, da inexistência de resposta por vontade do inquirido ou por não pertinência da questão no caso concreto de um determinado inquirido.

IV. Dimensões analíticas

I – Demografia e família

A estrutura demográfica dos inquiridos, no que diz respeito à variável sexo, é uma estrutura relativamente equilibrada, como uma ligeira preponderância de indivíduos do sexo masculino na globalidade dos inquiridos (153 homens contra 135 mulheres).

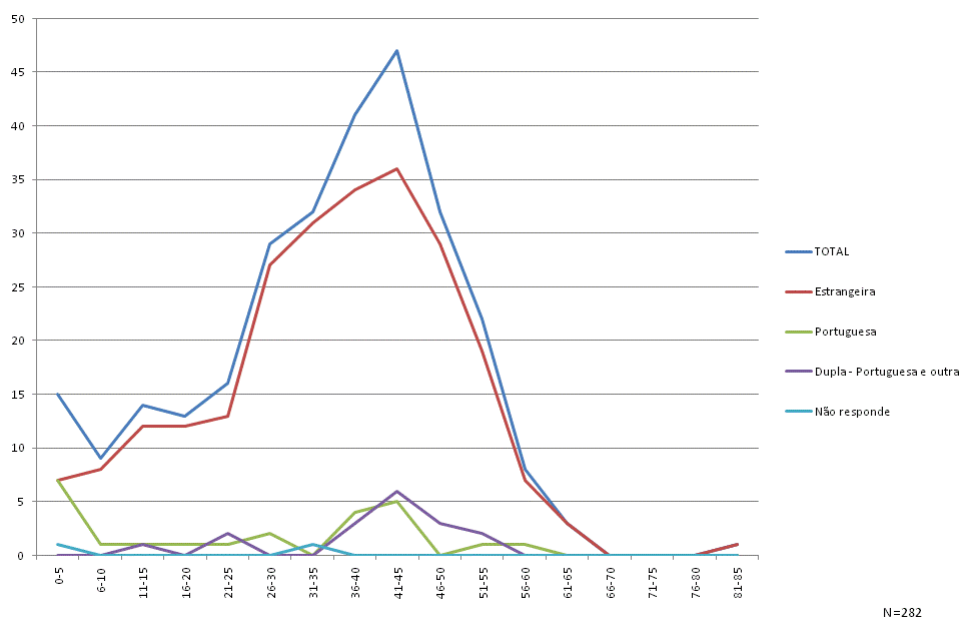
Gráfico 2 – Sexo (Nº)



N=288

No que diz respeito à estrutura etária, é o intervalo 41-45 anos o que retém maior número de frequências. Numa perspectiva mais alargada, os indivíduos com idades compreendidas entre os 31 e os 50 anos representam cerca de metade da amostra-alvo de inquirição – 53,9%.

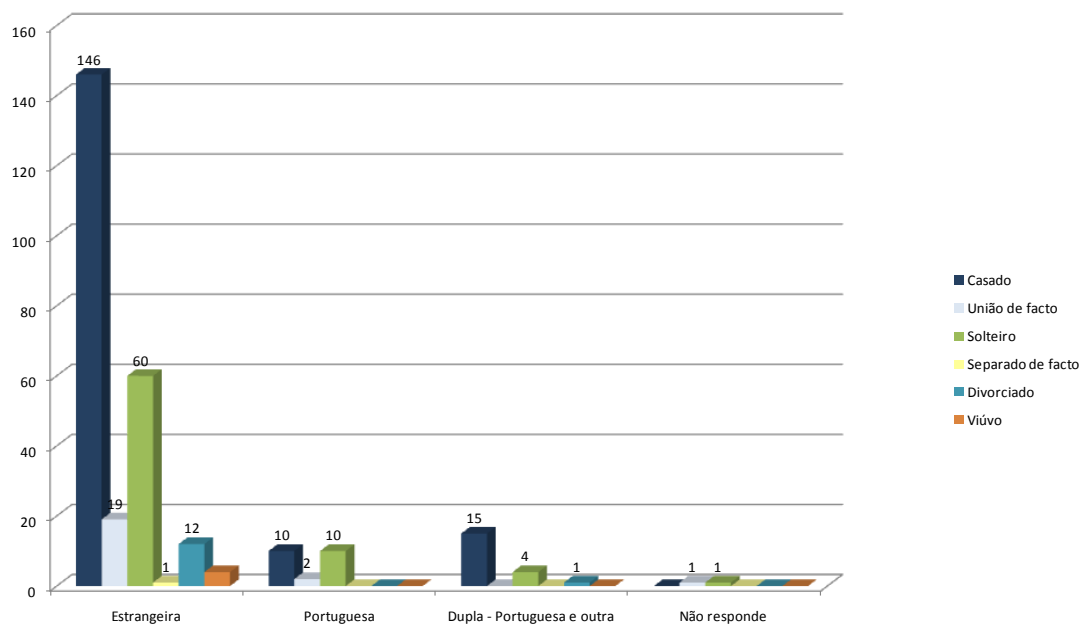
Gráfico 3 – Grupos etários (N.º)



N=282

Em matéria de estado civil, a maioria dos inquiridos são casados (59,4%), seguidos pelos solteiros com um peso de 25,5%.

Gráfico 4 – Estado civil (Nº)

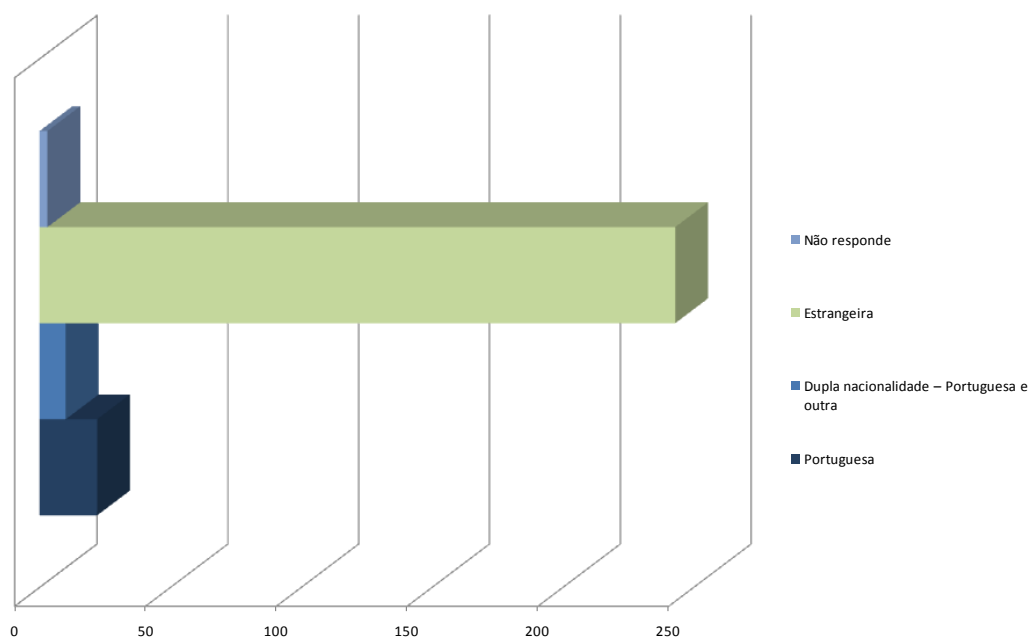


N=287

No que se reporta à naturalidade dos inquiridos, a grande maioria nasceu noutro país que não Portugal. No entanto, regista-se que aqueles que já nasceram em território nacional, a sua naturalidade é Santarém.

As respostas à questão sobre a nacionalidade dos inquiridos estão em linha, em termos de tendência, com as respostas à questão da naturalidade, como aliás não poderia deixar de ser. A maioria dos inquiridos é de nacionalidade estrangeira, nomeadamente ucraniana (46,5%), brasileira (25,9%) e moldava (11,9%).

Gráfico 5 – Nacionalidade



N=278

Quadro 5 – País de origem (Nº)

País	Nº
Angola	11
Bielorússia	2
Brasil	63
Espanha	1
Geórgia	12
Luxemburgo	1
Marrocos	1
Moçambique	5
Moldávia	29
Rússia	3
Ucrânia	113
TOTAL	241

A data de chegada a Portugal foi-se prolongando ao longo das décadas, mas os primeiros anos do novo milénio representam, em termos cronológicos, o grande momento de imigração neste contexto de estudo, nomeadamente 2001 (23,3%), 2000 (17,1%), 2004 (11,2%) e 2002 (10,9%).

Em termos de primeiro local de residência, regista-se que Santarém constituiu para 64,2% dos inquiridos o seu primeiro local de residência, seguida a grande distância do concelho de Lisboa com 7,4% das respostas.

Quadro 6 – Ano de chegada a Portugal (N.º)

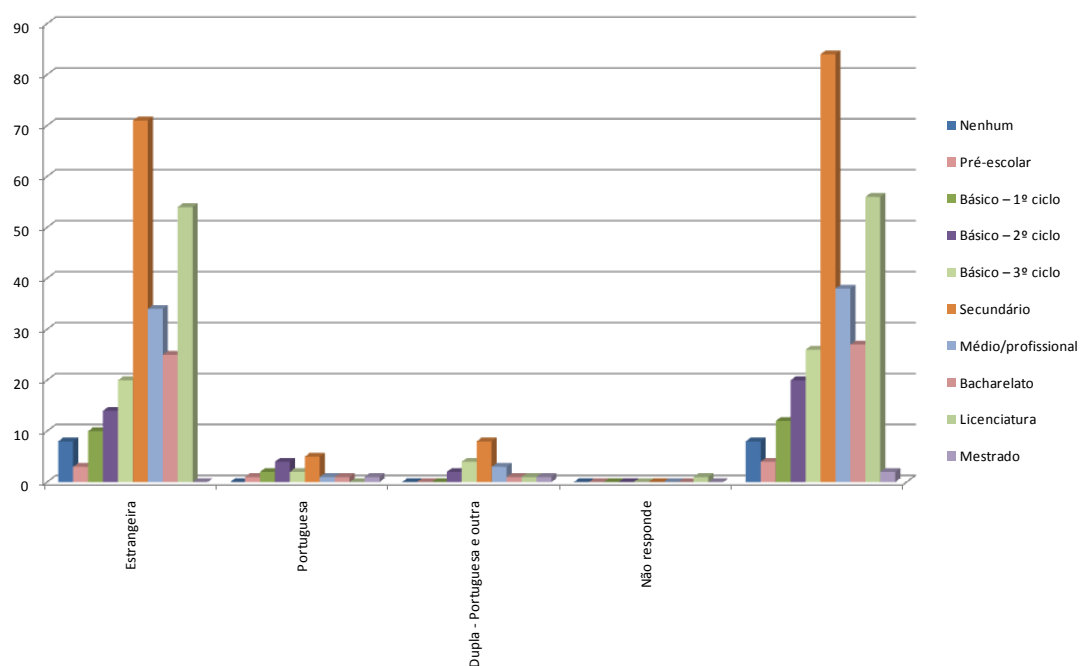
Ano de chegada a Portugal	Nº
1974	1
1976	1
1980	1
1982	1
1985	1
1986	3
1988	1
1990	3
1992	1
1996	1
1998	3
1999	10
2000	44
2001	60
2002	28
2003	16
2004	29
2005	12
2006	11
2007	13
2008	11
2009	6
2010	1
TOTAL	258

Quadro 7 – Local de chegada (N.º)

Local	Nº
Abrantes	1
Almeirim	3
Alpiarça	5
Amadora	2
Aveiro	2
Azambuja	2
Barreiro	2
Benavente	5
Cartaxo	11
Cascais	8
Castelo Branco	1
Covilhã	1
Idanha-a-Nova	1
Leiria	1
Lisboa	19
Montemor-o-Novo	3
Odemira	1
Pombal	1
Porto	1
Porto de Mós	2
Rio Maior	7
Salvaterra de Magos	2
Santarém	165
São João da Pesqueira	4
Sintra	1
Tavira	1
Tomar	1
Torres Vedras	1
Vila Franca de Xira	1
Vila Real	2
TOTAL	257

Em matéria de *qualificações escolares* os inquiridos detêm na grande maioria a escolaridade mínima obrigatória em Portugal (considerado o 12.º ano), com grande destaque para o nível de ensino secundário. Na globalidade, 30,3% dos inquiridos detêm o nível de *ensino secundário* e 20,2% o *ensino superior*, sendo estas as duas categorias que registam maior número de frequências.

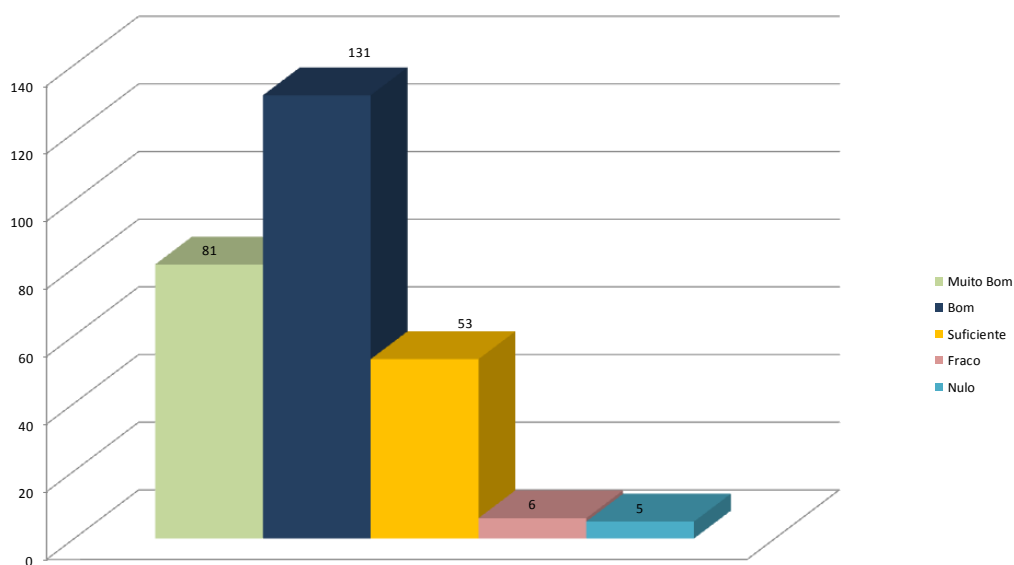
Gráfico 6 – Nível de instrução (Nº)



N=277

No que diz respeito à língua portuguesa e ao conhecimento que os inquiridos detêm da mesma, a grande maioria classifica-o como bom (47,4%) ou muito bom (29,3%).

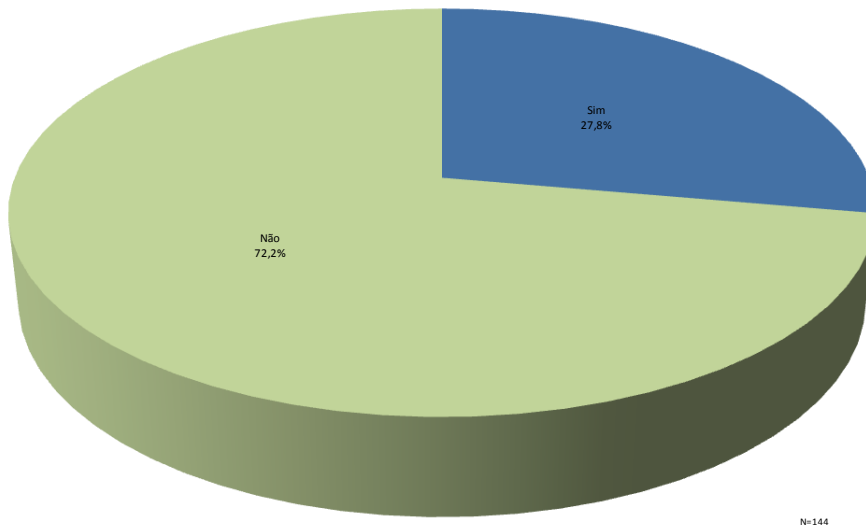
Gráfico 7 – Nível de conhecimento da língua portuguesa (Nº)



N=276

No que se reporta ao agregado familiar, a maioria dos inquiridos (72,2%) refere que não existem mais pessoas a residir consigo para além daquelas que fazem parte do seu agregado. Dos que referiram existir essas pessoas (27,8%), elas são na sua maioria entre uma e duas (53,8%).

Gráfico 8 – Pessoas para além do agregado familiar a co-habitar (%)



Quadro 8 – Se sim, quantas (%)

N.º pessoas para além do AF	%
1	28,2
2	25,6
3	17,9
4	20,5
5	2,6
6	5,1
TOTAL	100,0

Quadro 9 – Se sim, quantas do país de origem (%)

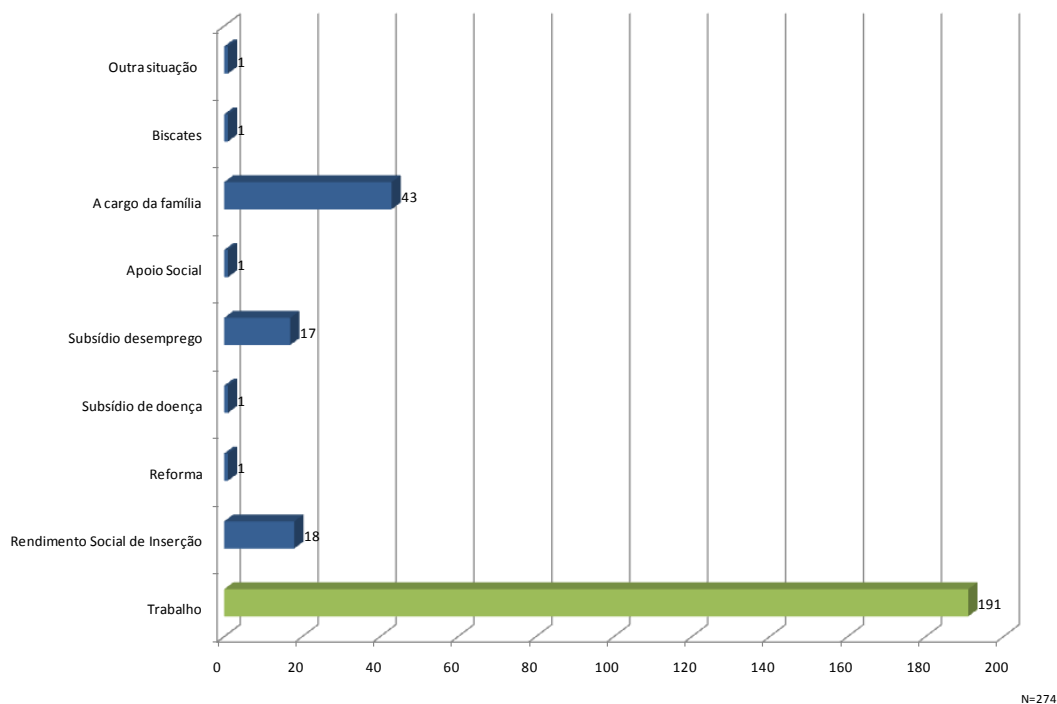
N.º pessoas do país de origem	%
Nenhuma	25,0
1	10,0
2	20,0
3	17,5
4	20,0
5	2,5
6	5,0
TOTAL	100,0

As que residem e são do agregado familiar, mantêm com o principal inquirido uma relação de parentesco que assenta, fundamentalmente, no estatuto de cônjuge e de filho/a.

II – Mercado de trabalho

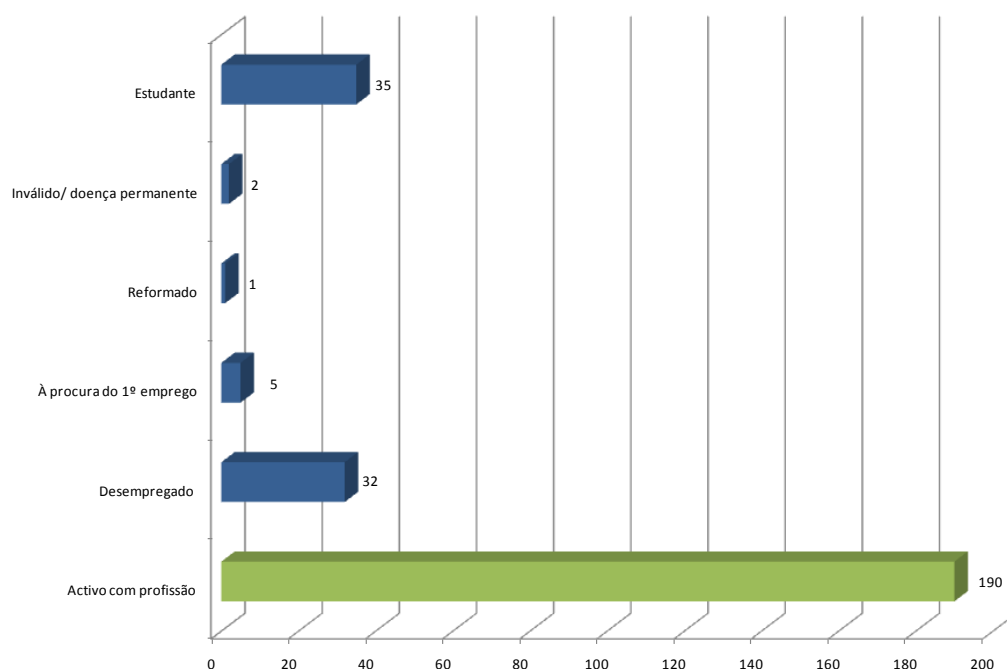
A análise do indicador *principal meio de vida*, permite concluir que a maioria dos inquiridos apresenta o *trabalho* (69,7%) como o seu meio de vida, seguido pela categoria *A cargo da família* com 15,7%.

Gráfico 9 – Principal meio de vida (Nº)



Em linha com as respostas anteriores, os indivíduos inquiridos referem como principal *condição perante a actividade económica* o *Activo com profissão* (71,7%). Nesta matéria, uma referência para o facto de se registar uma proporção algo significativa de elementos do agregado familiar que estão em situação de *Desemprego* (12,1%), situação que acontece na maioria dos casos até 1 ano em termos de tempo de procura de trabalho.

Gráfico 10 – Condição perante a actividade económica (Nº)



N=265

Quadro 10 – Duração da situação de desempregado e de à procura de 1.º emprego (N.º)

Duração	Nº
1 ano	25
2 anos	4
3 anos	4

No que diz respeito às *profissões* dos inquiridos, a realidade é extremamente ampla e diversificada, como se pode constatar na tabela seguinte. É, no entanto, possível destacar o *Pessoal dos Serviços Directos e Particulares, de Protecção e Segurança* (17,3%), os *Trabalhadores Não Qualificados dos Serviços e Comércio* (14%) e os *Operários, Artífices e Trabalhadores Similares das Indústrias Extractivas e da Construção Civil* (13,6%) como sendo as categorias com maior representatividade no universo de pessoas inquiridas.

Quadro 11 – Profissão dos inquiridos

Profissão	N.º
Condutores de Veículos e Embarcações e Operadores de Equipamentos Pesados Móveis	16
Empregados de Escritório	4
Empregados de Recepção, Caixas, Bilheteiros e Similares	1
Especialistas das Ciências da Vida e Profissionais da Saúde	3
Manequins, Vendedores e Demonstradores	8
Mecânicos de Precisão, Oleiros e Vidreiros, Artesãos, Trabalhadores das Artes Gráficas e Trabalhadores Similares	1
Operadores de Instalações Fixas e Similares	1
Operadores de Máquinas e Trabalhadores da Montagem	2
Operários, Artífices e Trabalhadores Similares das Indústrias Extractivas e da Construção Civil	29
Outros Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	2
Outros Operários, Artífices e Trabalhadores Similares	26
Outros Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	3
Pessoal dos Serviços Directos e Particulares, de Protecção e Segurança	37
Profissionais de Nível Intermédio do Ensino	1
Trabalhadores da Metalurgia e da Metalomecânica e Trabalhadores Similares	21
Trabalhadores Não Qualificados da Agricultura e Pescas	11
Trabalhadores Não Qualificados das Minas, da Construção e Obras Públicas, da Indústria Transformadora e dos Transportes	18
Trabalhadores Não Qualificados dos Serviços e Comércio	30
TOTAL	214

Pese embora esta diversidade de profissões, constata-se pela quase unanimidade em matéria de *regime de trabalho*, na medida em que os inquiridos responderam maioritariamente ser um *regime permanente/regular* (91,7%) numa situação maioritária de *trabalhador por conta de outrem* (96,7%).

Gráfico 11 – Regime de trabalho (%)

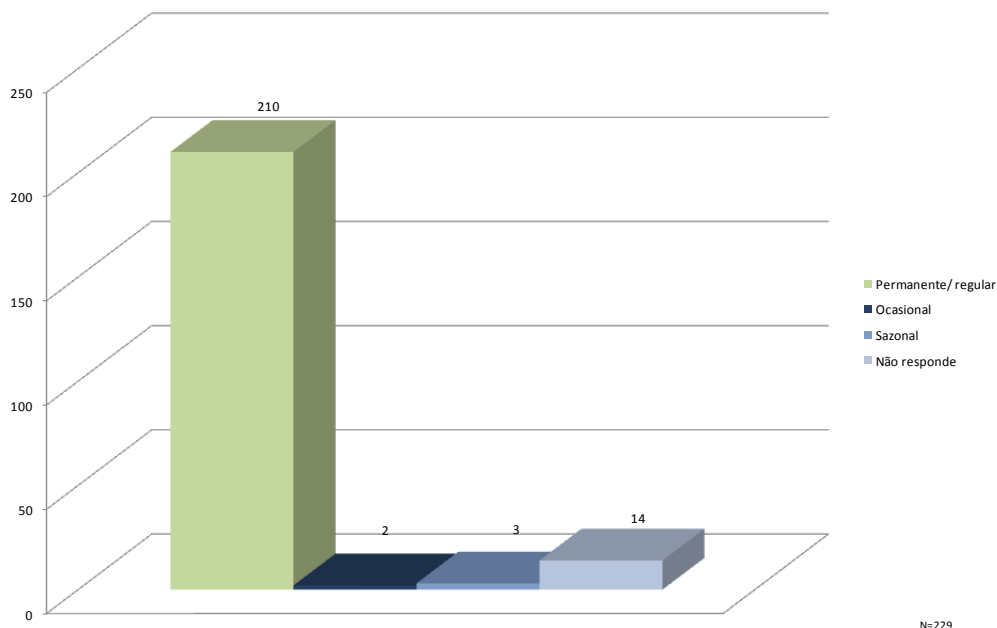
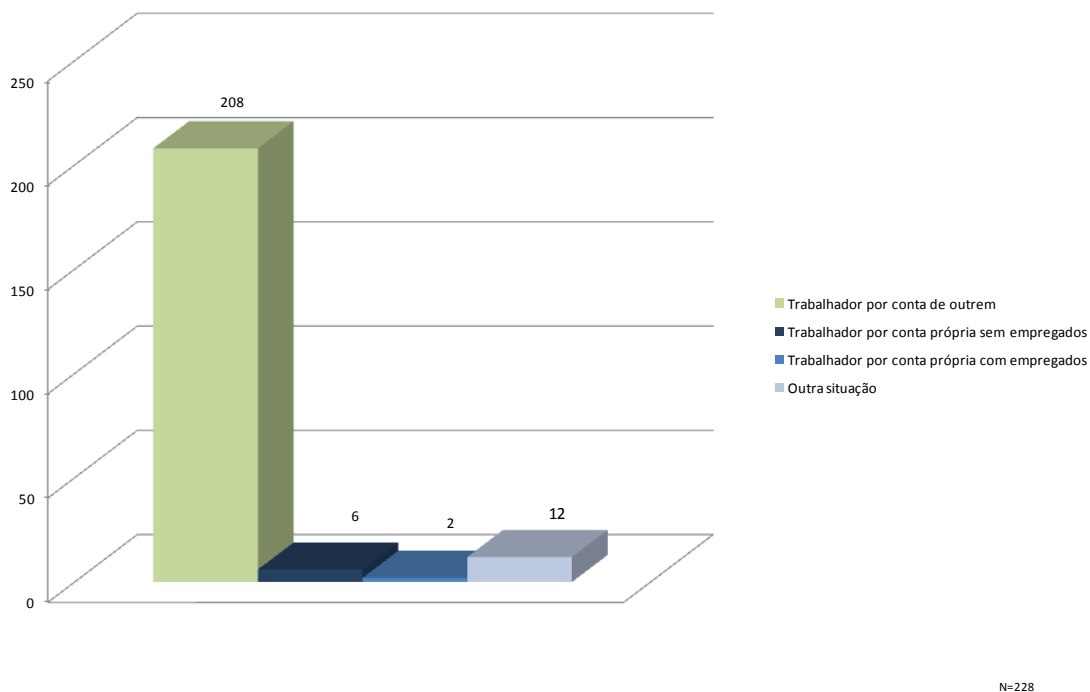
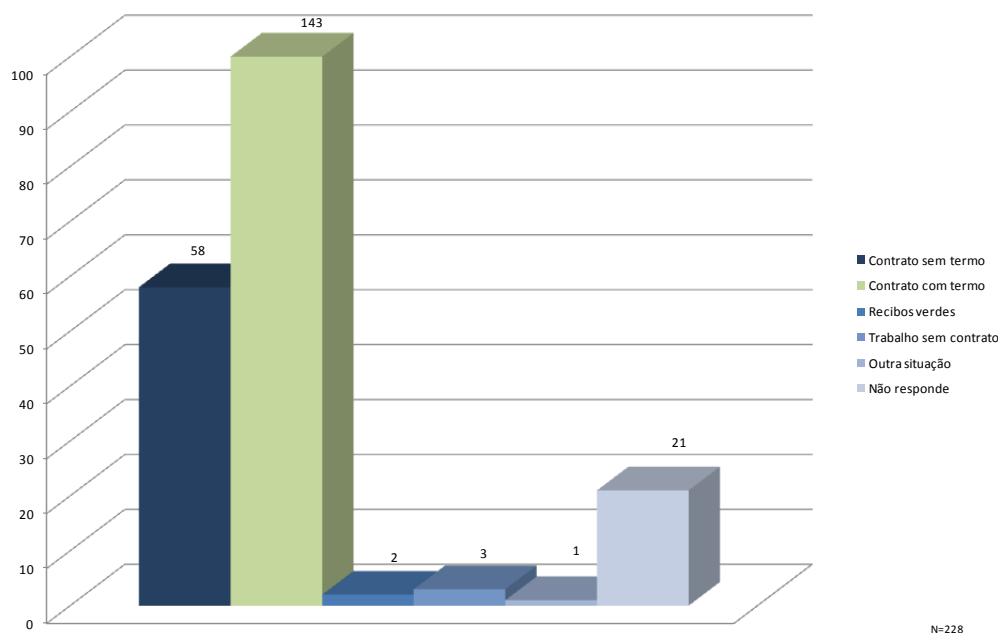


Gráfico 12 – Situação na profissão (Nº)



O *vínculo laboral* que estabelece as relações laborais entre a maioria dos inquiridos e as suas entidades empregadoras é, preferencialmente, o *Contrato com termo* (62,7%) seguido do *Contrato sem termo* (25,4%). Regista-se, ainda, o facto de as situações que poderão ser consideradas de maior precariedade apenas registarem um número de respostas residual.

Gráfico 13 – Vínculo laboral (%)

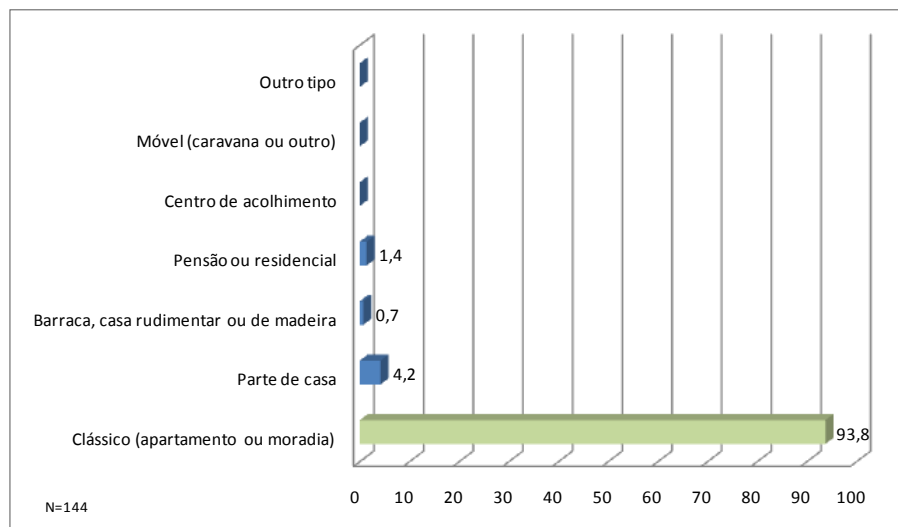


A última questão que foi colocada aos inquiridos em matéria de mercado de trabalho reporta-se ao *local* onde a sua actividade profissional se desenvolveu, tendo-se registado uma significativa preponderância de respostas que indicam o *concelho de residência* como o concelho de trabalho. Aqueles profissionais que desenvolvem a sua actividade fora do concelho, fazem-no num conjunto relativamente amplo de outros concelhos; e aqueles que trabalham fora do país fazem-no preferencialmente em Espanha.

III – Habitação/Vulnerabilidade sociais

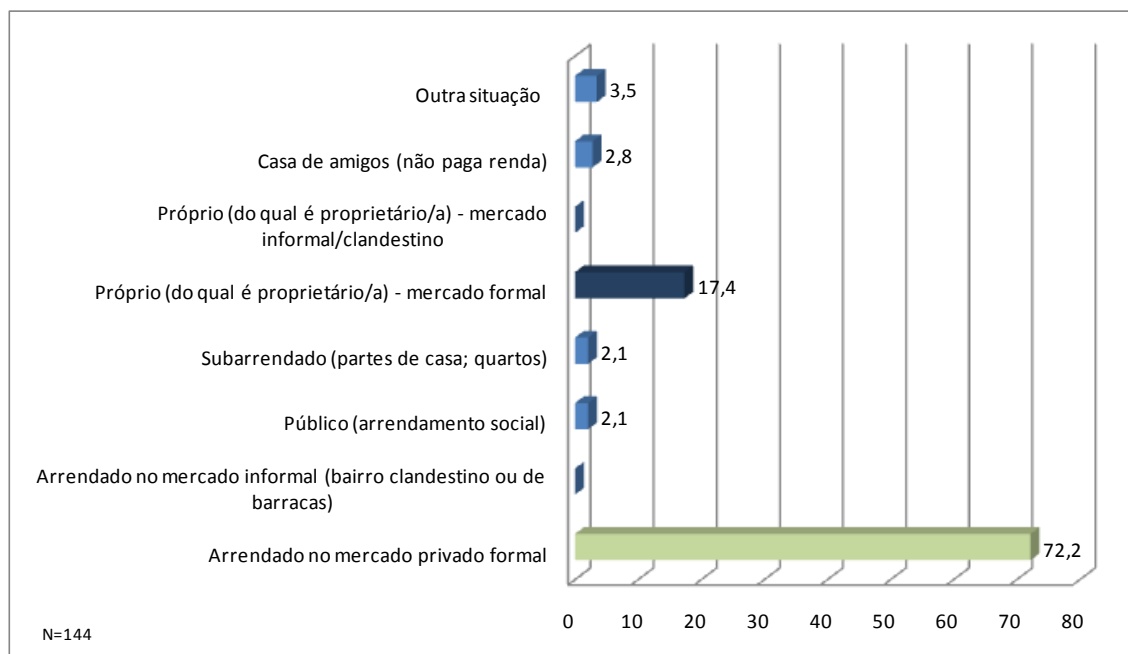
Em matéria de habitação e vulnerabilidades sociais, regista-se o facto de a esmagadora maioria dos inquiridos residir num *alojamento clássico* (apartamento ou moradia) – 93,8%. Todas as demais categorias, à excepção daquela que refere *parte de casa* (4,2%), podem ser consideradas residuais em matéria de respostas obtidas.

Gráfico 14 – Tipo de alojamento (%)



Em termos de *regime de ocupação* do alojamento em que os inquiridos actualmente residem, 72,2% dos inquiridos respondeu ocuparem um *alojamento arrendado no mercado privado formal*, seguidos daqueles que detêm a *posse do imóvel (mercado formal)* com 17,4%.

Gráfico 15 – Regime de ocupação (%)



Neste aspecto, torna-se relevante compreender o comportamento da variável em análise em função da naturalidade dos inquiridos. Assim, regista-se que o peso da categoria arrendamento é o mais elevado em todos os grupos de imigrantes, com especial destaque para as pessoas oriundas da Ucrânia (Bielorrússia, Geórgia e Marrocos também, mas com um N muito reduzido).

Quadro 12 – Regime de ocupação vs. Naturalidade (%)

Regime de ocupação	Angola		Bielorrússia		Brasil		Geórgia		Marrocos		Moldávia		Moçambique		Rússia		Ucrânia	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Arrendado no mercado privado formal	4	44,4	1	100,0	25	65,8	8	100,0	1	100,0	7	50,0	2	66,7	1	33,3	55	82,1
Casa de amigos (não paga renda)	0	0,0	0	0,0	3	7,9	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	1,5
Outra situação (especificar)	0	0,0	0	0,0	1	2,6	0	0,0	0	0,0	1	7,1	0	0,0	0	0,0	3	4,5
Próprio (do qual é proprietário/a) - mercado formal	2	22,2	0	0,0	9	23,7	0	0,0	0	0,0	5	35,7	1	33,3	1	33,3	7	10,4
Público (arrendamento social) (que lhe foi atribuído a si e/ou seu agregado familiar)	3	33,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Subarrendado (partes de casa; quartos)	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	7,1	0	0,0	1	33,3	1	1,5
TOTAL	9	100,0	1	100,0	38	100,0	8	100,0	1	100,0	14	100,0	3	100,0	3	100,0	67	100,0

Aqueles que não detêm a propriedade do alojamento, quando questionados sobre a sua *vontade em adquirir casa própria*, a maior não tenciona fazê-lo (40,8%) ou *ainda não pensou no assunto* (22,5%). Aqueles que pensam adquirir casa própria (36,7%), fá-lo-iam fundamentalmente no concelho de Santarém (97,8%).

Gráfico 16 – Intenção de adquirir casa própria (%)

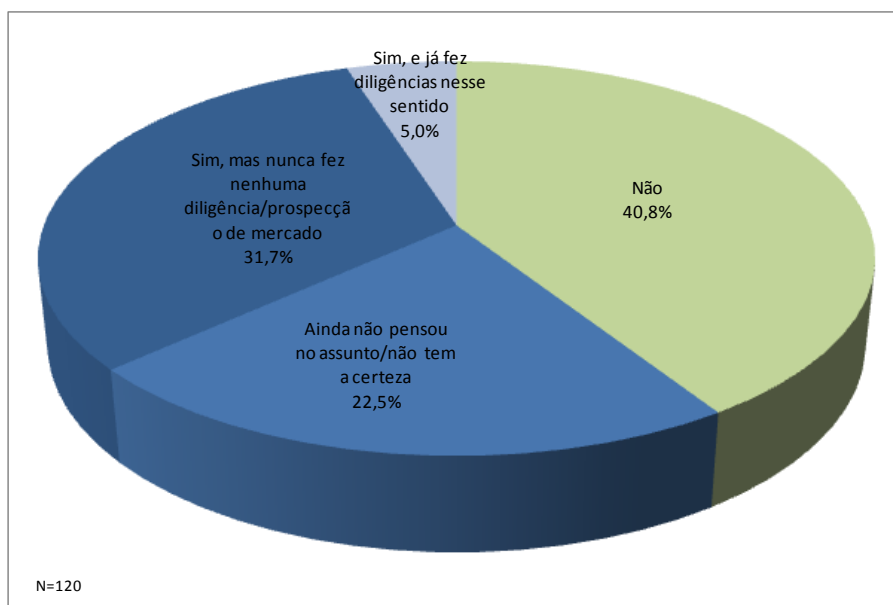
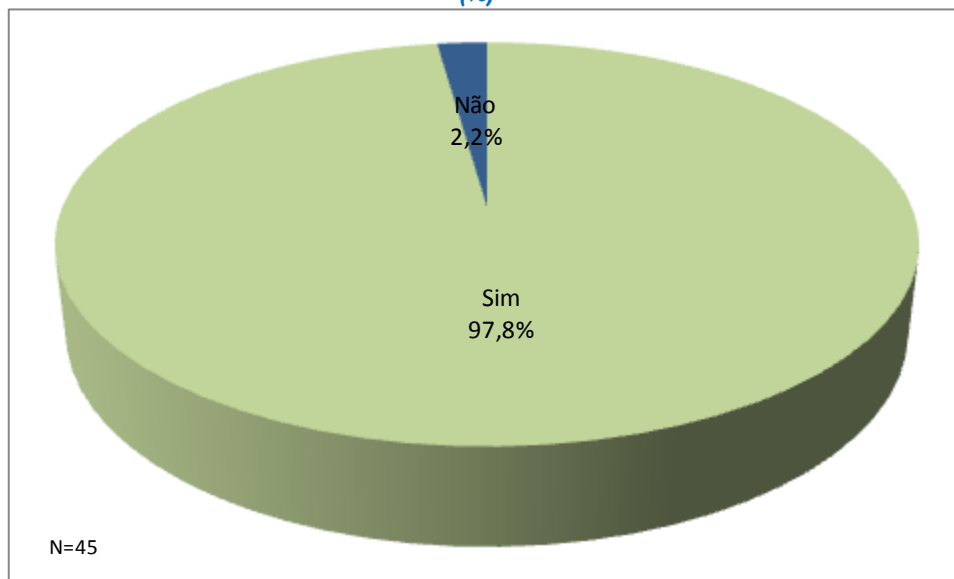
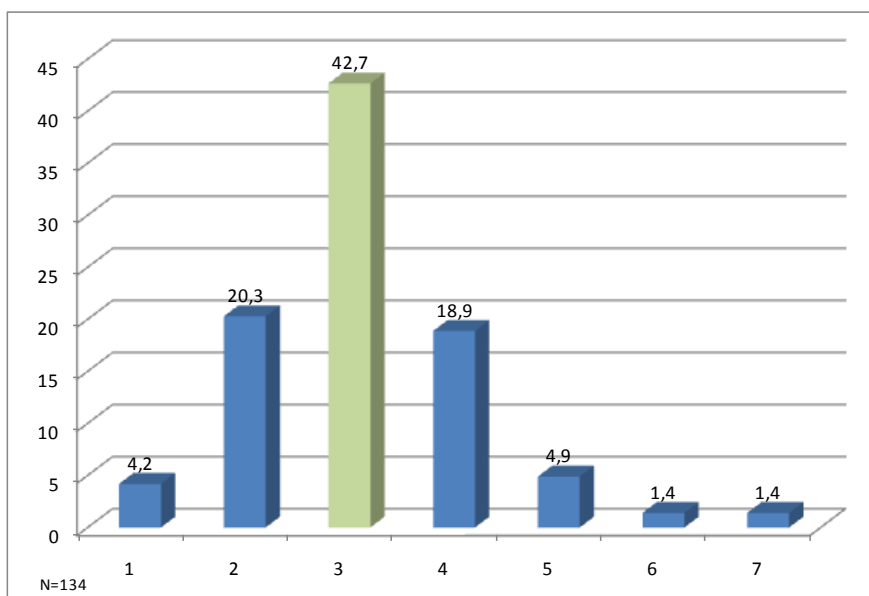


Gráfico 17 – Intenção de adquirir casa própria no actual concelho de residência (%)



Em termos de *número de divisões que o actual alojamento possui*, 42,7% dos inquiridos refere 3 *divisões*, seguidos, quase em paralelo, por aqueles que referem 2 e 4 *divisões*, com 20,3% e 18,9% das respostas, respectivamente.

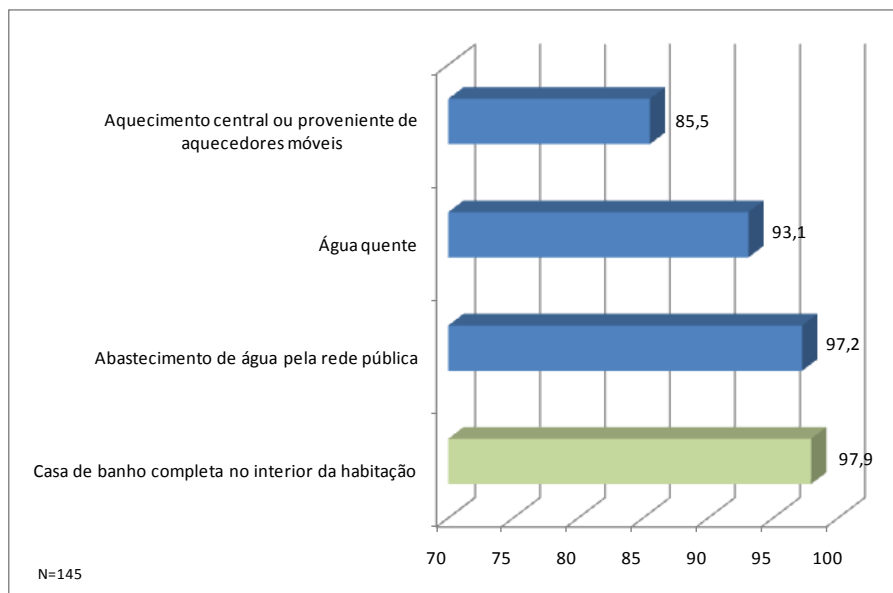
Gráfico 18 – Número de divisões do alojamento (%)



Estes são alojamentos que possuem, regra geral, as *infra-estruturas básicas* indispensáveis a uma ocupação condigna, possuindo 97,9% deles, *casa de banho completa no interior da habitação*. Relativamente ao *abastecimento de água pela rede pública*, 97,2% dos inquiridos referiram a sua existência; ao nível da *água quente*, 93,1% das respostas foram positivas. A infra-estrutura com menor número de respostas, mas ainda assim com uma percentagem

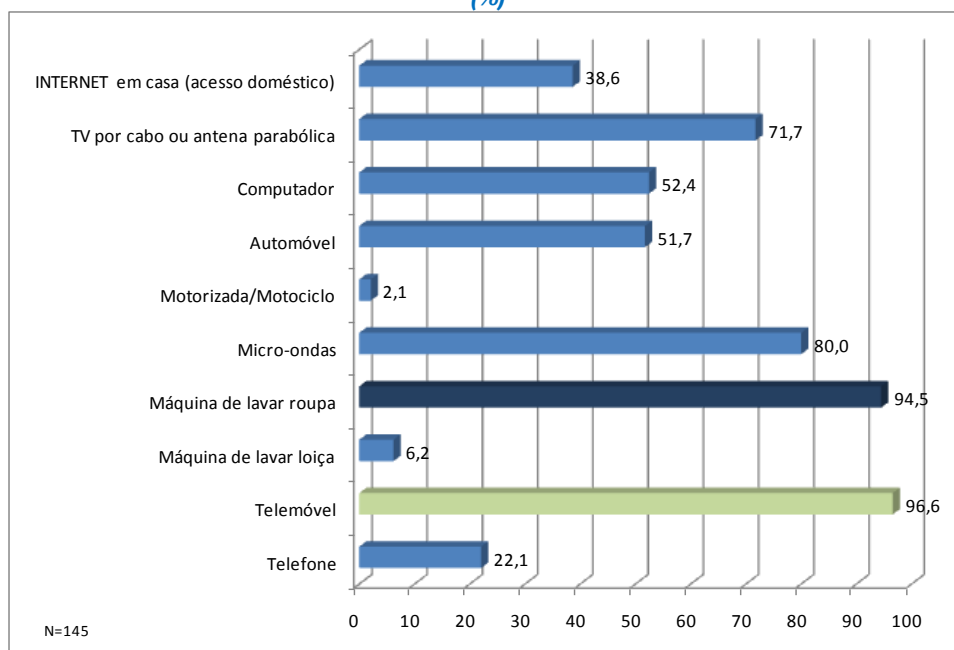
elevada, diz respeito *aquecimento central ou proveniente de aquecedores móveis* com 85,5% das respostas.

Gráfico 19 – Infra-estruturas no alojamento (%)



Por fim, no que se reporta à *posse de determinados bens e serviços de uso pessoal* por parte da família co-habitante, aqueles que são mencionados com maior frequência são: i) *telemóvel* com 96,6%; ii) *máquina de lavar roupa* com 94,5%; iii) *micro-ondas* com 80,0% e *TV por cabo ou antena parabólica* com 71,7%. Em sentido contrário, ou seja, com menos respostas estão: i) a *motorizada/motociclo* com 2,1%; e ii) a *máquina de lavar loiça* com 6,2%.

Gráfico 20 – Posse de bens e serviços de uso pessoal por parte da família co-habitante (%)



IV – Dificuldades de integração

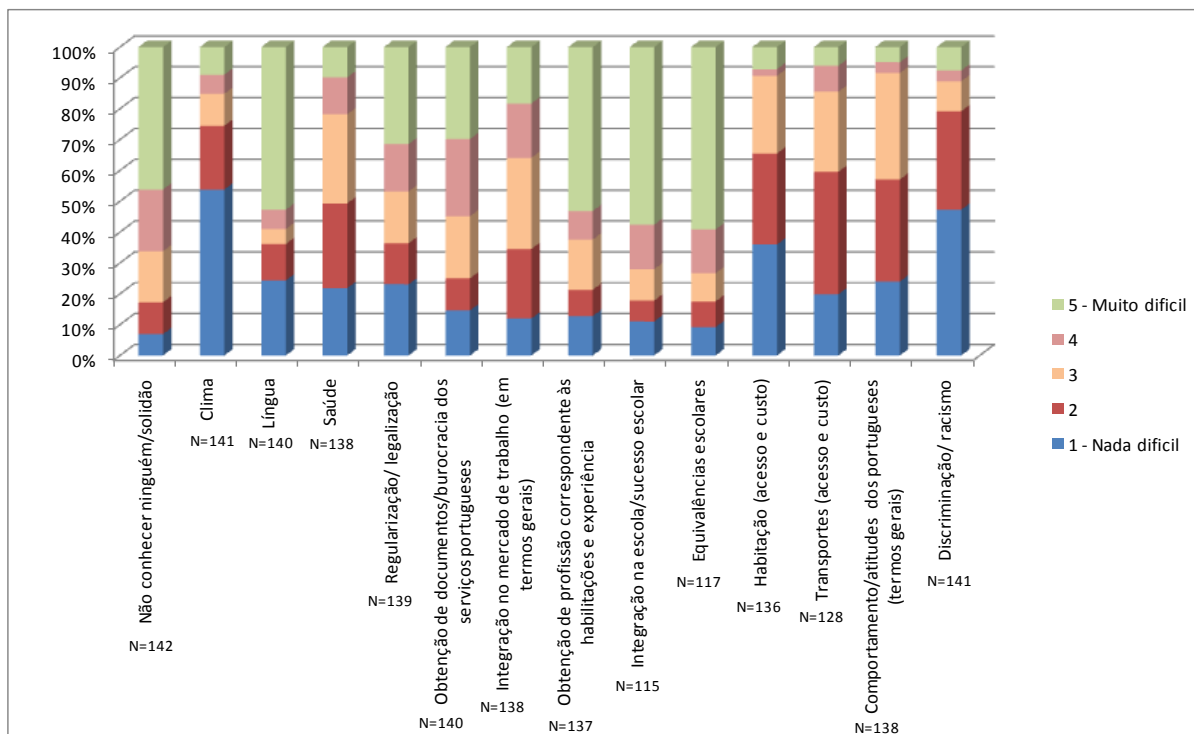
No que diz respeito ao processo de integração e às eventuais *dificuldades sentidas/vividas pelos inquiridos à chegada a Portugal*, salienta-se, desde logo, o facto de que as principais dificuldades se fizeram sentir ao nível de:

- i) integração escolar/sucesso escolar (especialmente para ucranianos e brasileiros);
- ii) equivalências escolares (especialmente para ucranianos e brasileiros);
- iii) obtenção de profissão correspondente às habilitações e experiência para todos os grupos de imigrantes, mas com especial incidência para os ucranianos);
- iv) língua (especialmente para ucranianos, moldavos e georgianos); e
- v) não conhecer ninguém/solidão (especialmente para ucranianos e brasileiros).

Por oposição, as áreas onde as dificuldades foram menos sentidas são:

- i) clima;
- ii) discriminação/racismo;
- iii) habitação;
- iv) transporte; e
- v) comportamento/attitudes dos portugueses.

Gráfico 21 – Dificuldades sentidas à chegada a Portugal (%)

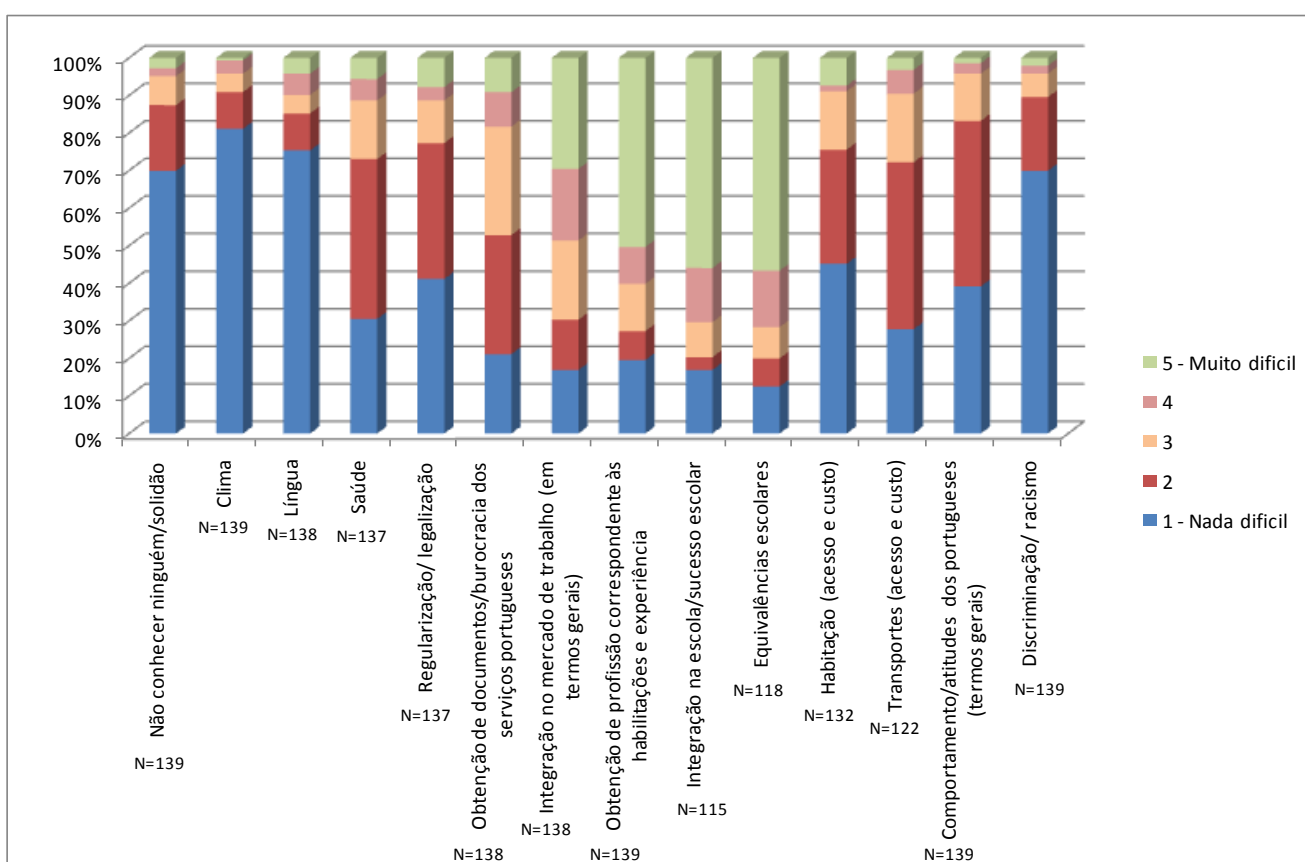


A análise das mesmas categorias mas para o momento actual, revela uma manutenção das principais categorias onde os inquiridos sentem mais dificuldades, ou seja, repetem-se aspectos

relativos a i) integração escolar/sucesso escolar; ii) equivalências escolares; iii) obtenção de profissão correspondente às habilitações e experiência. No entanto, relativamente à língua e ao não conhecer ninguém/solidão o balanço é bastante positivo, na medida em que os inquiridos passaram a considerar estas últimas categorias como estando entre aquelas onde, actualmente, as dificuldades de integração são menores.

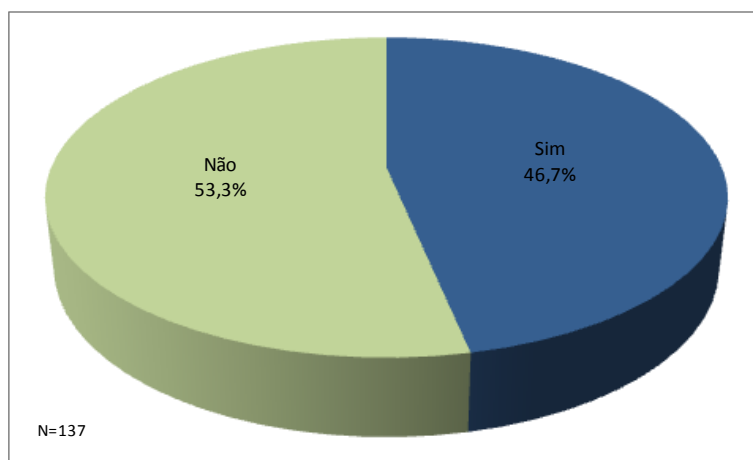
Uma análise global de todas as categorias, permite compreender que com a permanência em Portugal, as dificuldades de integração tendem a se esbater à medida que o tempo vai passando.

Gráfico 22 - Dificuldades sentidas actualmente (%)



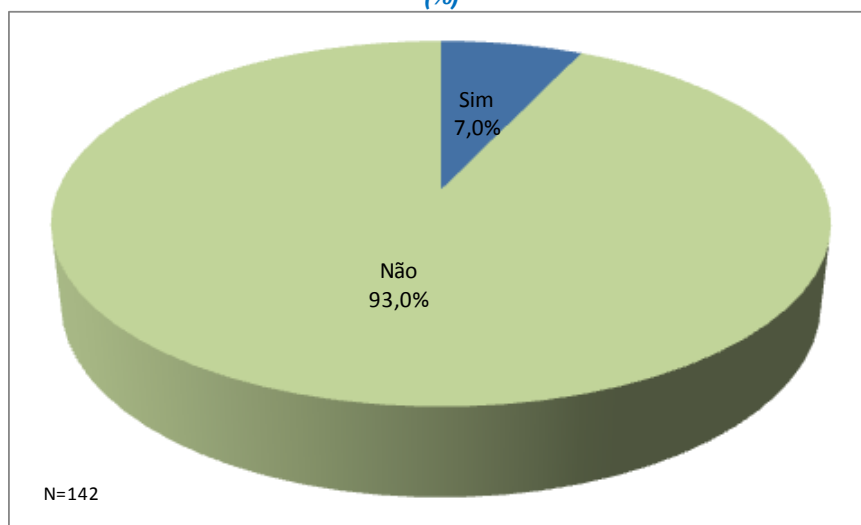
Relativamente a aspectos muito concretos como a posse de carta de condução válida em Portugal, regista-se o facto de 53,3% dos inquiridos não serem detentores de um documento deste tipo válido em território nacional.

Gráfico 23 – Carta de condução válida em Portugal (%)



Em matéria de exercício do direito de voto nas eleições locais do município, a grande maioria dos inquiridos não exerce esse direito – 93,0% por oposição aos 7,0% que o fazem. Esta situação está associada ao facto de a maioria dos imigrantes inquiridos não terem direito formal de voto em Portugal.

Gráfico 24 – Exercício do direito de voto nas eleições locais do município (%)



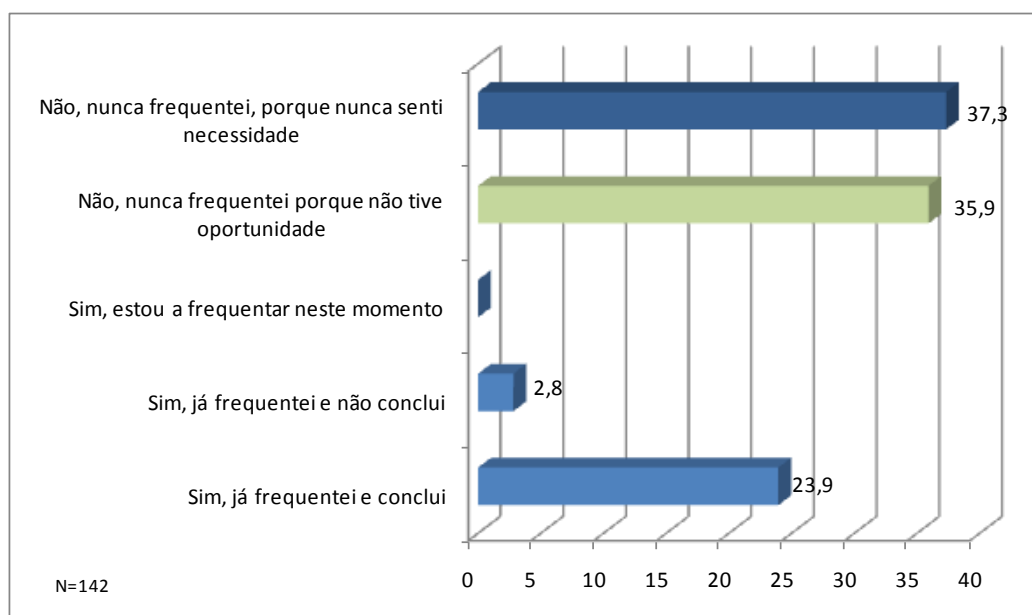
No que diz respeito à língua falada, é interessante verificar que nas primeiras respostas é o ucraniano que surge como a língua mais falada (43,9%), seguido do português com 38,1%. Nas segundas respostas o português destaca-se, sendo que nas terceiras respostas a língua do país de acolhimento surge com a mesma percentagem que o russo.

Quadro 13 – Línguas faladas no contexto doméstico (%)

Línguas que fala em casa	%	N.º
1.ª resposta		
Português	38,1	53
Espanhol	0,7	1
Moldavo	6,5	9
Russo	7,2	10
Ucraniano	43,9	61
Georgeana	3,6	5
2.ª resposta		
Português	53,8	7
Russo	30,8	4
Ucraniano	15,4	2
3.ª resposta		
Português	50,0	1
Russo	50,0	1

Em termos da aprendizagem e, por essa via um *maior conhecimento da língua portuguesa*, regista-se o facto de a maioria dos inquiridos *nunca ter frequentado um curso de língua portuguesa*, seja por *nunca terem sentido essa necessidade* (37,3%) seja por *não terem tido a oportunidade de o fazer* (35,9%). Tal situação poderá, ainda, estar associada ao facto de a língua materna de muitos dos inquiridos dispensar a frequência dos cursos em questão. Regista-se, igualmente, o facto de à data da recolha de informação, nenhum dos inquiridos estar a frequentar um curso de língua portuguesa. Pese embora esta realidade, há ainda a salientar que quase um quarto dos inquiridos já tinha *frequentado e concluído um curso desta índole* (23,9%, maioritariamente no contexto do Programa Portugal Acolhe).

Gráfico 25 – Frequência de curso de língua portuguesa (%)



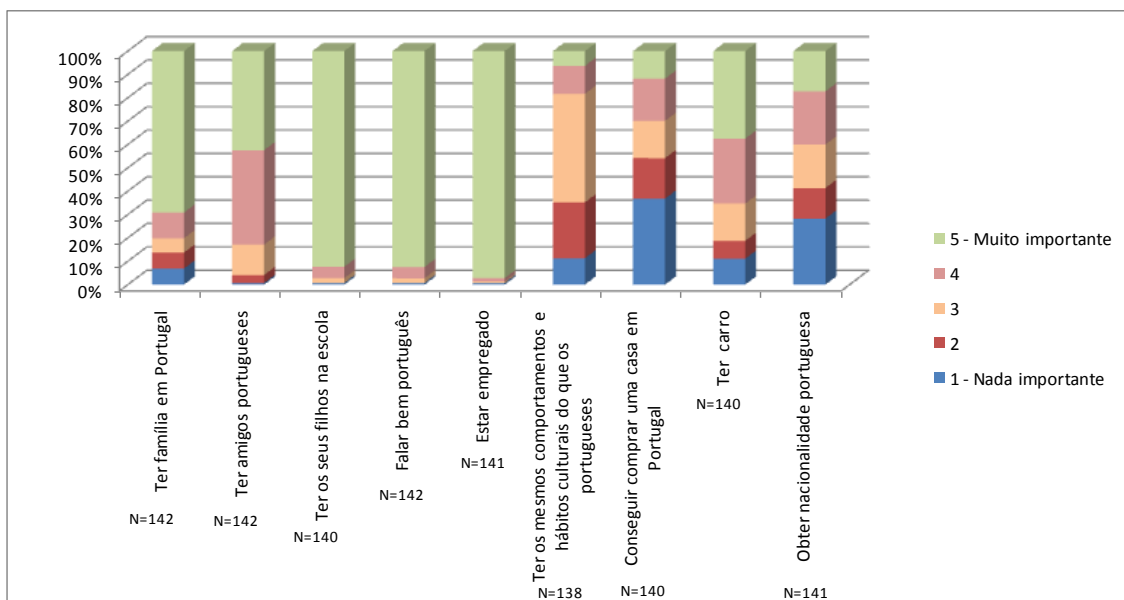
Quando questionados sobre os *factores que facilitam uma boa integração em Portugal*, os inquiridos foram inequívocos ao considerar que os mais importantes são aqueles que se relacionam com o:

- i) estar empregado;
- ii) ter os seus filhos na escola;
- iii) falar bem português.

Por oposição, ou seja, aqueles que menor importância têm na integração dos inquiridos são:

- i) ter os mesmos comportamentos e hábitos culturais do que os portugueses;
- ii) conseguir comprar uma casa em Portugal;
- iii) obter nacionalidade portuguesa.

Gráfico 26 – Factores para uma boa integração (%)



Em matéria institucional, quando questionados sobre o conhecimento e utilização de diversos serviços, interessa salientar que existe um *conhecimento* generalizado da globalidade dos itens propostos, com especial destaque para o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (98,6%), Segurança Social (97,2%) e Centro de Saúde (97,1%). Em sentido oposto está o conhecimento de instituições como entidades de ensino superior (10,2%), associação local de imigrantes (15,9%) e o ACIDI (30,3%).

Em termos de utilização de serviços, são instituições como a Segurança Social (100,0%), a Repartição de Finanças (97,8%), os bancos (97,1%), o SEF (95,7%), a embaixada/consulado (95,5%), a junta de freguesia e o centro de saúde (ambos com 93,5%) aqueles que providenciam os serviços mais utilizados pelos inquiridos.

Ainda em matéria de instituições e dos serviços prestados, a avaliação que a globalidade dos inquiridos faz é satisfatória. Os serviços que mereceram uma nota francamente positiva (muito bom e bom) foram: i) o CLAI do município; ii) a Junta de Freguesia; iii) a Biblioteca Municipal; iv) a Associação Local de Imigrantes; e v) a Polícia.

No lado oposto, como instituições com uma avaliação menos positiva por parte dos inquiridos encontram-se: i) a Embaixada/Consulado; ii) os Transportes colectivos do município; iii) a Repartição de finanças; iv) e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

Quadro 14 – Conhecimento institucional (%)

Instituições	%	
	Sim	Não
Câmara Municipal	81,5	15,8
Junta de Freguesia	93,7	6,3
CLAI do município	68,1	31,9
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras	98,6	1,4
ACIDI (CNAI ou outros serviços)	30,3	69,7
Segurança Social	97,2	2,8
Polícia (GNR ou PSP, conforme o município)	94,4	5,6
Repartição de Finanças	95,8	4,2
Centro de Emprego	87,3	12,7
Centro de saúde	97,1	2,9
Bancos	96,4	3,6
Transportes colectivos no município	90,0	10,0
Biblioteca Municipal	51,1	48,9
Escola	34,3	65,7
Universidade/instituição de ensino superior	10,2	89,8
Embaixada/Consulado	91,5	8,5
Associação Local de Imigrantes	15,9	84,1

Quadro 15 – Utilização dos serviços disponibilizados pelas instituições (%)

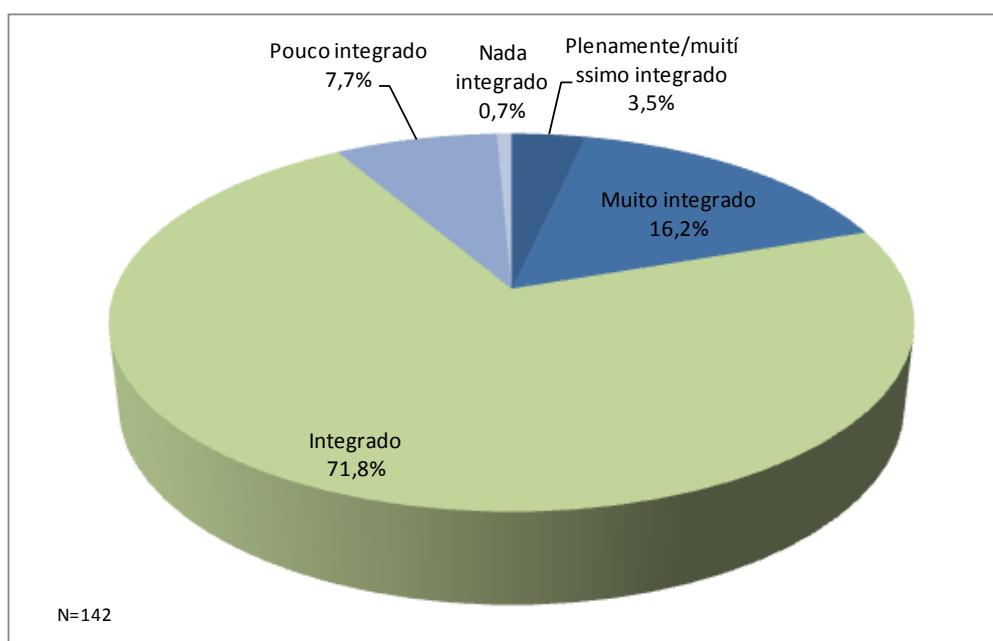
Instituições	%	
	Sim	Não
Câmara Municipal	25,6	74,4
Junta de Freguesia	93,5	6,5
CLAI do município	86,2	13,8
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras	95,7	4,3
ACIDI (CNAI ou outros serviços)	12,5	87,5
Segurança Social	100,0	0,0
Polícia (GNR ou PSP, conforme o município)	28,7	71,3
Repartição de Finanças	97,8	2,2
Centro de Emprego	43,4	56,6
Centro de saúde	93,5	6,5
Bancos	97,1	2,9
Transportes colectivos no município	91,9	8,1
Biblioteca Municipal	71,8	28,2
Escola	61,6	38,4
Universidade/instituição de ensino superior	19,1	80,9
Embaixada/Consulado	95,5	4,5
Associação Local de Imigrantes	37,3	62,7

Quadro 16 – Avaliação dos serviços prestados pelas instituições (%)

Instituições	%				
	Muito bom	Bom	Razoável	Deficiente	Muito deficiente
Câmara Municipal	20,6	35,3	38,2	5,9	0,0
Junta de Freguesia	49,6	42,0	8,4	0,0	0,0
CLAI do município	87,1	11,8	1,1	0,0	0,0
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras	5,1	22,1	46,3	21,3	5,1
ACIDI (CNAI ou outros serviços)	25,0	33,3	41,7	0,0	0,0
Segurança Social	7,2	24,6	65,2	0,7	2,2
Polícia (GNR ou PSP, conforme o município)	10,0	50,0	32,5	2,5	5,0
Repartição de Finanças	2,2	21,6	74,6	1,5	0,0
Centro de Emprego	3,6	32,1	42,9	19,6	1,8
Centro de saúde	5,4	19,2	59,2	16,2	0,0
Bancos	2,2	50,0	45,5	1,5	0,7
Transportes colectivos no município	1,6	21,8	62,9	11,3	2,4
Biblioteca Municipal	21,7	68,3	10,0	0,0	0,0
Escola	13,0	23,9	56,5	6,5	0,0
Universidade/instituição de ensino superior	10,0	30,0	60,0	0,0	0,0
Embaixada/Consulado	0,8	12,6	26,8	45,7	14,2
Associação Local de Imigrantes	10,5	63,2	26,3	0,0	0,0

A análise global que os inquiridos fazem do seu *nível de integração em Portugal* é extremamente positiva, sendo que 71,8% se consideram *integrados*, 16,2% *muito integrados* e 3,5% *plenamente/muitíssimo integrados*. Apenas uma percentagem muito reduzida de 0,7% considera que *não está integrado* e 7,7% que está *pouco integrado*.

Gráfico 27 – Nível global de integração em Portugal (%)



V – Quadro de relações sociais

As respostas analisadas em matéria de relações sociais prendem-se, fundamentalmente, com a pertença a associações, com o tipo de amigos que os inquiridos têm e, ainda, com a sua rede em situações de emergência. Neste contexto, 93,0% dos inquiridos não pertence a qualquer associação ou grupo. Daqueles que pertencem (7,0%), a maioria refere as associações locais de imigrantes do país de origem (77,8%) logo seguidos dos que referem sindicatos (22,2%). De salientar que qualquer das demais categorias contempladas na questão, não mereceu qualquer resposta positiva.

Gráfico 28 – Pertença a uma associação ou grupo (%)

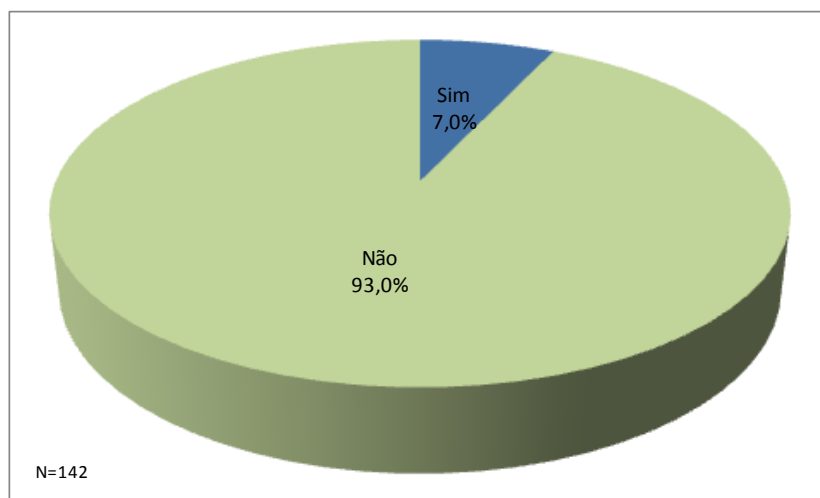
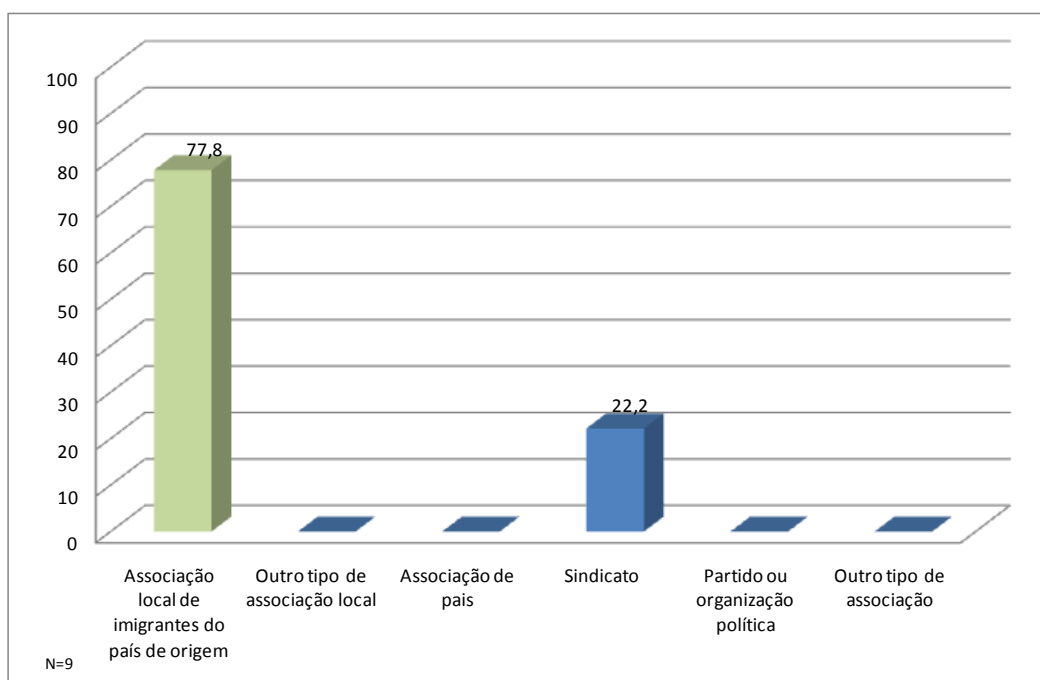
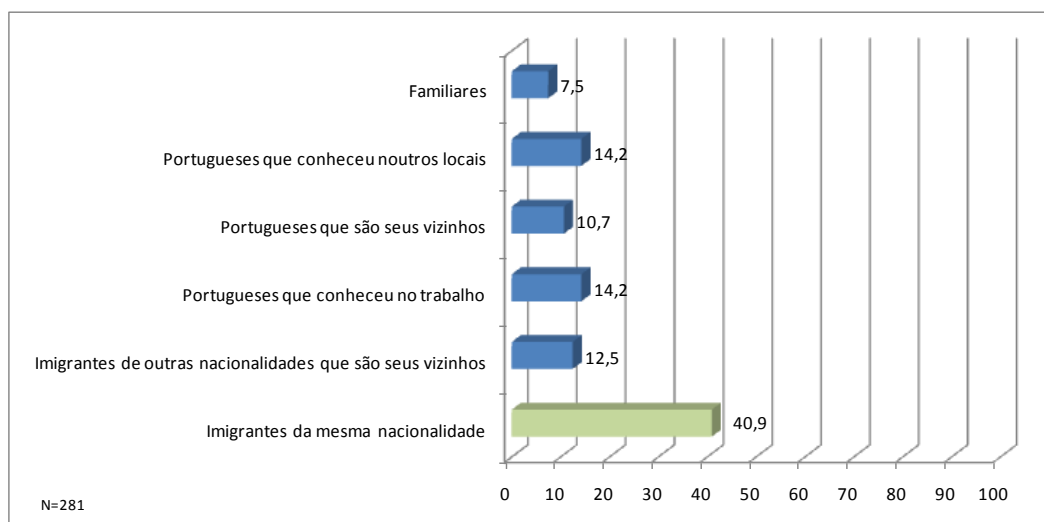


Gráfico 29 – Tipo de associação ou grupo a que pertence (%)



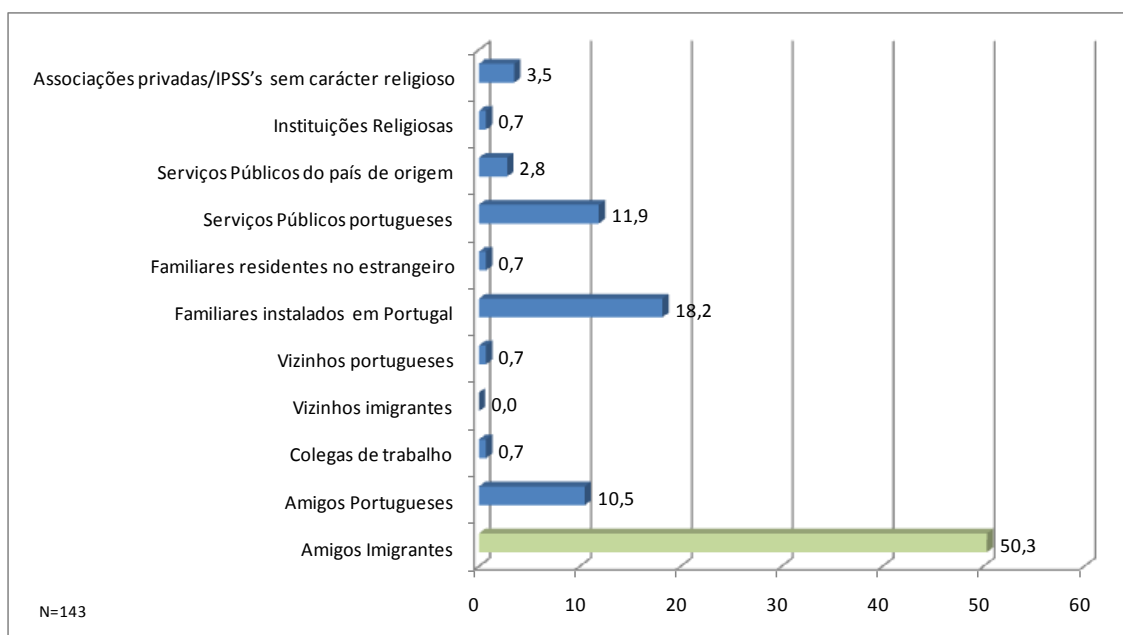
Em matéria de rede de amigos, os inquiridos referiram maioritariamente que os seus amigos são *imigrantes da mesma nacionalidade* (40,9%), seguidos a grande distância dos *portugueses que conheceu no trabalho* (14,2%) e dos *portugueses que conheceu noutros locais* (14,2%).

Gráfico 30 – Amigos (%)



Os amigos imigrantes são ainda considerados como aqueles a quem os inquiridos recorreriam com maior “facilidade” em caso de emergência (50,3%), bem como os familiares instalados em Portugal (18,2%). Salienta-se, por oposição, o facto de as redes de vizinhança não terem expressão nas respostas dadas, bem como as instituições religiosas, os colegas de trabalho ou os familiares residentes no estrangeiro. Uma nota para o facto de os serviços públicos portugueses surgir em terceiro lugar na resposta a esta questão, com 11,9%.

Gráfico 31 – Ajuda em caso de emergência (%)



VI – Práticas culturais

No que diz respeito a *práticas culturais*, foi colocada à consideração dos inquiridos uma relativamente extensa bateria de hipóteses em diversas áreas: i) gastronomia; ii) religião; iii) televisão; iv) música; v) festas; vi) internet; vii) vestuário; viii) rádio; ix) leitura; x) desporto.

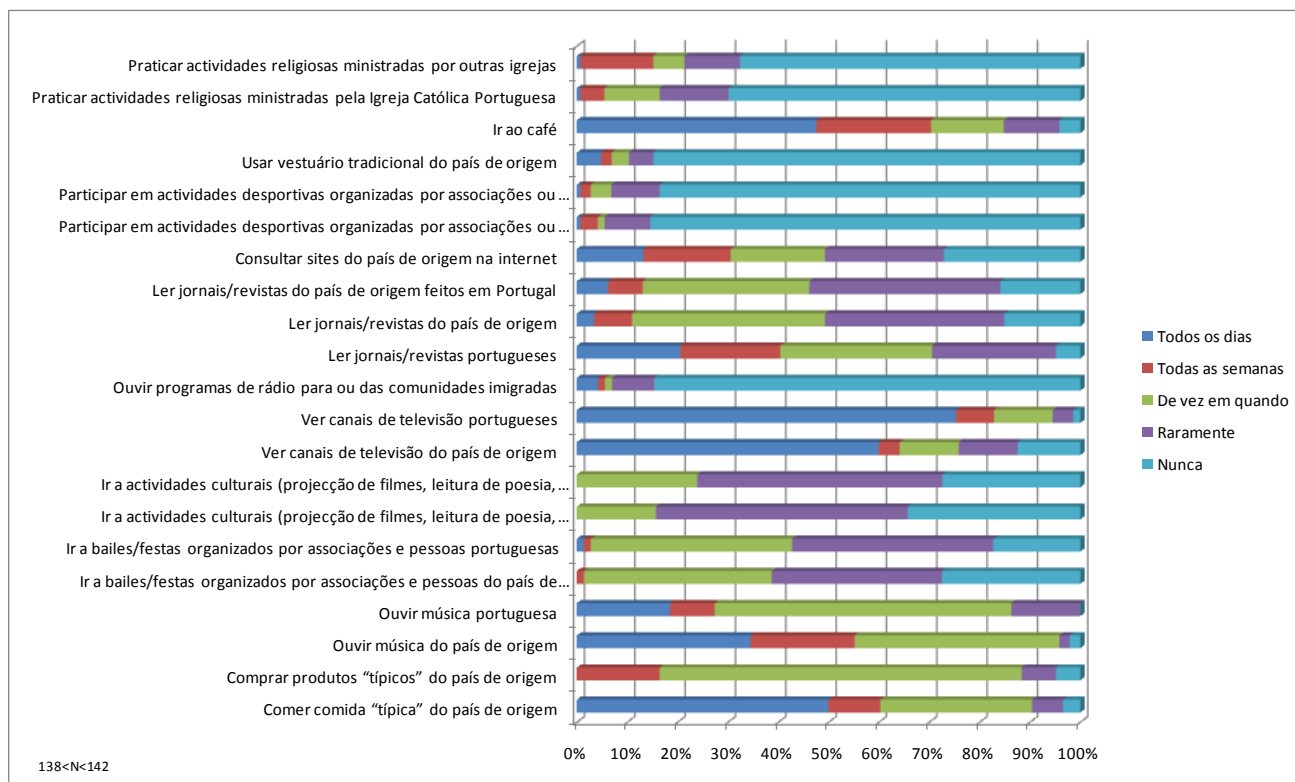
Da análise das respostas dadas, conclui-se que as práticas que acontecem com menor frequência, ou que nunca acontecem, são:

- Praticar actividades religiosas (independentemente da Igreja que as acolhe);
- Usar vestuário tradicional do país de origem;
- Participar em actividades desportivas (independentemente de quem as organiza);
- Ouvir programas de rádio para ou das comunidades imigradas.

Em sentido oposto, ou seja, as iniciativas em que os imigrantes inquiridos mais participam e/ou praticam são:

- Ver canais de televisão portugueses;
- Ver canais de televisão do país de origem
- Ir ao café;
- Comer comida “típica” do país de origem;
- Ouvir música do país de origem.

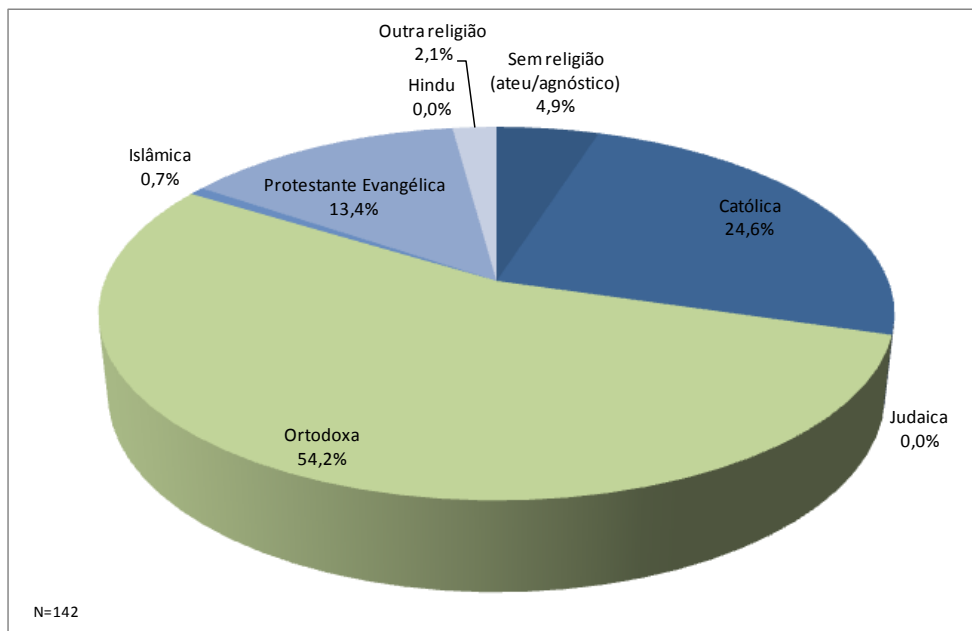
Gráfico 32 – Frequência de várias práticas culturais (%)



Uma breve nota, em matéria de religião, para o facto de os inquiridos serem maioritariamente ortodoxos (54,2%), seguidos pelos católicos (24,6%) e pelos protestantes evangélicos (13,4%). Na

primeira categoria encontram-se principalmente pessoas oriundas dos países do Leste Europeu; enquanto a religião católica (assim como os protestantes evangélicos) tem um maior peso junto dos inquiridos oriundos dos PALOP.

Gráfico 33 – Religião (%)



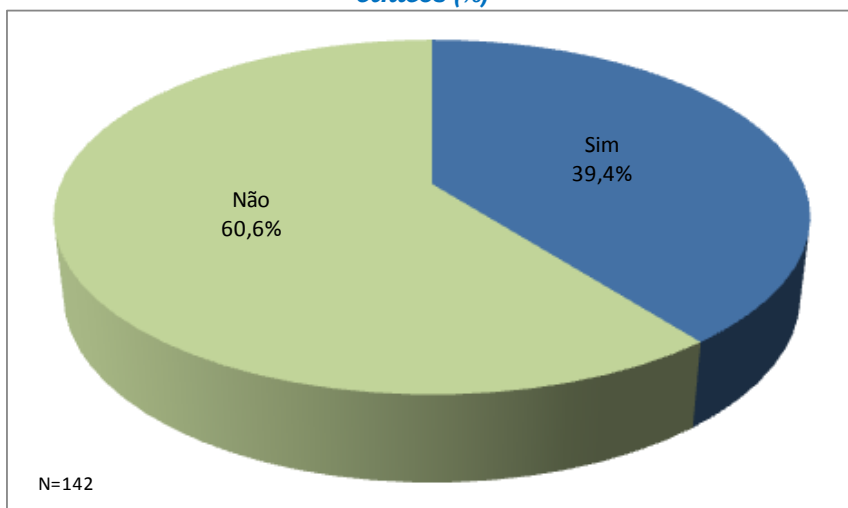
Quadro 17 – Religião vs. Naturalidade (%)

Religião	Angola		Bielorrússia		Brasil		Geórgia		Marrocos		Moldávia		Moçambique		Rússia		Ucrânia	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Católica	5	55,6	0	0,0	18	47,4	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	66,7	1	33,3	9	13,4
Islâmica	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	33,3	0	0,0	0	0,0
Ortodoxa	0	0,0	1	100,0	0	0,0	7	100,0	0	0,0	11	84,6	0	0,0	2	66,7	56	83,6
Outra religião	0	0,0	0	0,0	2	5,3	0	0,0	0	0,0	1	7,7	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Protestante Evangélica	1	11,1	0	0,0	17	44,7	0	0,0	1	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Sem religião (ateu/agnóstico)	3	33,3	0	0,0	1	2,6	0	0,0	0	0,0	1	7,7	0	0,0	0	0,0	2	3,0
TOTAL	9	100,0	1	100,0	38	100,0	7	100,0	1	100,0	13	100,0	3	100,0	3	100,0	67	100,0

VII – Racismo e discriminação

Quando questionados sobre temas relativos ao racismo e à discriminação, a maioria dos inquiridos (60,6%) *nunca se sentiu discriminado* por motivos raciais ou étnicos em Portugal. As pessoas oriundas do Brasil são aqueles que registam um maior sentimento de discriminação, seguidas dos moldavos e dos angolanos.

Gráfico 34 – Sentimento de discriminação por motivos raciais ou étnicos (%)

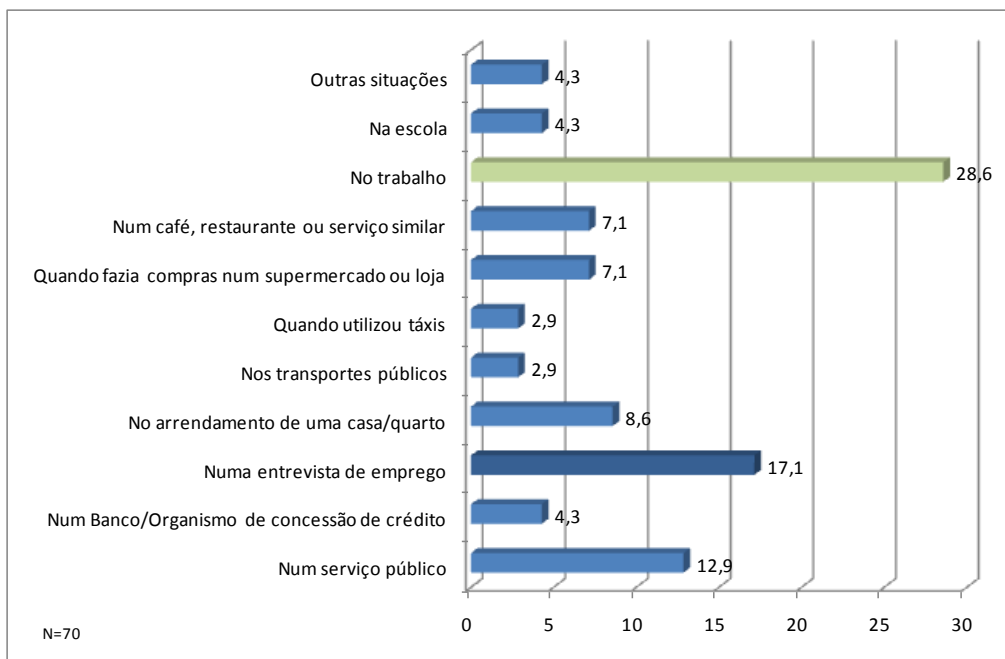


Quadro 18 – Sentimento de discriminação por motivos raciais ou étnicos vs. Nacionalidade (%)

Sentimento de discriminação	Angola		Bielorrússia		Brasil		Geórgia		Marrocos		Moldávia		Moçambique		Rússia		Ucrânia	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Não	5	55,6	1	100,0	7	18,4	7	100,0	0	0,0	7	53,8	2	66,7	2	66,7	55	82,1
Sim	4	44,4	0	0,0	31	81,6	0	0,0	1	100,0	6	46,2	1	33,3	1	33,3	12	17,9
TOTAL	9	100,0	1	100,0	38	100,0	7	100,0	1	100,0	13	100,0	3	100,0	3	100,0	67	100,0

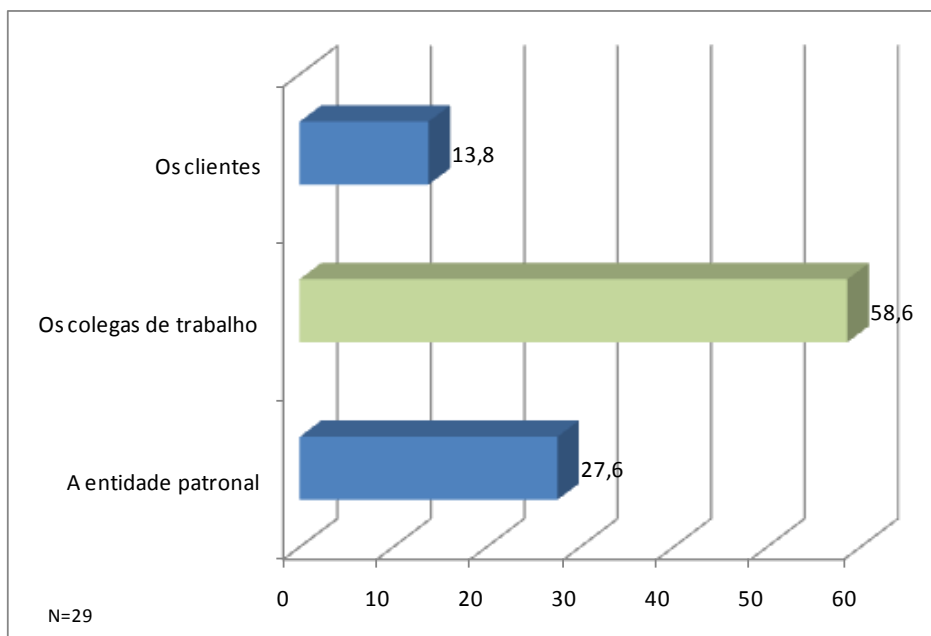
Esta é uma realidade que muitos inquiridos já vivenciaram, maioritariamente em *contexto laboral* (28,6% no trabalho e 17,1% numa entrevista de emprego). Por oposição surgem os contextos associados aos *transportes*, à *escola* e aos *organismos financeiros* como aqueles onde os inquiridos se sentiram menos discriminados.

Gráfico 35 – Situações onde os inquiridos se sentiram discriminados (%)



Regista-se o facto de os inquiridos que sentiram ser alvo de *discriminação no mercado de trabalho*, o terem sentido essencialmente por parte dos *colegas de trabalho* (58,6%), logo seguidos da *entidade patronal* (27,6%) e, de forma muito mais reduzida, dos *clientes* (13,8%).

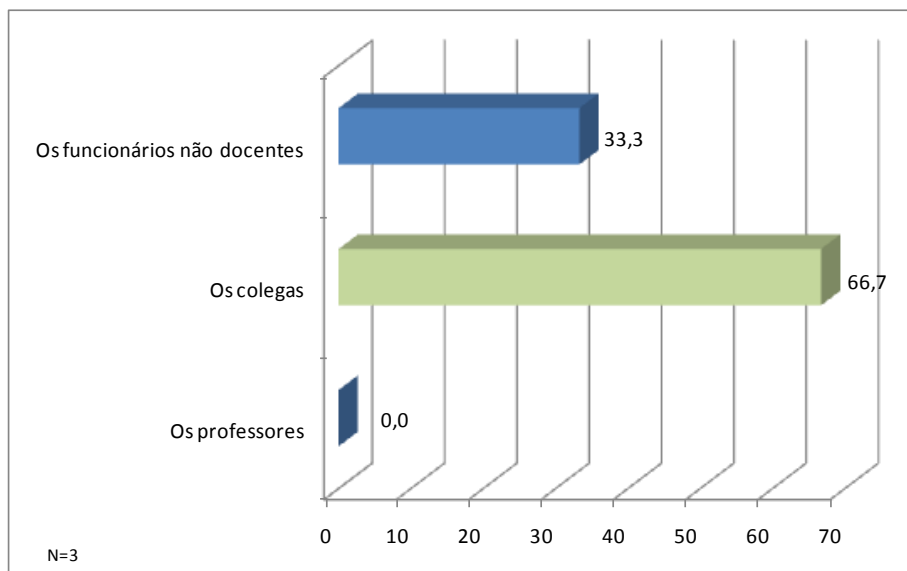
Gráfico 36 – Discriminação no mercado de trabalho – quem a efectuou (%)



No que diz respeito ao *contexto escolar*, e apesar de apenas 4,3% dos inquiridos ter sentido qualquer tipo de discriminação, aqueles que a sentiram consideram que esta veio essencialmente da parte dos *colegas de escola* (66,7%) e dos *funcionários não docentes* (33,3%).

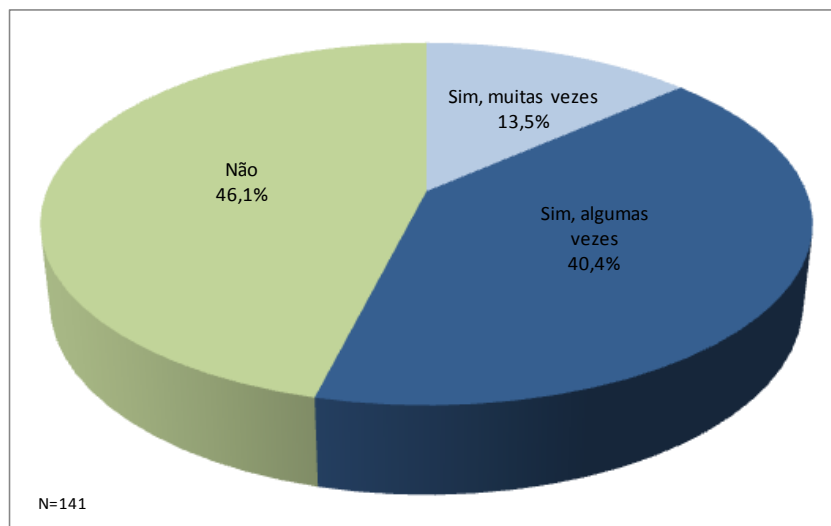
Nota-se que não existiu qualquer inquirido que tivesse atribuído comportamentos discriminatórios à *classe docente*.

Gráfico 37 – Discriminação no contexto escolar – quem a efectuou (%)



Por fim, quando questionados, de uma forma geral, sobre a *discriminação de imigrantes em Portugal*, as respostas são próximas quando se considera uma *resposta negativa* (46,1%) e uma resposta “moderada” – *sim, algumas vezes* (40,4%).

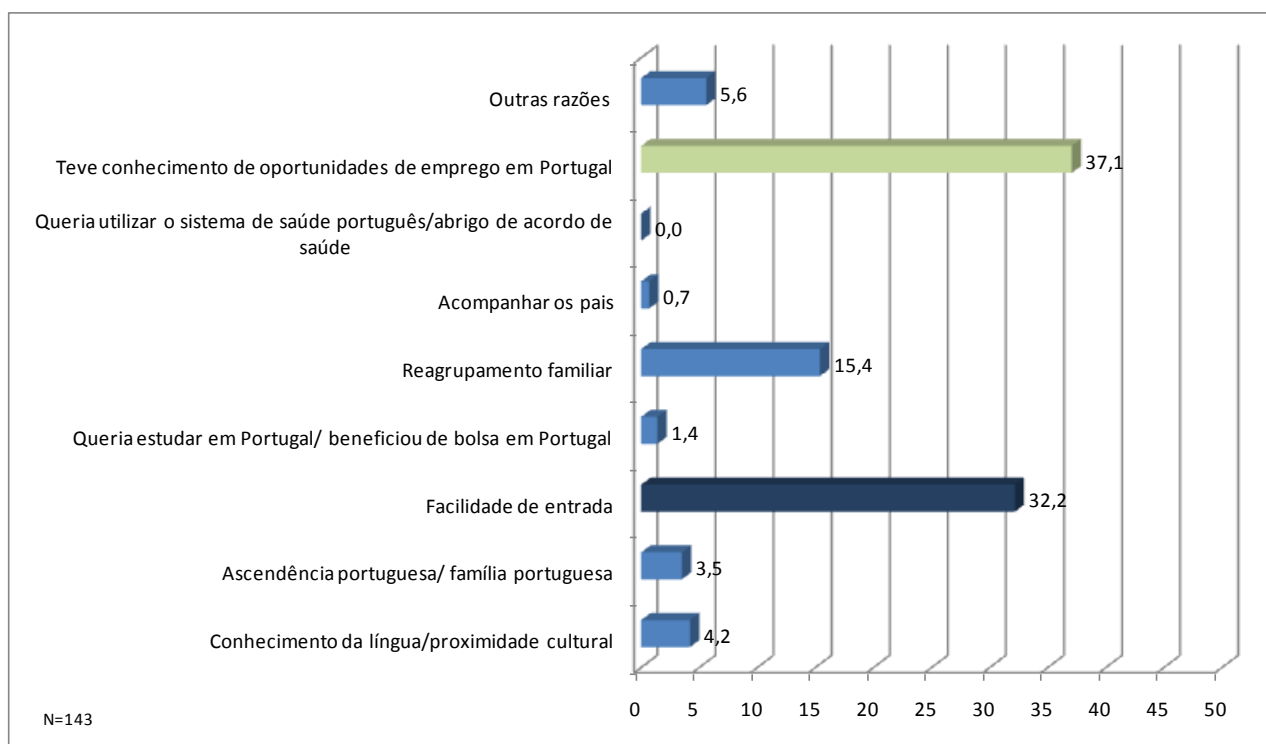
Gráfico 38 – Discriminação de imigrantes em Portugal (%)



VIII – Percurso migratório

A análise do percurso migratório dos inquiridos tem início com uma questão sobre as *principais razões para escolher Portugal* como um país de residência. As razões identificadas são, sobretudo, de duas índoles diferentes: i) *conhecimento de oportunidades de emprego em Portugal* (37,1%); ii) *facilidade de entrada* (32,2%).

Gráfico 39 – Razões que estiveram na base da escolha de Portugal como país de residência (%)



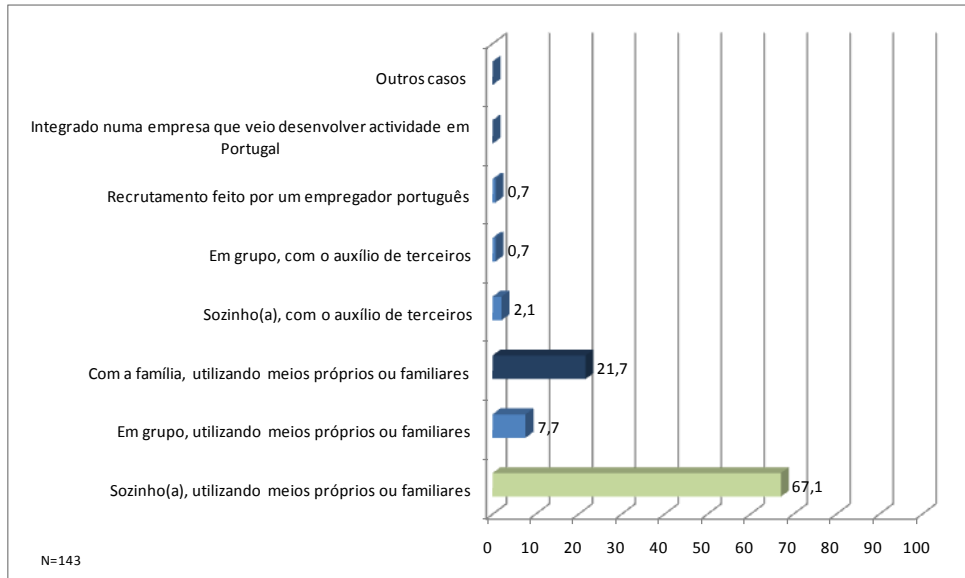
A análise desta variável quando cruzada com a naturalidade dos inquiridos, revela que para as pessoas nascidas na Ucrânia as razões mais importantes são o ter tido *conhecimento de oportunidades de emprego em Portugal*, assim como a *Facilidade de entrada em Portugal*. Para os naturais do Brasil as razões são semelhantes, mas o *Reagrupamento familiar* surge como uma motivação com uma importância considerável.

Quadro 19 – Razões que estiveram na base da escolha de Portugal como país de residência vs. Naturalidade (%)

Razões para escolher Portugal	Angola		Bielorrússia		Brasil		Geórgia		Marrocos		Moldávia		Moçambique		Rússia		Ucrânia	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Acompanhar os pais	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	1,5
Ascendência portuguesa/ família portuguesa	1	11,1	0	0,0	3	7,9	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	33,3	0	0,0	0	0,0
Conhecimento da língua/proximidade cultural	2	22,2	0	0,0	3	7,9	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	33,3	0	0,0	0	0,0
Facilidade de entrada	1	11,1	0	0,0	10	26,3	1	14,3	0	0,0	6	42,9	0	0,0	0	0,0	28	41,8
Outras razões (especificar)	2	22,2	0	0,0	1	2,6	0	0,0	1	100,0	0	0,0	1	33,3	1	33,3	2	3,0
Queria estudar em Portugal/ beneficiou de bolsa em Portugal	2	22,2	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Reagrupamento familiar	1	11,1	1	100,0	9	23,7	1	14,3	0	0,0	2	14,3	0	0,0	1	33,3	7	10,4
Teve conhecimento de oportunidades de emprego em Portugal	0	0,0	0	0,0	12	31,6	5	71,4	0	0,0	6	42,9	0	0,0	1	33,3	29	43,3
TOTAL	9	100,0	1	100,0	38	100,0	7	100,0	1	100,0	14	100,0	3	100,0	3	100,0	67	100,0

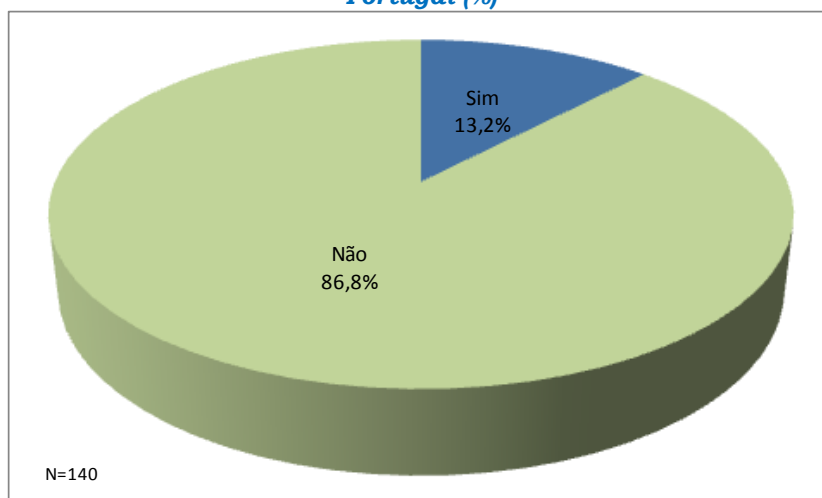
Os processos migratórios aconteceram preferencialmente de *forma isolada* (67,1%), seguidos pela *imigração em família* (21,7%). Em qualquer dos casos, os meios utilizados ou eram próprios ou familiares.

Gráfico 40 – Forma de imigração utilizada (%)



O *pagamento a organizações ou pessoas para chegar a Portugal* é uma realidade com uma expressão pouco significativa, pois apenas 13,2% dos inquiridos assumiu tê-lo feito. Em termos de naturalidade, da análise da tabela que se segue, constata-se que são as pessoas nascidas na Moldávia aquelas onde o efectivo *pagamento a organizações ou pessoas para chegar a Portugal* surge com maior peso.

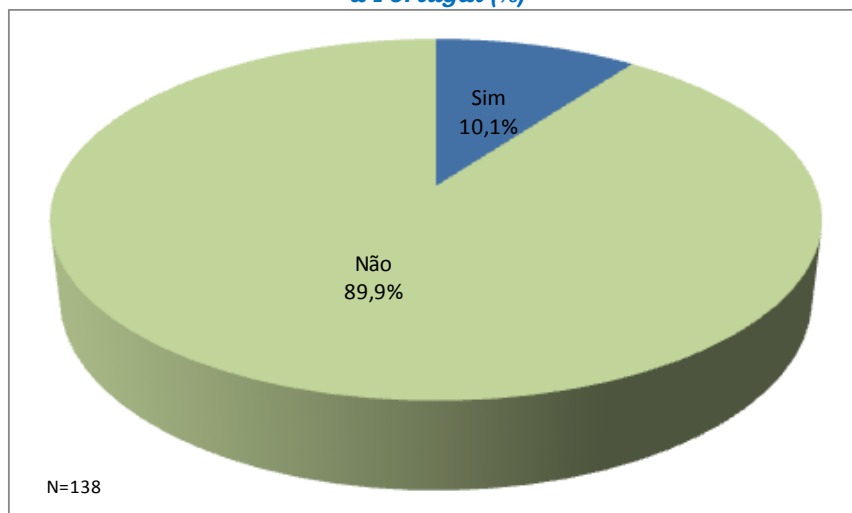
Gráfico 41 – Pagamento a organizações ou pessoas para chegar a Portugal (%)



Quadro 20 – Pagamento a organizações ou pessoas para chegar a Portugal vs. Naturalidade (%)

Pagamento a organizações ou pessoas para chegar a Portugal	Angola		Bielorrússia		Brasil		Geórgia		Marrocos		Moldávia		Moçambique		Rússia		Ucrânia	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Não	7	77,8	1	100,0	38	100,0	7	100,0	1	100,0	8	57,1	3	100,0	3	100,0	55	85,9
Sim	2	22,2	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	6	42,9	0	0,0	0	0,0	9	14,1
TOTAL	9	100,0	1	100,0	38	100,0	7	100,0	1	100,0	14	100,0	3	100,0	3	100,0	64	100,0

Agora com um enfoque mais geográfico, constata-se que 89,9% dos inquiridos *não residiu noutro país que não o de origem*, antes de chegar a Portugal. Dos 10,1% de indivíduos que referiu tê-lo feito, as respostas são francamente dispersas, com a indicação de países em diversos continentes: desde o Africano até ao Americano, passando pela Europa e Ásia. Esta dispersão também se regista relativamente à duração das estadias nestes países.

Gráfico 42 – Residência noutro país que não o de origem antes de chegar a Portugal (%)

Quadro 21 – Se responde sim, qual? (N.º)

País	N.º
África do Sul	1
Alemanha	3
Bélgica	1
Espanha	2
Estados Unidos da América	1
França	1
Israel	2
Luxemburgo	1
Polónia	1
Rússia	1
TOTAL	14

Quadro 22 – Se responde sim, por quanto tempo? (N.º)

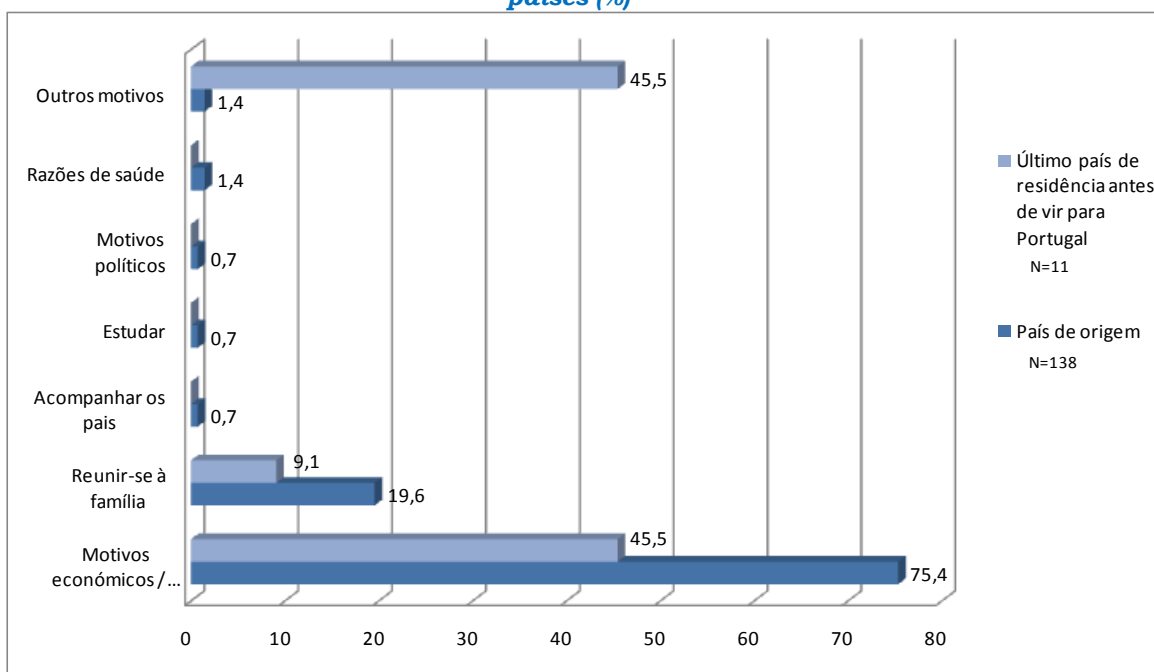
Tempo	N.º
1 ano	7
2 anos	1
3 anos	2
4 anos	1
8 anos	1
10 anos	1
40 anos	1
TOTAL	14

Os motivos pelos quais os inquiridos deixaram os seus países de origem (ou os países onde residiram antes de chegar a Portugal) estão fundamentalmente associadas a *questões de cariz*

económico e laboral (75,4% nos inquiridos que deixaram o país de origem e 45,5% nos que deixaram outros países). Para quem saiu directamente do país de origem para se instalar em Portugal, a *reunificação familiar* surge com alguma importância, reunindo 19,6% das respostas.

Para os inquiridos que deixaram outros países para se instalar em Portugal, os “Outros motivos” surgem com um peso bastante relevante. São, na essência, motivos relacionados com o conhecimento do futuro cônjuge nesse país, a resolução de questões patrimoniais em Portugal e de não ter gostado da forma como foi acolhido nos países por onde passou.

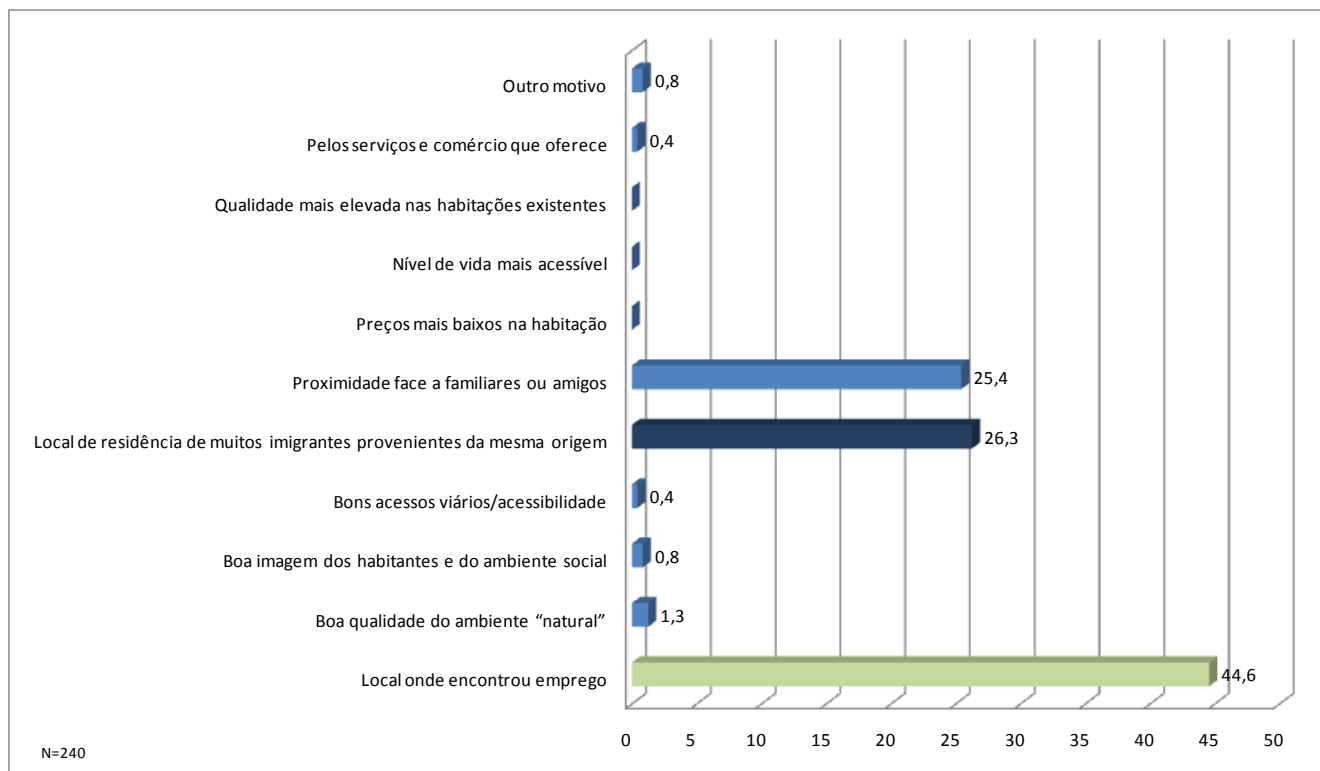
Gráfico 43 – Motivos que estiveram na base da saída do país de origem e de outros países (%)



A opção de *Santarém como concelho de residência* teve, na sua essência, três aspectos chave:

- O ser o local onde o imigrante encontrou emprego (44,6%);
- O ser o local de residência de muitos imigrantes provenientes da mesma origem (26,3%);
- Proximidade face a familiares ou amigos (25,4%).

Gráfico 44 – Motivos que estiveram na base da escolha por Santarém como concelho de residência (%)

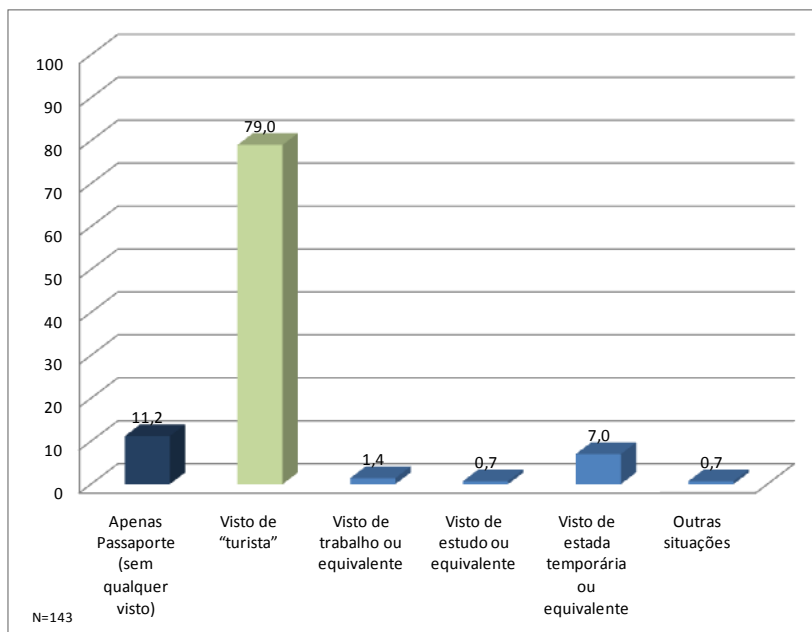


Quadro 23 – Motivos que estiveram na base da escolha por Santarém como concelho de residência vs. Naturalidade (%)

Motivos para escolher Santarém	Angola		Bielorrússia		Brasil		Geórgia		Marrocos		Moldávia		Moçambique		Rússia		Ucrânia	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Local onde encontrou emprego	3	25,0	1	50,0	25	42,4	7	50,0	0	0,0	11	47,8	0	0,0	2	40,0	58	48,7
Boa qualidade do ambiente "natural"	1	8,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	20,0	0	0,0	1	0,8
Boa imagem dos habitantes e do ambiente social	0	0,0	0	0,0	1	1,7	0	0,0	0	0,0	1	4,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Bons acessos viários/acessibilidade	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	20,0	0	0,0	0	0,0
Local de residência de muitos imigrantes provenientes da mesma origem	0	0,0	0	0,0	16	27,1	5	35,7	0	0,0	7	30,4	0	0,0	0	0,0	35	29,4
Proximidade face a familiares ou amigos	7	58,3	1	50,0	17	28,8	2	14,3	1	100,0	4	17,4	2	40,0	3	60,0	24	20,2
Preços mais baixos na habitação	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Nível de vida mais acessível	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Qualidade mais elevada nas habitações existentes	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Pelos serviços e comércio que oferece	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,8
Outro motivo	1	8,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	20,0	0	0,0	0	0,0
TOTAL	12	100,0	2	100,0	59	100,0	14	100,0	1	100,0	23	100,0	5	100,0	5	100,0	119	100,0

Em matéria de *documentação de entrada em Portugal*, 79,0% dos inquiridos entrou com *visto de "turista"*, 11,2% apenas entrou com *passaporte (sem qualquer visto)* e 7,0% com *visto de estada temporária ou equivalente*. De facto, a utilização de *visto de "turista"* surge como o documento de entrada em Portugal mais utilizado por todos os grupos de imigrantes (com a excepção de Bielorrússia, Marrocos e Moçambique). No entanto, no caso dos angolanos, brasileiros e russos a utilização de *passaporte (sem qualquer visto)* surge com um peso relativo algo considerável.

Gráfico 45 – Documento de entrada em Portugal (%)



Quadro 24 – Documento de entrada em Portugal vs. Nacionalidade (%)

Documento de entrada em Portugal	Angola		Bielorrússia		Brasil		Geórgia		Marrocos		Moldávia		Moçambique		Rússia		Ucrânia	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Apenas Passaporte (sem qualquer visto)	2	22,2	0	0,0	6	15,8	0	0,0	1	100,0	1	7,1	3	100,0	1	33,3	2	3,0
Outras situações	0	0,0	0	0,0	1	2,6	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Visto de estada temporária ou equivalente	0	0,0	1	100,0	0	0,0	1	14,3	0	0,0	3	21,4	0	0,0	0	0,0	5	7,5
Visto de estudo ou equivalente	0	0,0	0	0,0	1	2,6	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Visto de trabalho ou equivalente	0	0,0	0	0,0	1	2,6	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	1,5
Visto de "turista"	7	77,8	0	0,0	29	76,3	6	85,7	0	0,0	10	71,4	0	0,0	2	66,7	59	88,1
TOTAL	9	100,0	1	100,0	38	100,0	7	100,0	1	100,0	14	100,0	3	100,0	3	100,0	67	100,0

Actualmente, a esmagadora maioria dos inquiridos tem a sua *situação regularizada* (94,4%), enquanto apenas 4,2% *não* a tem e 1,4% está a *aguardar decisão dos serviços*. Em termos de data de regularização, foram os anos de 2001, 2002, 2003 e 2008 aqueles em que se verificaram maior número de regularizações. No que diz respeito às pessoas que estão a aguardar decisão dos serviços, os documentos em falta são fundamentalmente contrato de trabalho e Cartão de Cidadão e obtenção de nacionalidade portuguesa.

Gráfico 46 – Situação regularizada (%)

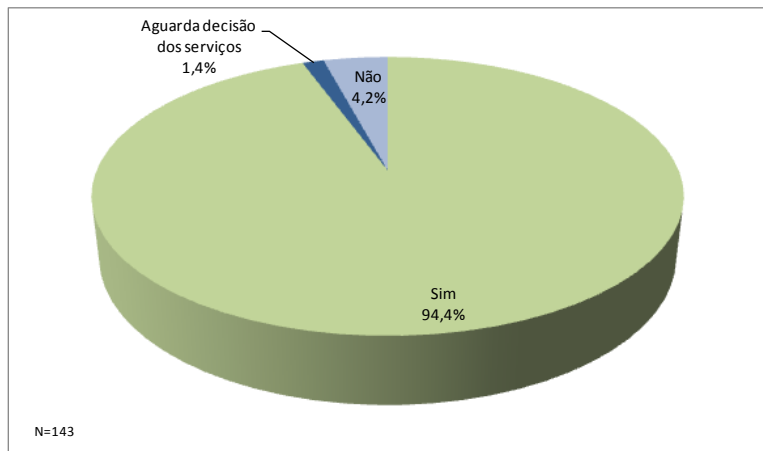
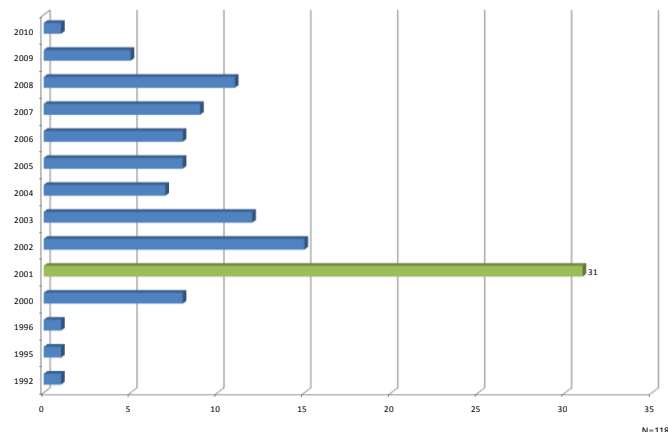
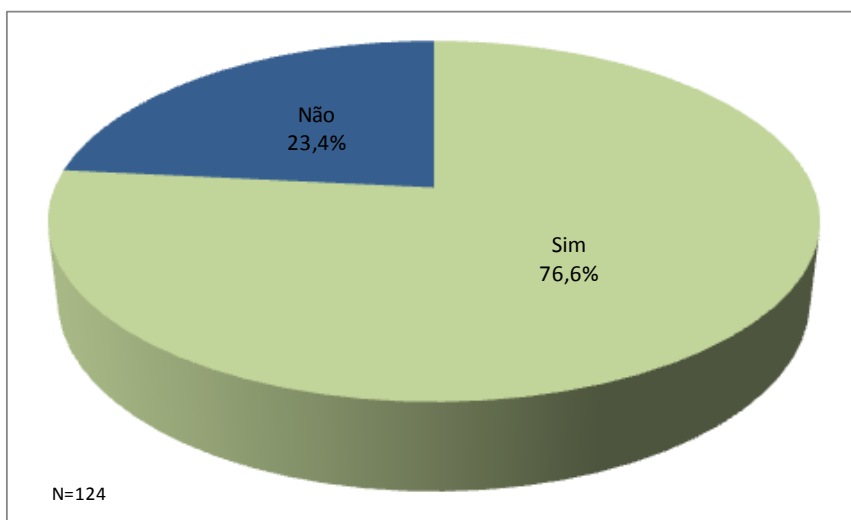


Gráfico 47 – Data de regularização (%)



Quando questionados sobre a intenção de obtenção de nacionalidade portuguesa, os inquiridos responderam maioritariamente que tencionavam obter esta nacionalidade (76,6%).

Gráfico 48 – Obtenção de nacionalidade portuguesa (%)



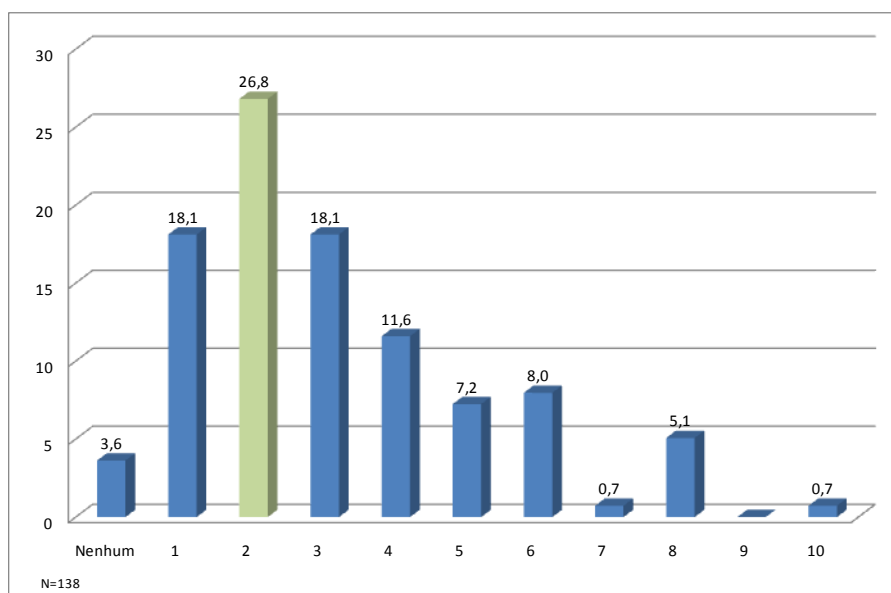
Em termos de *último emprego no país de origem*, os inquiridos tiveram as mais diversas actividades em todos os sectores de actividade, tendo sido possível, no entanto, registar um conjunto de respostas para “Estudante” e “Professor/a”, com 10 e 11 sinalizações respectivamente.

Quadro 25 – Último emprego no país de origem (N.º)

Emprego	N.º	Emprego	N.º
Administrativo	1	Engenheiro civil	3
Agricultor	1	Engenheiro Mecânico	4
Ajudante de Cabeleireira	1	Estafeta	1
Ajudante de Cozinha	1	Estudante	10
Assistente de Recursos Humanos	1	Esteticista	1
Ajudante familiar	1	Funcionário Pública	2
Atendente de call center	1	Guarda Prisional	1
Atendente de balcão	1	Funileiro	1
Auxiliar de Tesouraria	1	Jurista na Polícia Judiciária	1
Auxiliar de Recontagem	1	Informático	2
Bate Chapa	1	Linhas Férreas	1
Balconista	1	Maquinista	1
Cabeleireira	3	Massagista	2
Cabeleireira/esteticista	1	Mecânico	2
Camionista	1	Médico	3
Chefe de Sessão	1	Mineiro	2
Construção Civil	2	Militar	2
Comercial	1	Motorista	1
Contabilista	3	Motorista profissional	1
Costureira	1	Motorista de camiões	1
Curso de Electromecânica de Equipamento de Diagnóstico Médico (nunca trabalhou)	1	Motorista de taxis	1
Cozinheira	2	Não esteve empregada	1
Dactilógrafa	1	Operador de armazém	1
Desempregado	1	Operador de Máquinas	1
Economista	3	Operário fabril	6
Electricista	3	Operário da Construção Civil	2
Educadora de Infância	1	Polícia	1
Empregada de escritório	3	Professora	11
Empregada num bar	1	Protésico	1
Empregada num museu	1	Psicóloga	1
Empregada num hotel	1	Pugilista	1
Empregada numa empresa de telemarketing	1	Servente de Pedreiro	1
Empregada num supermercado	1	Segurança	4
Empregada numa perfumaria francesa	1	Técnica de laboratório	1
Empregada numa padaria	1	Taxista	1
Empregado numa Cooperativa	1	Trabalhador na Alfandega da cidade de Vitória	1
Empregado numa seguradora	1	Telefonista	1
Empregado numa pecuária	1	Torneiro	1
Enfermeira	2	Tratadora de animais	1
Engenheira de Construção Civil	1	Vendedor	4
Engenheiro	2	Vigilante	1
Engenheiro de electrónica	1	TOTAL	141

Tendo em consideração apenas o contexto português, 26,8% dos inquiridos já tiveram *dois empregos*, 18,1% já tiveram *três empregos* e 18,1% apenas *tiveram um*.

Gráfico 49 – Número de empregos em Portugal (%)



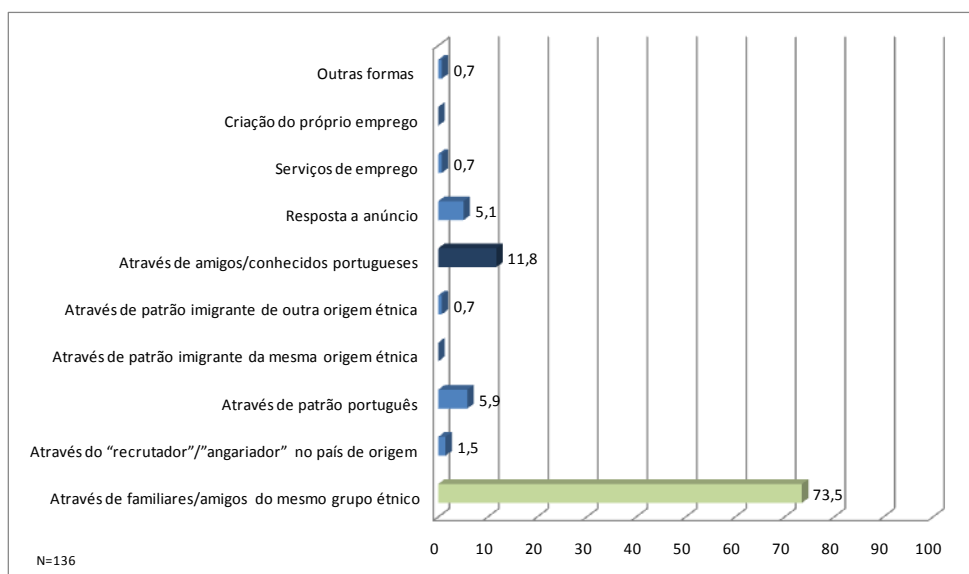
Em matéria de *primeiro emprego em Portugal*, salienta-se mais uma vez a grande dispersão de actividades. No entanto é possível registar o número de respostas acima dos dois dígitos para as actividades de: i) empregada/operário fabril; ii) empregada de limpeza; e iii) operário da construção civil.

Quadro 26 – Primeiro emprego em Portugal (N.º)

Emprego	N.º	Emprego	N.º
Agricultor	9	Empregado numa pedreira	1
Ajudante Construção Civil	1	Empregado numa vacaria	1
Ajudante de Cozinha	1	Feirante	1
Ajudante de Cabeleireira	1	Funcionária de limpeza	1
Ajudante de escritório na empresa Fergrupo	1	Jardineira	1
Atendente de balcão	1	Médica	1
Auxiliar de escritório	1	Numa quinta que servia casamentos	1
Bate chapa	1	Montagem de linhas na Empresa Steconfer	2
Britadeiro numa pedreira	1	Operário da Construção Civil	10
Cabouqueiro	7	Pintor	2
Caixeiro Ajudante de 1.ºano em Loja Milano (L	1	Esteticista	2
Caixa numa loja de roupas	1	Promotora de vendas	2
Caminhos de Ferro	1	Trabalhei na Empresa MODIS, S.A.	1
Calceteiro	3	Vendedora numa loja de produtos ucranianos	1
Comércio	1	Empregada numa pecuária	2
Construção civil	5	Serralheiro	3
Embalador numa fábrica de carnes	1	Tomei conta de uma idosa/um idoso	2
Empregada de balcão	1	Empregada doméstica	8
Empregada de Residência	1	Serviço de Limpeza	3
Empregada de mesa	2	Empregada no Talho	1
Empregada de limpeza	12	Empregado na Firma Pais Matias	1
Empregada numa estufa de flores	1	Servente	7
Empregada/operário fabril	13	Empregada numa pastelaria	1
Empregada num café	2	Soldador	1
Empregada de restaurante	4	Trabalhei numa engomadaria	1
Empregado de Mesa na Feira Nacional da Agric	1	Empregado num bar	1
Empregado numa carpintaria	1	TOTAL	135
Empregado numa empresa de materiais de co	1		
Empregado de cozinha	1		

Este primeiro emprego foi, na maioria dos casos, possível através do *apoio de familiares/amigos do mesmo grupo étnico* (73,5%) e de *amigos/conhecidos portugueses* com 11,8%. Esta variável cruzada com a naturalidade dos indivíduos inquiridos, deixa antever as seguintes realidades: em todos os grupos de imigrantes (com a excepção das pessoas nascidas na Rússia) a categoria que surge com mais frequências é a dos *familiares/amigos do mesmo grupo étnico*; a *resposta a anúncios* apenas é importante para os grupos de imigrantes oriundos dos PALOP; os *amigos/conhecidos portugueses* constituíram um importante recurso para as pessoas oriundas do Brasil, Geórgia, Marrocos, Moçambique e Rússia.

Gráfico 50 – Forma de obtenção do primeiro emprego em Portugal (%)



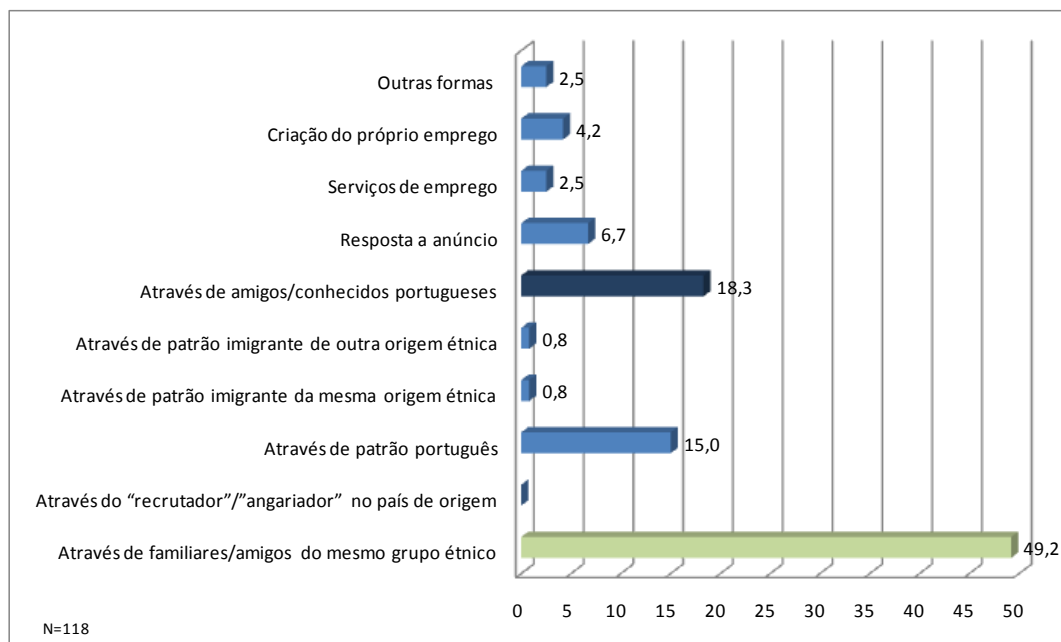
Quadro 27 – Forma de obtenção do primeiro emprego em Portugal vs. Naturalidade (%)

Forma de obtenção de emprego	Angola		Bielorrússia		Brasil		Geórgia		Marrocos		Moldávia		Moçambique		Rússia		Ucrânia	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Através de amigos/conhecidos portugueses	0	0,0	0	0,0	6	17,1	2	28,6	1	100,0	1	7,1	1	50,0	2	66,7	3	4,5
Através de familiares/amigos do mesmo grupo étnico	4	57,1	1	100,0	23	65,7	4	57,1	0	0,0	12	85,7	1	50,0	1	33,3	54	81,8
Através de patrão imigrante de outra origem étnica	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	1,5
Através de patrão português	2	28,6	0	0,0	1	2,9	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	5	7,6
Através do “recrutador”/“angariador” no país de origem	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	7,1	0	0,0	0	0,0	1	1,5
Outras formas	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	1,5
Resposta a anúncio	1	14,3	0	0,0	5	14,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	1,5
Serviços de emprego	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	14,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
TOTAL	7	100,0	1	100,0	35	100,0	7	100,0	1	100,0	14	100,0	2	100,0	3	100,0	66	100,0

A forma de obtenção dos actuais empregos dos inquiridos foi bastante semelhante à traçada no parágrafo anterior, na medida em que os *familiares/amigos do mesmo grupo étnico* continuam a desempenhar um papel chave neste processo, ainda que em menor escala (49,2%). Também a outra categoria referida no parágrafo anterior continua a manter a sua importância, reforçando-

a a percentagem de respostas – *amigos/conhecidos portugueses* com 18,3%. A categoria *patrão português* também se destaca com 15,0%.

Gráfico 51- Forma de obtenção do actual emprego em Portugal (%)

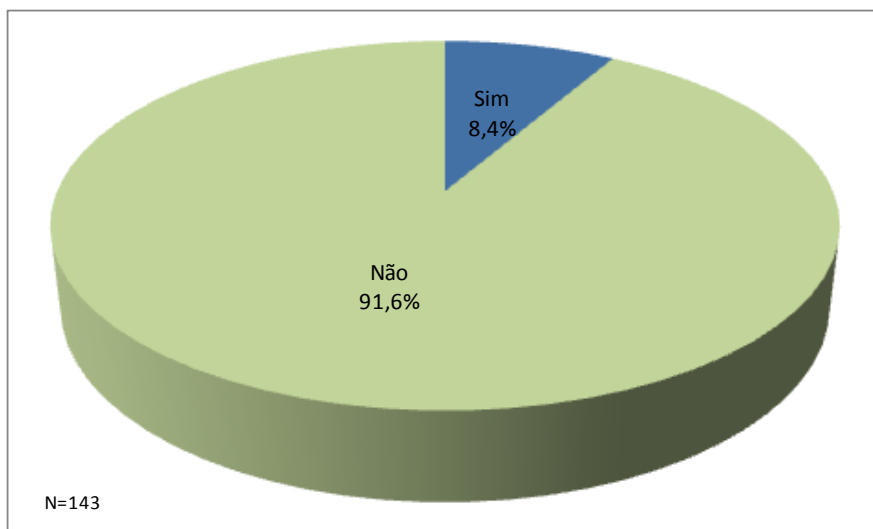


Quadro 28 – Forma de obtenção do actual emprego em Portugal vs. Naturalidade (%)

Forma de obtenção de emprego	Angola		Bielorrússia		Brasil		Geórgia		Marrocos		Moldávia		Moçambique		Rússia		Ucrânia	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Através de amigos/conhecidos portugueses	0	0,0	0	0,0	12	37,5	1	16,7	0	0,0	3	25,0	1	50,0	2	66,7	3	5,3
Através de familiares/amigos do mesmo grupo étnico	1	20,0	1	100,0	8	25,0	5	83,3	0	0,0	8	66,7	0	0,0	1	33,3	33	57,9
Através de patrão imigrante de outra origem étnica	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	1,8
Através de patrão português	1	20,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Através do "recrutador"/"angariador" no país de origem	1	20,0	0	0,0	5	15,6	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	12	21,1
Criação do próprio emprego	1	20,0	0	0,0	1	3,1	0	0,0	0	0,0	1	8,3	0	0,0	0	0,0	2	3,5
Outras formas	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	50,0	0	0,0	2	3,5
Resposta a anúncio	0	0,0	0	0,0	4	12,5	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	4	7,0
Serviços de emprego	1	20,0	0	0,0	2	6,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
TOTAL	5	100,0	1	100,0	32	100,0	6	100,0	0	100,0	12	100,0	2	100,0	3	100,0	57	100,0

Os inquiridos foram ainda interpelados sobre a eventualidade de já terem *trabalhado temporadas noutros países*, sendo que a sua esmagadora maioria respondeu que *não* – 91,6%. No entanto, para aqueles que responderam que *sim*, Espanha surge como o destino mais referido.

Gráfico 52 – Temporada de trabalho no estrangeiro (%)



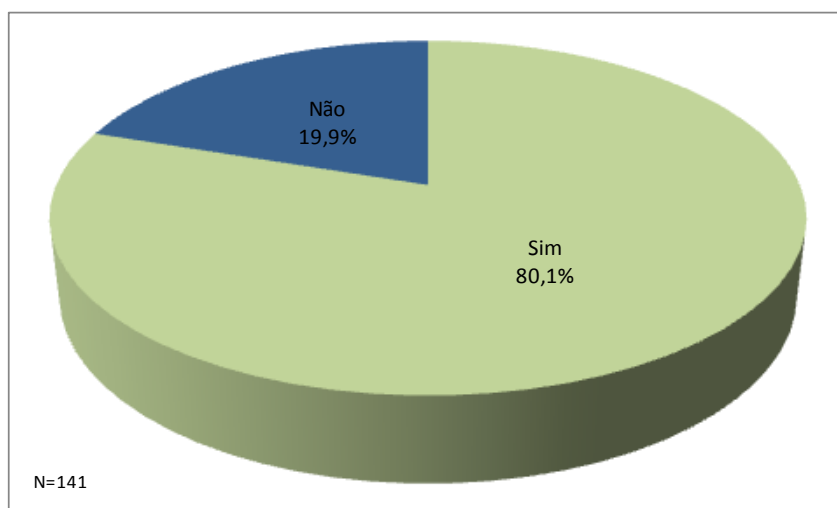
Quadro 29 – País e referência temporal da temporada de trabalho no estrangeiro (N.º)

Que país	N.º	Quando	N.º
Bélgica	2	2000	1
Espanha	7	2007	1
Itália, França	1	2008	5
Espanha, França	1	2009	2
		2010	2

IX – Relações com o país de origem

Em matéria de relações com o país de origem, constata-se que a grande maioria dos inquiridos (80,1%) já *regressaram ao país de origem*, por oposição a 19,9% que ainda não tiveram essa experiência.

Gráfico 53 – Inquiridos que já regressaram ao país de origem (%)



Dos inquiridos que já regressaram ao seu país de origem, a maioria apenas o fez por uma única vez (25,7%). Da análise do gráfico pode, ainda, concluir-se que a 62,9% dos respondentes apenas regressaram ao país de origem entre 1 a 4 vezes, e não mais do que isso. Os regressos ao país de origem têm como principais motivações: i) 47,6% passar férias; ii) 25,2% o tratamento de documentação; iii) 16,0% o tratamento de assuntos familiares.

As respostas relativas aos motivos que estão na base do não regresso ao país de origem não são clarificadoras, na medida em que, das justificações apresentadas, algumas: i) se prendem com a não regularização ou com uma regularização muito recente; ii) respeitam a motivos de ordem económico-financeira; iii) se reportam à não existência de família no país de origem; iv) se prendem com o facto de a chegada a Portugal ser muito recente; v) com o ainda não ter sido possível (sem no entanto ser possível compreender em que medida se concretiza esta impossibilidade).

Gráfico 54 – Número de vezes que os inquiridos já regressaram ao país de origem (%)

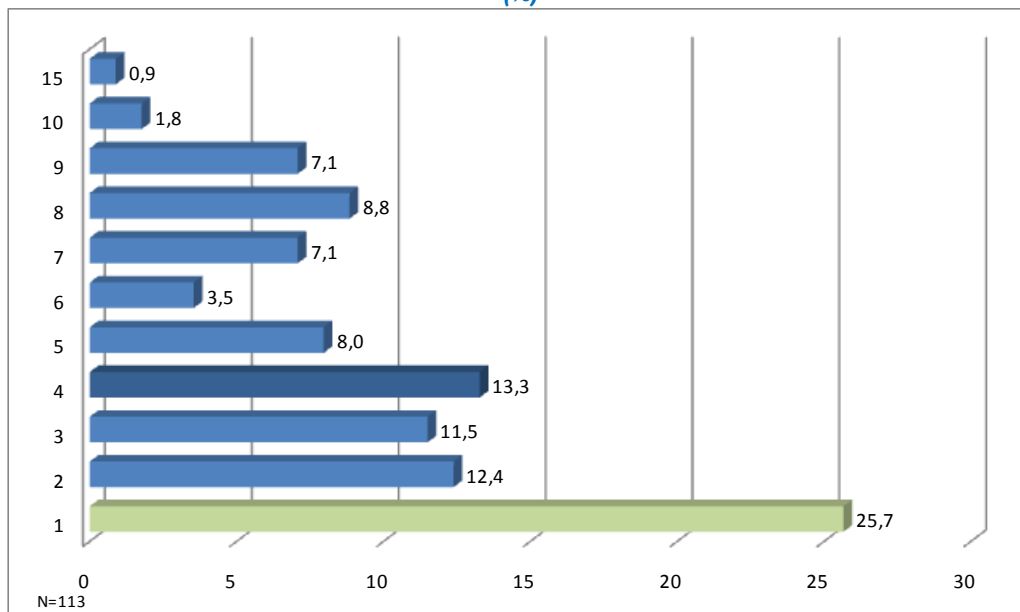
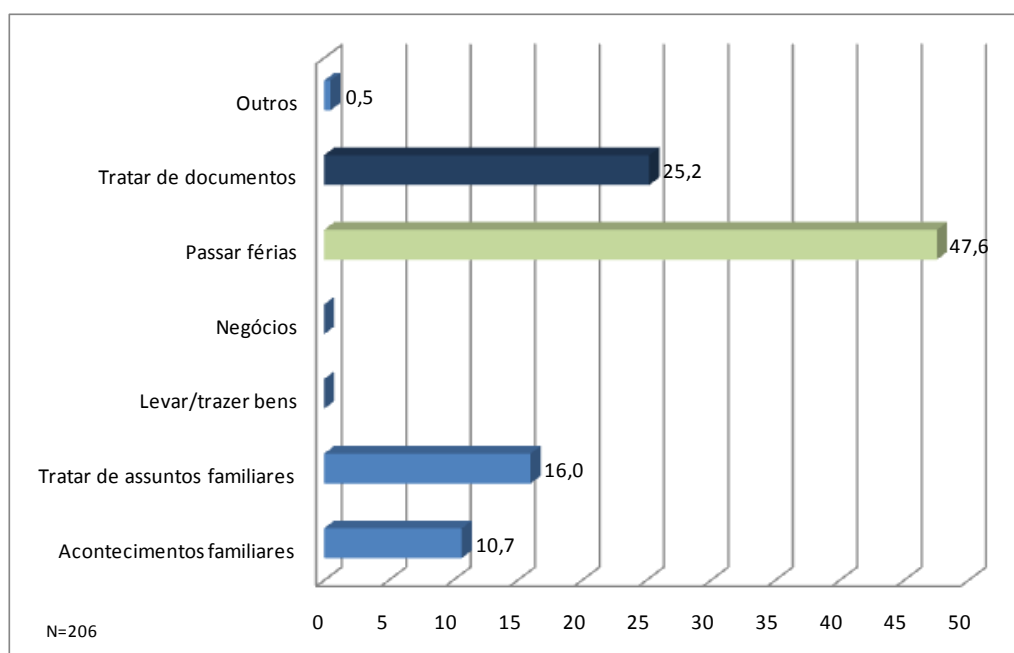


Gráfico 55 – Motivações para regressar ao país de origem (%)



O facto de 16,0% dos inquiridos ter regressado ao país de origem para tratar de *assuntos familiares* e 10,7% por *acontecimentos familiares*, poderá estar relacionado com o facto de a maioria das pessoas que responderam ao inquérito terem ainda familiares dependentes no seu país (64,3%). Importa, ainda referir, que a maioria destes familiares é *filhos* (40,5%). Numa segunda linha surgem os *pais e sogros* com 26,4% e os *cônjuges* com 20,9%.

Gráfico 56 – Existência de familiares dependentes no país de origem (%)

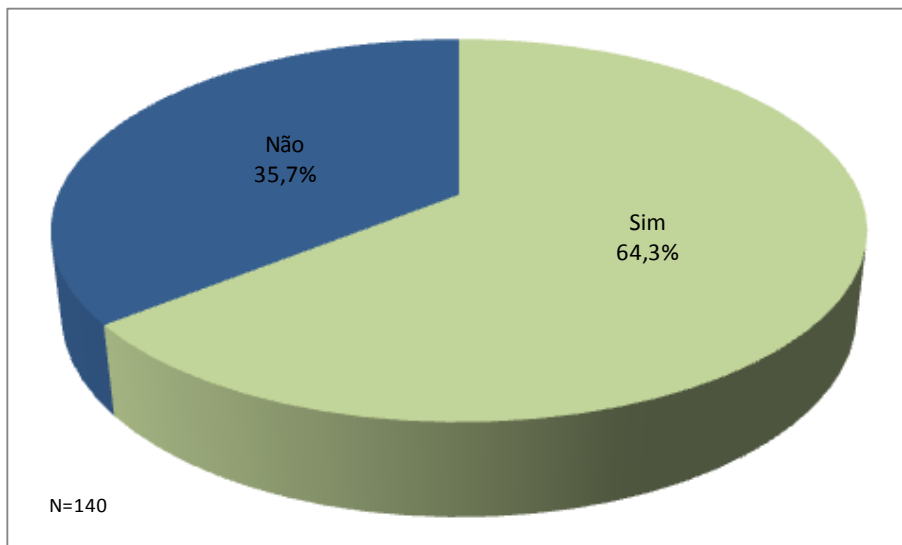
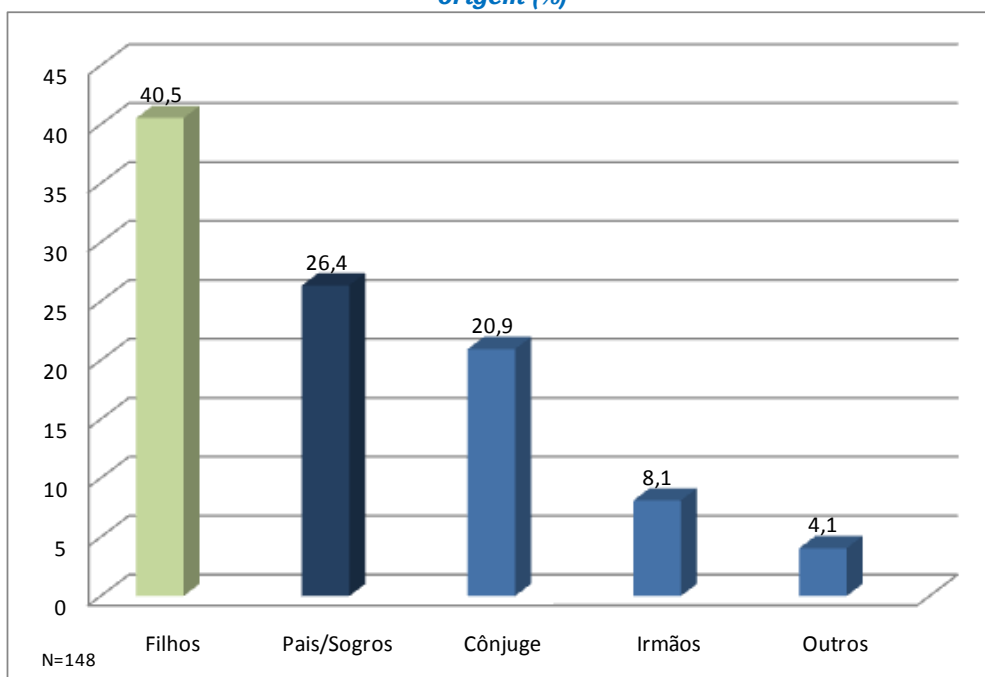


Gráfico 57 – Quais os familiares dependentes que se encontram no país de origem (%)



Relativamente às categorias de familiares *Filhos* e *Pais/Sogros*, assinalam-se os factos de, em termos de número, os inquiridos apresentarem:

- i) Uma repartição quase equitativa entre o número de *filhos* “1” e “2”, ou seja, 48,3% têm um filho no país de origem e 50,0% têm dois filhos;
- ii) Uma preponderância de dois *pais/sogros* (57,9%), logo seguidos de apenas um (39,5%).

Quadro 30 – Número de familiares dependentes, por categoria (%)

Familiares dependentes	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Filhos	48,3	50,0	0,0	1,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Pais/Sogros	39,5	57,9	0,0	2,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Cônjuge	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Irmãos	33,3	50,0	0,0	0,0	8,3	0,0	0,0	8,3	0,0	0,0
Outros	33,3	33,3	0,0	0,0	0,0	0,0	33,3	0,0	0,0	0,0

Relativamente à *intenção dos inquiridos em trazer familiares dependentes para Portugal*, a maioria *não pretende fazê-lo* (75,8%). Os restantes 24,2% que pretendem trazer familiares para o país de acolhimento, tencionam trazer, em primeira instância, a *mãe* (35,7%) e em segunda linha os *filhos* (21,4%).

Gráfico 58 – Intenção de trazer familiares do país de acolhimento (%)

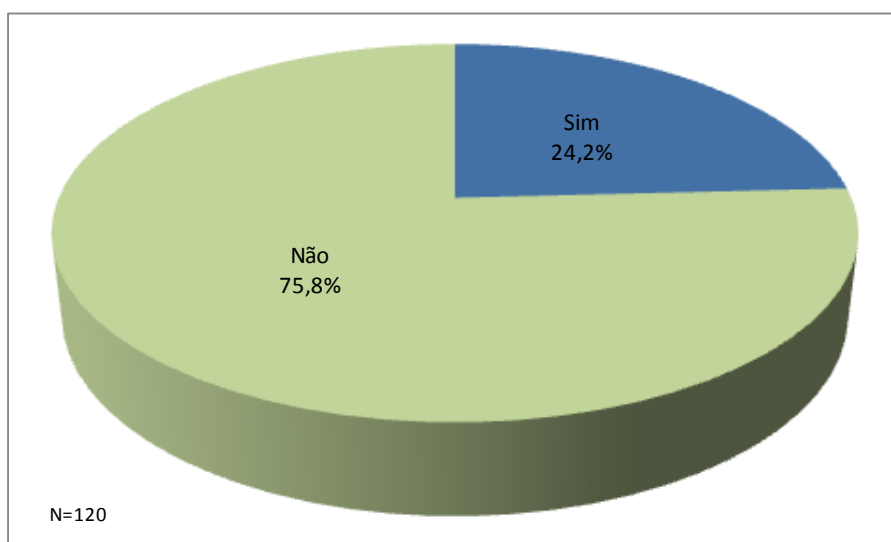
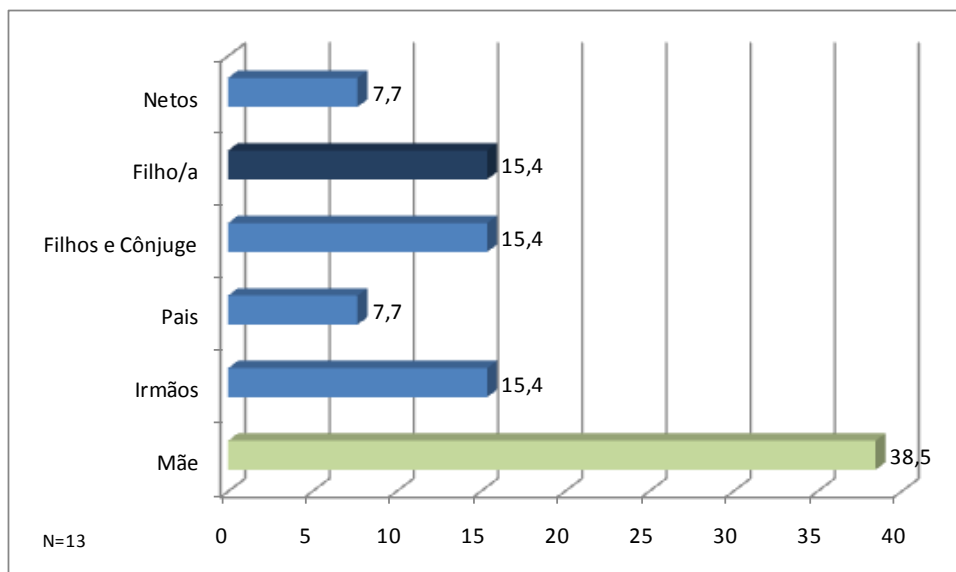


Gráfico 59 – Familiar dependente a trazer do país de origem (%)



Quando questionados sobre o hábito de *enviar remessas em dinheiro* para o país de origem, 61,4% dos inquiridos afirmam deter essa prática, sendo que o *valor médio mensal dessas remessas* está nos intervalos 251-500€ (39,5%) e 101-250€ (32,6%).

Gráfico 60 – Envio de remessas em dinheiro para o país de origem (%)

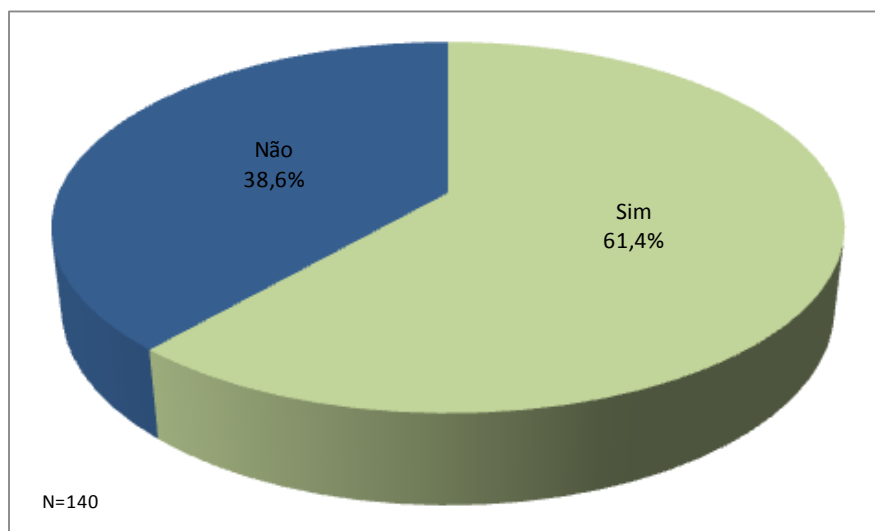
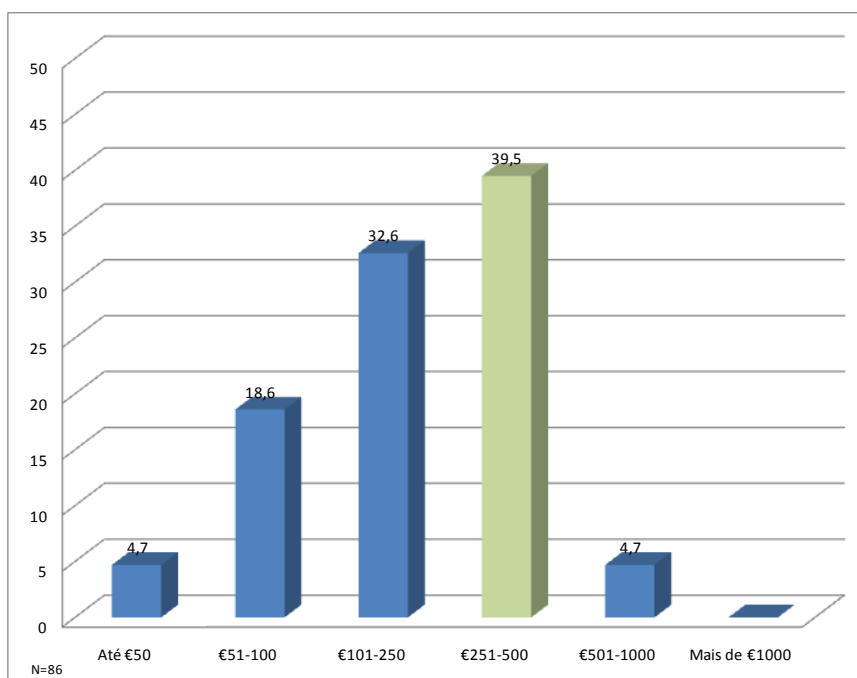
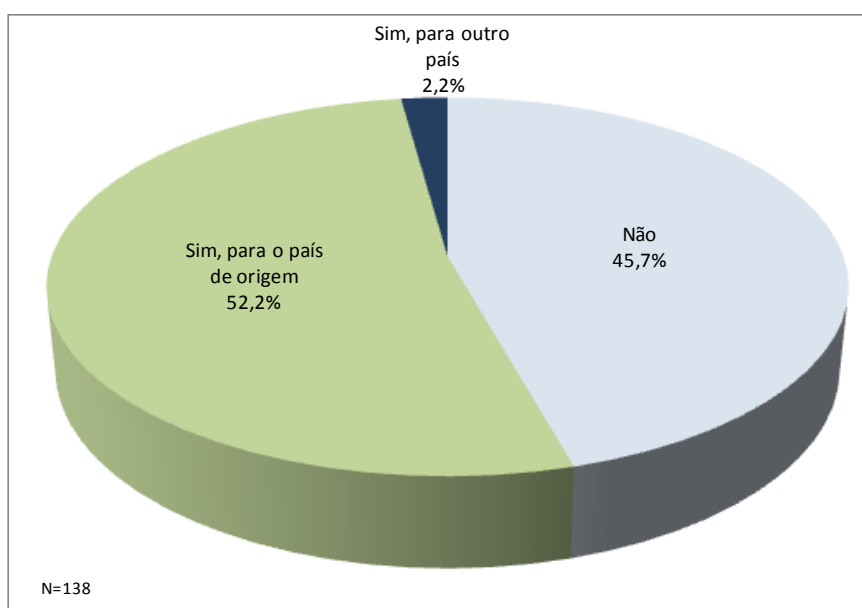


Gráfico 61 – Valor médio mensal aproximado das remessas (%)



No que diz respeito à última questão colocada aos inquiridos em matéria de relações com o país de origem, salienta-se o facto de a maioria considerar que *gostaria de regressar a residir no país de origem* (52,2%). Não obstante, muitos inquiridos não *ponderam a possibilidade de residir noutro país que não Portugal* (45,7%). Relativamente aos que ponderam regressar aos países de origem, e quando interpelados sobre o *horizonte temporal* que têm para concretizar essa intenção, a maioria não consegue responder (68,4%), seguidos daqueles que o pretendem fazer no prazo de 5 anos (8,8%).

Gráfico 62 – Desejo de residir noutro país (%)



Quadro 31 – Horizonte temporal para o regresso ao país de origem
(%)

Período temporal	%	N.º
Daqui a 1 ano	1,8	1
Daqui a 2 anos	5,3	3
Daqui a 3 anos	3,5	2
Daqui a 4 anos	1,8	1
Daqui a 5 anos	8,8	5
Daqui a 6 anos	1,8	1
Daqui a 8 anos	1,8	1
Daqui a 10 anos	5,3	3
Quando me aposentar	1,8	1
Não sei responder	68,4	39

V. Conclusões e recomendações

Os inquiridos, em termos de **caracterização demográfica**, apresentam uma repartição relativamente igualitária em matéria de variável sexo. Já no que se refere à idade, salienta-se que os dois primeiros indivíduos inquiridos são aqueles que estão maioritariamente em idade activa e que têm como principal meio de vida o trabalho, sendo os demais inquiridos em grande parte pessoas dependentes, que vivem a cargo da família. No que se reporta à naturalidade dos inquiridos, a grande maioria nasceu noutro país que não Portugal (Ucrânia e Brasil surgem como os países com mais respostas), o mesmo se passando com a nacionalidade. Estes são indivíduos escolarizados, onde o nível de ensino secundário assume o maior destaque, e que detêm um bom nível de conhecimento da língua portuguesa.

Em termos de **mercado de trabalho e actividade económica** regista-se dois grandes tipos de respostas. Por um lado aqueles que estão associadas aos elementos dependentes do agregado familiar, que têm como principal meio de vida o estar a cargo da família e como principal condição perante a actividade económica o facto de estarem a estudar. Por outro lado, os activos do agregado familiar, que fazem do trabalho seu principal meio de vida, estando maioritariamente activos com profissão, com regime de trabalho permanente/regular numa situação de trabalhadores por conta de outrem com, na maioria dos casos, contratos com termo. O local onde exercem as suas actividades profissionais é preferencialmente em Santarém.

Os **percursos migratórios** dos inquiridos neste estudo são percursos essencialmente marcados por motivações de cariz laboral, com o conhecimento de oportunidades de emprego em Portugal, bem como por motivações advindas da facilidade de entrada no país. Não sendo displicente o motivo do reagrupamento familiar, este não constitui um factor preponderante na opção dos inquiridos por Portugal enquanto país de residência. A análise dos motivos de saída do país de origem está em linha com as motivações para a entrada em Portugal, na medida em que são as razões de índole económica e financeira, aquelas que maior preponderância apresentam. Ainda neste contexto, surge a opção por Santarém, enquanto concelho de residência, por ser o território onde mais facilmente/rapidamente encontraram trabalho e onde se concentrava a sua rede familiar e/ou de outros imigrantes provenientes da mesma zona.

A questão que se coloca a este nível é a de que se regista algum desfasamento entre as ocupações profissionais dos inquiridos nos países de origem e as suas ocupações profissionais em Portugal. Pese embora existir uma grande dispersão de actividades, em Portugal existe alguma concentração relativa em actividades não/pouco qualificadas com: 1) operário fabril; 2) empregado de limpezas; 3) agricultor; 4) operário da construção civil. Tal situação poderá estar relacionada, entre outros aspectos, com algumas dificuldades de obtenção de equivalências escolares e de profissão correspondente às habilitações e experiência (que constroem o processo de integração). No entanto, e considerando eventuais problemas de correspondência entre actividade profissional e expectativas geradas pela qualificação trazida do país de origem, a verdade é que a esmagadora maioria dos imigrantes auscultados não teve nenhuma

experiência de temporada de trabalho no estrangeiro. Ainda em matéria laboral no contexto Portugal, estes imigrantes conseguiram os seus diversos empregos em Portugal através do apoio de familiares/amigos do mesmo grupo étnico.

Decorrente, de certo modo, destas motivações, surge a constatação de que o processo de entrada foi maioritariamente um processo individual, através da utilização de meios próprios ou familiares, não se tendo verificado a “necessidade”, em grande parte dos casos, de proceder a pagamentos a organizações ou pessoas intermediárias que facilitassem a entrada em Portugal. Portugal constitui a primeira opção de imigração para estas pessoas, tendo a maioria vindo directamente do país de origem e constituindo Portugal a sua primeira experiência imigratória.

A entrada em Portugal teve por base, na maioria dos casos, o visto de “turista”, mas actualmente praticamente todos os inquiridos têm a sua situação regularizada.

A obtenção de nacionalidade portuguesa constitui uma intenção expressa pela maioria dos inquiridos, apesar de estes considerarem que a mesma não é um factor fundamental para que o processo de integração seja considerado um sucesso.

Em matéria de **habitação**, conclui-se que os inquiridos ocupam, na grande maioria dos casos, alojamentos clássicos (apartamento ou moradia) em regime de arrendamento no mercado privado formal de habitação. Estes são alojamentos preferencialmente de três divisões e que possuem, em grande medida, as infra-estruturas básicas necessárias a uma ocupação condigna e de acordo com os padrões de conforto comuns. Tendo em conta o facto de a maioria dos inquiridos ocupar os alojamentos em regime de arrendamento tornou-se relevante compreender a expectativa que os mesmos teriam relativamente à aquisição de casa própria. Neste contexto, a maioria dos respondentes não tenciona fazê-lo ou ainda não ponderou esta situação. Relativamente àqueles que ponderam adquirir casa própria, a esmagadora maioria refere o concelho de Santarém como o território mais provável para a localização desse alojamento.

No que diz respeito à **posse de bens e serviços de uso pessoal** por parte das famílias co-habitantes, salienta-se o facto de se registar a maioria dos inquiridos referirem a posse de bens como telemóvel, máquina de lavar roupa, micro-ondas e TV por cabo ou antena parabólica. Em sentido oposto estão bens como motorizada/motociclo e máquina de lavar loiça.

O **processo de integração** dos imigrantes participantes no estudo foi, particularmente difícil na fase imediatamente seguinte à chegada ao país, no que diz respeito a situações como a integração/sucesso escolar, a obtenção de equivalências escolares e de profissão correspondente às habilitações e experiência. Aliás, no momento actual, os inquiridos continuam a considerar estes aspectos como sendo os menos conseguidos em matéria de integração. O não/pouco conhecimento da língua e a solidão constituíram factores que dificultaram a integração destas pessoas no início, mas actualmente estão entre os factores onde os constrangimentos são menores. Como factores positivos e, de certo modo, facilitadores da integração no território e sociedade portuguesas estão, em primeira linha, o clima, a não/fraca discriminação/racismo, o acesso a habitação e transportes, bem como os comportamentos e atitudes dos portugueses. A questão dos transportes, nomeadamente

públicos, é neste aspecto importante de realçar na medida em que a maioria dos inquiridos não possui carta de condução válida em Portugal.

Relativamente ao exercício de direitos políticos, como o direito ao voto nas eleições locais para o município, salienta-se uma quase unanimidade das respostas que traduzem uma não participação política a este nível.

O conhecimento do quadro institucional do país (público e privado) e a utilização dos serviços que ele dispõe é um factor de integração inequívoco, sendo de sublinhar que nesta matéria os serviços públicos de segurança social, de saúde, de estrangeiros e fronteiras e de finanças são os mais conhecidos e/ou utilizados, a par ainda das instituições de crédito. No entanto, não são estes que recolhem as avaliações mais positivas, já que os inquiridos classificam de forma mais abonatória os serviços de proximidade como o CLAI do concelho, a Junta de Freguesia, a Biblioteca Municipal, a Associação Local de Imigrantes e a Polícia.

A língua constitui um factor de integração socioeconómica por excelência e nesta matéria parece não se registar problemas de maior já que os inquiridos consideraram que, à data, não é um constrangimento. Esta afirmação é corroborada, ainda, pela análise das línguas faladas em contexto familiar, onde o português se destaca face às línguas mãe em termos genéricos. O domínio da língua portuguesa parece não advir, na maioria dos casos, da frequência de cursos formais de português, o que deixa antever uma forte propensão para a apropriação da língua portuguesa por vias informais.

O processo de integração depende, para estes inquiridos e em termos globais, da integração laboral, escolar e cultural (língua) dos imigrantes. São estes os factores cruciais e diferenciadores de uma boa integração. Por oposição concluiu-se que para estes inquiridos a aquisição da nacionalidade ou de habitação, ou ainda a adopção de comportamentos e hábitos culturais semelhantes aos portugueses não são aspectos fundamentais em matéria de integração.

Em termos genéricos a integração dos imigrantes em Portugal é considerada extremamente positiva.

A existência (ou não) de fenómenos de **racismo e discriminação** condicionam fortemente a percepção que os indivíduos têm sobre os processos de integração e, em linha com o que foi concluído no parágrafo anterior, a maioria dos inquiridos não nunca se sentiu alvo de discriminação por motivos raciais ou étnicos. No entanto, uma parte significativa das pessoas já sentiu este fenómeno, nomeadamente em contexto laboral (em situação de entrevista de emprego ou em actividade laboral efectiva), advinda sobretudo dos colegas de trabalho. A discriminação em contexto escolar, outro quadro em que pode ser particularmente problemática, foi referida em muito menor escala, tendo sido identificado por parte dos inquiridos os colegas de escola como os principais responsáveis por este fenómeno; ainda neste aspecto regista-se o facto de não existir a referência a qualquer fenómeno de discriminação em contexto escolar advindo do pessoal docente. Em termos globais, a leitura genérica que os inquiridos fazem da existência de processos discriminatórios face a imigrantes em Portugal não

é tão positiva quanto aquela que é feita relativamente aos seus casos concretos, com uma grande proximidade entre a resposta de não percepção da discriminação e a resposta de situações pontuais.

Sendo incontornável para esta matéria a avaliação do **quadro relacional** dos indivíduos, verifica-se uma quase total ausência de participação associativa dos inquiridos, sendo que nos poucos casos em que ela acontece apenas se regista em matéria de associações locais de imigrantes do país de origem e em sindicatos. Importantes são, antes, as relações sociais que se estabelecem, especialmente, entre imigrantes da mesma nacionalidade, quer em termos regulares quer em situações de emergência. Neste último caso são os amigos imigrantes e os familiares instalados em Portugal o principal recurso. Salienta-se nesta matéria a pouca relevância das redes de vizinhança, das instituições religiosas e até das associações privadas/IPSS's. Os serviços públicos portugueses têm uma importância moderada.

As **práticas culturais** dos inquiridos incidem, sobretudo, sobre a visualização de canais de televisão (portugueses ou do país de origem), a audição de música o consumo de comida “típica” do país de origem, bem como a ida ao café. Em termos de práticas culturais menos frequentes encontra-se o desporto, a audição de programas de rádio dirigidos ou promovidos pelas comunidades imigradas, a utilização de vestuário tradicional do país de origem e, ainda, a prática de actividades religiosas.

As **relações com o país de origem** mantêm-se para a grande maioria dos inquiridos, que já visitaram o seu país mais do que uma vez, essencialmente para passar férias e tratar de documentação. O facto de, para a maioria dos imigrantes, ainda existirem familiares dependentes, nomeadamente filhos, pais/sogros e cônjuge, no país de origem poderá constituir uma motivação de fundo para a manutenção do contacto com o país de origem, inclusive através de visitas, não constituindo intenção dos inquiridos reencaminhar esses familiares para Portugal. Esta manutenção do contacto acontece, ainda, por via do envio de remessas em dinheiro, cujo valor médio mensal se situa no intervalo [101;500] euros.

Relativamente ao regresso definitivo ao país de origem, os inquiridos encontram-se relativamente divididos, com pouco mais de metade a pretendê-lo fazer (mas sem horizonte temporal definido para o efeito) e a restante a desejar manter-se em Portugal.

Conclusões	Recomendações
<p>Regista-se algum desfasamento entre as ocupações profissionais dos inquiridos nos países de origem e as suas ocupações profissionais em Portugal. Tal situação poderá estar relacionada, entre outros aspectos, com algumas dificuldades de obtenção de equivalências escolares e de profissão correspondente às habilitações e experiência (o que constringe o processo de integração).</p>	<p>Promover nos pontos de atendimento ao cidadão imigrante acções de esclarecimento e acompanhamento dos processos de reconhecimento de competências e habilitações literárias.</p> <p>Articulação entre órgãos da administração pública e as respectivas embaixadas e consulados com vista ao aumento da eficácia dos processos de reconhecimento de habilitações e competências.</p>
<p>Relativamente ao exercício de direitos políticos, como o direito ao voto nas eleições locais para o município, salienta-se uma quase unanimidade das respostas que traduzem uma não participação política a este nível.</p>	<p>Apostar em acções de sensibilização, ao nível local, para as questões da cidadania activa e direitos de voto para imigrantes.</p>
<p>Uma parte significativa das pessoas já sentiram os fenómenos do racismo e discriminação, nomeadamente em contexto laboral (em situação de entrevista de emprego ou em actividade laboral efectiva) advinda sobretudo dos colegas de trabalho. A discriminação em contexto escolar, outro quadro em que pode ser particularmente problemática, foi referida em muito menor escala, tendo sido identificado por parte dos inquiridos os colegas de escola como os principais responsáveis por este fenómeno.</p>	<p>Organizar acções de rua promotoras da multiculturalidade.</p> <p>Criar materiais pedagógicos a serem distribuídos nas empresas do Concelho.</p> <p>Realizar acções nas escolas que combatam preconceitos e sensibilizem as crianças e jovens para a adopção de comportamentos não discriminatórios.</p>
<p>Verifica-se uma quase total ausência de participação associativa dos inquiridos, sendo que nos poucos casos em que ela acontece, apenas se regista em matéria de associações locais de imigrantes do país de origem e em sindicatos.</p>	<p>Criar um programa municipal para o associativismo imigrante e cidadania activa.</p> <p>Organização de actividades que incidam no contacto multicultural com vista à troca de experiências e práticas culturais eliminando barreiras e criando novos focos de interesse.</p>
<p>As práticas culturais dos inquiridos incidem, sobretudo, sobre a visualização de canais de televisão (portugueses ou do país de origem), a audição de música o consumo de comida “típica” do país de origem, bem como a ida ao café.</p>	

VI. Bibliografia

Felix (2008) Conhecer para Integrar: Estudo exploratório da população Imigrante residente no Concelho de Santarém, Coimbra: Instituto Superior Miguel Torga.

CLAS Santarém e Logframe (2009) Diagnóstico Social do Concelho de Santarém, Santarém: Câmara Municipal de Santarém.

Schiefer, Ulrich et al. (2006) *MAPA - Manual de Planeamento e Avaliação de Projectos*, São João do Estoril: Principia.

Schiefer, Ulrich, Teixeira, Paulo e Monteiro, Susana (2006) *MAPA – Manual de Facilitação para a Gestão de Eventos e Processos Participativos*, São João do Estoril: Principia.

Recursos Electrónicos

Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural

<http://www.acidi.gov.pt/>

Migrant Integration Policy Index (MIPEX)

<http://www.integrationindex.eu/>